

FOR TX

HARVARD LAW LIBRARY



3 2044 061 899 308

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn



**HARVARD LAW SCHOOL
LIBRARY**

Portugal

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

2239

9x
Janq

ADDIÇÕES

DOUTRINA DAS ACCÕES

COM UM APPENDICE

CONTENDO

DIVERSAS REGRAS DE DIREITO CIVIL

POR ORDEM ALPHABETICA

E

NOTAS ÁS LEIS DO REGISTO HYPOTHECARIO

POR

J. H. CORRÉA TELLES

—
Terceira Edição.

—
—
—

COIMBRA
LIVRARIA DE J. AUGUSTO ORCEL
RUA DAS FÂNGAS N.^o 1

1861

www.libtool.com.cn

* ADDIÇÕES
www.libtool.com.cn

DOUTRINA DAS ACCÕES

COM UM APPENDICE

CONTENDO

DIVERSAS REGRAS DE DIREITO CIVIL

POR ORDEM ALPHABETICA

E

NOTAS ÁS LEIS DO REGISTO, HYPOTHECARIO

J. H. CORRÉA TELLES

Terceira Edição.

COIMBRA
LIVRARIA DE J. AUGUSTO ORCEL
RUA DAS FANGAS N.º 1

1861

S
POR
991
H

www.libtool.com.cn

PREFÂCIO

Nos vinte e cinco annos decorridos desde 1819, em que foi impressa pela primeira vez a *Doutrina das Acções*, tem-se feito tantas innovações no foro e na administração, que talvez avultem mais, que quantas se fizeram nos tres seculos anteriores! Os leitores acharão n'estes Additamentos, uma collecção das mais notaveis innovações: cada um lhe poderá accrescentar as mais, que for observando.

• *Multas enim formas edere natura novas depro-
perat.* » L. 2, § 18, Cod. de vet. jur. enucl.

• *Humani juris conditio semper in infinitum de-
currit, et nihil est in ea, quod stare perpetuo pos-
sit.* » Ibid.

729 395

www.libtool.com.cn

ADDIÇÕES

DOUTRINA DAS ACCÕES

§ 1, n. 1

Quaes sejam os Juizes competentes, deve lér-se a Nov. Ref. de 21 de maio de 1841 art. 177 e seg.

Os Conservadores das nações estrangeiras residentes em Lisboa e Porto têm adoptado o abuso de chamarão ao seu Juizo cidadãos, moradores em Comarcas mui distantes d'aquellas cidades, com grande incommodo d'aquellos. O Tribunal do Commercio de 2.^a Instancia, em Acordão de 19 de janeiro de 1842 annulou uma sentença de um Conservador, com o fundamento de não poder conhecer de pessoas residentes fóra da Comarca, em que elle se achá estabelecido. Pediu-se Revista, e foi denegada pelo Supremo Tribunal em 17 de agosto de 1843. *Gaz. dos Trib.* n. 306. No mesmo sentido dizem se julgára na Relação de Lisboa em 16 de outubro de 1839, em 14

de fevereiro e 26 de março de 1840. *Gaz. dos Trib.*
n.º 313. (a)

§ 16

No tempo d'agora o Libello em causas civeis deve ser oferecido em duplicado na 2.^a Audiencia posterior á citação. *Nov. Ref. art. 256.*

A cada um dos factos, que n'elle são allegados, podem-se dar até oito testemunhas. Art. 268 § 1.

Porém nos Juizos Commerciaes a Petição, que o autor faz para a citação do réu, pôde servir de Libello, ainda que não seja feita por artigos, com tanto que seja assignada por um Advogado do Tribunal. *Cod. Comm. Port. art. 1080.*

§ 18

A fórmula regular do processo d'uma acção summaria está mui bem delineada em a *N. Ref. art. 248.* A cada facto não podem dar-se mais de cinco testemunhas; os nomes e moradas d'ellas devem ir logo declarados na Petição justificativa. Art. 248 § 1 e 10.

Pôde denominar-se summarissimo o processo das acções de pequena quantia, cujo conhecimento incumbe ao Juiz Eleito. A fórmula d'este processo está com mais clareza em a *Nov. Ref. art. 235* e seg. do que estava na *Ord. L. 3, T. 30;* § 1.

§ 19

O réu demandado por acção de juramento d'alma não é obrigado a responder a perguntas algumas, antes de lhe ser desferido o juramento, *N. Ref. art. 284 § 6.*

Quando o pedido nesta acção excede a alçada do Juiz de Direito, o Juiz Ordinario é incompetente, e deve ab-

(a) *Additamento.* Foram realmente abolidas as Conservatórias por Lei de 12 de março de 1845.

solver o réu da instância, se perante elle for citado: Mas se à quantia couber na alcada do Juiz de Direito, o Juiz Ordinario pôde conhecer, absolver ou condemnar, dando recurso para o Juiz de Direito da Comarca. Art. 284 § 2 e 8.

§ 20

Pela Nov. Ref. sómente é concedido o processo executivo: 1.º nas causas de alugéis ou rendas de casas, ainda que sejam de mais de tres annos. Art. 282.

2.º Nas em que se demandam multas, ou penas pecuniarias comminadas por lei, ou preceito judicial; juntando-se certidão, que comprove a commissão, ou omisão sobre que recâe a multa. Art. 295 § 1.

3.º Nas causas de tributos, impostos, ou contribuições, ajuntando-se conhecimentos, ou certidões authenticas, extrahidas dos livros fiscaes. Art. 667 § 1.

4.º Nas multas impostas em sentenças condemnatórias. Art. 670.

5.º Nas causas de emoluméntos e honorarios de Juizes, Advogados, Procuradores, Escrivães e Officiaes de Justiça, havendo sentença, que condemne nas custas, e conta feita pelo Contador do Juizo. Art. 614.

Ib. Not. 4

O Regulamento Sanitário de 18 de Setembro de 1844 art. 257 resuscitou o privilégio de os Medicos e Cirurgiões cobrarem executivamente os seus salários. Deve porém o autor requerer préviamente ao Provedor ou Vice-Provedor de Saude, que mande intimar o devedor, para se louvar em Arbitros, que estimem a importância dos honorários devidos; dão estes o seu laudo por escrito ao Provedor; e com este documento é que o autor deve requerer executivamente perante o Juiz com-

petente a cobrança dos salarios, seguindo o processo os mesmos termos dos outros, de que fala a N. Ref. art. 614.

Esta especie de acção é dispensada de Conciliação. Cit. Regul. art. 258.

§ 23

Uma liberdade de nova especie é a que foi consignada na Constituição de 1822 art. 7 e na Carta de 1826 art. 145, § 3. Cada qual pôde comunicar os seus pensamentos pela imprensa, sem dependencia de censura.

Esta liberdade, sem a qual o systema representativo não pôde durar muito tempo, tem sido grandemente protegida pela independencia dos jurados. Penso que se um ministerio chegar a conseguir a corrupção do jury, ou se vingar o projecto de transferir para a Camara dos Pares o conhecimento dos abusos da liberdade de imprensa, corre grande risco o systema constitucional, e o absolutismo está sobre nós.

As Leis repressivas dos abusos de liberdade de imprensa são de 22 de dezembro de 1834, de 10 de novembro de 1837, e de 19 de outubro de 1840.

§ 27

Por um Decreto de 10 de dezembro de 1836 foi prohibida a exportação de escravos em todos os domínios de Portugal, ainda mesmo ao norte do Equador.

O Tractado, que posteriormente foi feito com os ingleses sobre este assunto, foi ratificado pela Rainha em 3 de Julho de 1842.

§ 34

A Carta Const. art. 7 § 4 diz, que uma lei determinará as qualidades, que devem ter os estrangeiros, para

se lhes conceder Carta de naturalisação. Se não temos lei, já temos em princípio d'ella um Decreto de 22 de outubro de 1836.

Ib. n. 2

A Carta Const. art. 8 impõe a pena de desnaturalização: 1.^º àquele, que se naturalisar em paiz estrangeiro; 2.^º a quem aceitar emprêgo, pensão, ou condecoração de um governo estrangeiro, sem preceder licença régia; 3.^º a quem for banido por sentença.

§ 35

O Código Administrativo de 18 de março de 1842 art. 41. § 2 permite a transferência de domicílio político de um para outro Concelho, sem outro requisito mais, que o de fazer registar a transferência perante a Câmara de cada um dos Concelhos, antes da época marcada para a revisão anual do recenseamento.

Não deve porém confundir-se o domicílio político com o domicílio civil: aquelle deve ser um só; este pode ser em mais de um Concelho ou Julgado, como se colhe do art. 180 da Nov. Ref. Por tanto não deve estender-se aquelle artigo ao domicílio civil.

§ 43

É dispensada de Conciliação a acção de requerer posse em nome do ventre. N. Ref. art. 210, n. 25.

§ 44

O mesmo, que pode requerer o pae contra o filho, que se rebella contra a sua auctoridade, pode também requerer o tutor ou curador contra o menor. Vej. a N. Ref. art. 452.

www.libtool.com.cn § 45

Não precisam de dematar seu pae, para que os emancipe: 1.º o filho ou filha, que tiver completado 25 annos; 2.º o filho, que obteye Ordens Sacras, ou o grau de Bacharel Formado, ou Patente de Official do Exercito ou Armada, tendo 21 annos; porque a todos estes ha a lei por emancipados, *N. Ref. art. 453.*

§ 47

O Supremo Tribunal de Justiça em Accordão de 6 de dezembro de 1838, sobre um conflicto, reconheceu que o Juiz Ecclesiastico é o competente para conhecer da validade ou nullidade do matrimonio. *Diar. do Gov. de 1839, n. 2.*

§ 48, n. 6

Uma Port. do Min. do Reino de 17 de dezembro de 1839 declarou invalida uma Conciliação espontânea, que um marido fez com sua mulher, de se haverem por divorciados.

As devassas e renúncia foram abolidas pelo Decr. de 16 de maio de 1832 art. 167, ficando sómente as querelas. A fórmula de processo da Policia Correccional acha-se em a *N. Ref. art. 1250 e seg.*

§ 51

No tempo presente não se faz escrupulo de intentar a accão de sevicias no foro secular.

A Nov. Ref. art. 210, n. 26, isenta de Conciliação estas causas. Julgando-se perpétua a separação, podem logo os conjuges requerer partilha dos bens do casal: se é julgada temporaria, o marido fica administrador dos

bens, e obrigado a dar os alimentos á mulher. *Dig. Port.*
Tom. 2, art. 430 www.143401.com.cn

§ 55

Em 16 de agosto de 1843 na Relação Ecclesiastica de Lisboa se julgou válido o matrimonio de Lino da Silveira com D. Francisca de Castro. *Gaz. dos Trib.* n. 296.

O marido interpoz quarta appellação, e a Relação Ecclesiastica admittiu-a. Houve recurso á Coroa, e em 26 de março de 1844 se decidiu na Relação Civil de Lisboa, que a Relação Ecclesiastica fizera agravo em admitir appellação de appellação. *Gaz. dos Trib.* n. 395.

§ 56

Se o matrimonio putativo produz o efeito de legitimar os filhos, tidos antes do mesmo matrimonio? Pela negativa, vej. Sarmiento, Sel. Int. Liv. 1, Cap. 6, n. 4; Toulier *Dir. Franc.* Tom. 2, n. 934. Pela affirmativa, Duranton *Dir. Franc.* T. 3, n. 175. *Unusquisque in suo sensu abundat.*

§ 59, n. 5

O processo de Assignação de dez dias, estabelecido na *Ord. L.* 3, T. 25, teve a má sorte de desagradar aos Redactores do Decreto de 16 de maio de 1832 e aos das Reformas posteriores; porque ha gente tão desafeiçoada ás nossas cousas, que só lhes parece bonito o que é estrangeiro.

§ 60

Ainda que um filho ou filha, menor de 25 annos, ou por casamento, ou por outro modo tenha saído do patrio podér, nem por isso pôde contrahir outro matrimonio sem consentimento paterno. A Lei falla geralmente; não se

Ihe devem fazer restricções. *Wessel ad Novell. Ultraj.*
 art. 14, n. 77; *Lobão Acç. Summ.* § 668.

§ 62

No tempo d'agora o Juiz de Direito da Comarca é o competente para suprir o consentimento dos pais, tutores, ou curadores. *Nov. Ref.* art. 340.

Uma Port. de 3 de nov. de 1840, no *Diar. do Gov.* n. 263, manda applicar a pena da *Ord. L. 1, T. 88,* § 19, aos orfaos, que casam designalmente, sem pedirem licença ao Juiz.

Outra Port. de 4 de nov. de 1840, no *Diar. n. 264,* ordena aos Juizes de Paz, que para darem licença aos orfaos para se casarem, se não satisfaçam com uma simples resposta do curador, mas que judicialmente se informem sobre a conveniencia dos casamentos; e que da licença se expeça um titulo, ficando os autos justificativos no cartorio do Escrivão.

§ 64

Em logar da querela é mais seguro agora requerer um processo de Policia Correccional contra o corruptor dos costumes do filho; por isso que a pena d'esta injúria depende do arbitrio dos Juizes. *Nov. Ref.* art. 1250.

§ 65

O uso d'esta acção é quasi nenhum, depois que as Ordens Religiosas foram abolidas.

Mas a acção de annular a profissão pode ainda ter uso; sendo o Juiz competente d'ella o eclesiástico, porque a validade ou nullidade dos votos é matéria puramente espiritual.

www.libtool.com.cn
§ 67, n. 2

A lei de 30 de abril de 1835 habilitou os ex-Frades para poderem comprar, vender, fazer testamento, e receber as heranças ou legados, que outras pessoas queiram deixar-lhes. Não podem porém suceder *ab intestato*.

§ 71, n. 4

Tambem se presume em má fé o proprio devedor, que contraiu a dívida. Ainda que tenha decorrido 50 ou 60 annos, não pode dizer que prescreveu, pois sabe que não pagou. Stryck. *a de act. Sect. 3.* Membr. 1. Axiom. 6, Schneider Diss. *de murmuration.* Cap. 3, § 14, ap. Zanger *de except.* Tom. 2, pag. 434.

§ 80.

Não é necessaria a prescrição do tempo immemorial nos casos de Decreto de 4 de abril de 1832 art. 20.

Ibi. — Reputa-se livre toda a propriedade vendida como livre, e não reivindicada como vínculo pelo sucessor do vendedor nos dez primeiros annos da sua administração, se nella entrou, sendo por algum modo *sui juris*; ou, se era menor nesse tempo, nos dez primeiros annos contados desde a maioridade.

— 2.º Toda a propriedade, que durante os quarenta annos futuros, contados desde a promulgação d'esta Lei, for reputada livre.

— 3.º Toda a propriedade declarada livre em conformidade dos artt. 2 e 17 d'esta Lei, e não demandada como vinculada nos dez primeiros annos, contados na forma do § 1 d'este art. da data da sentença, que a declarou tal.—

§ 86, n. 3

São como dívidas as entradas de dotes, de que fala o Dr. Eça e Leiva nas *Mémorias do Direito Orfanológico*, 1.^a p. Cap. 4, § 32 e seg. Como na província do Minho quasi todos os bens são emphyteuticos, muitos paes de famílias dotam os prazos a um filho ou filha, e recebem do genro ou nora o dote em dinheiro, com que entram, que lhes serve ou de desempenhar os prazos, ou de remir suas dívidas, ou de constituir dotes aos outros filhos. Ora os prazos de vidas são incommunicaveis entre os conjuges: por isso se o conjugue, que deu o dinheiro do seu dote por entrada, por morte de seu consorte ficasse sem quinhar nos bens, e sem o seu dinheiro, seria a mais flagrante injustiça. Para occorrer a ellá é que usam nas partilhas indemnizar pelo modo possivel ao conjugue sobrevivo a sua entrada de dote. Vej. o cit. Leiv. C. 4, § 54 e seg.

§ 88

Julgo válida a nomeação do prazo, ainda que o testamento, em que a nomeação foi feita, caduque a respeito da instituição de herdeiro, por este falecer primeiro que o testador. Porque bem pode qualquer morrer em parte testado, e em parte intestado; e se o testamento não vale como tal por falta de herdeiro, pode valer como codicillo a respeito dos legados, e nomeações de prazos. Vej. os DD. que aponta Solano *Cogit.* 2, n. 85 e 86. Ouvi que ha uma Resolução Régia de 18 de março de 1766, em que foi adoptada esta opinião a favor de Manoel de Figueiroa Pinto, do Porto, a quem seu primo Thomaz Manoel Pamplona nomeara um prazo em testamento, que se annullou. Vej. Borg. Carneiro *Additam. geral das Leis anno de 1767.*

www.libtool.com.cn

§ 92, n. 7

A hypotheca geral, que a mulher tem para segurança do seu dote, nos bens do marido, deve ser registada no Julgado, onde o matrimonio foi contrahido. Decr. de 26 de nov. de 1836 art. 3 § un. O que é notável!

Ainda que o registo das outras hypothecas deva ser renovado de dez em dez annos, este do dote não precisa de ser renovado, em quanto o matrimonio durar. Cit. Decr. art. 5 § un.

As mulheres dos negociantes matriculados devem fazer register na secretaria do Tribunal do Commercio as escripturas dos seus dotes dentro de quinze dias da sua data, ou desde que o marido se matricular; alias será ineficaz o seu privilegio dotal em concurso com outros credores. *Cod. Comm. Port.* art. 211, 214 e 215.

Havendo este registo no Tribunal do Commercio, é desnecessario o registo perante o Tabellião das Hypothecas. Decr. de 3 de janeiro de 1837 art. 15.

§ 93, n. 1

Não só é prohibido athear os bens dotaes, mas também hypothecá-los sem licença régia. No Decr. de 31 de dezembro de 1836 se diz: *A licença para hypothecar, ou para subrogar bens dotaes, pagará de direito de meros 12\$000 réis.*

Uma Portaria do Min. do Reino, de 9 de abril de 1842, no *Diar. do G.* n. 89, declara que a concessão de tais licenças, depois da extincção do Desembargo do Paço, pertence áquelle Secretaria d'Estado, e não aos Governadores Civis.

www.libtool.com.cn

§ 96, n. 1

Hoje em dia é admittida a prova de testemunhas, qualquer que seja a quantia, ou valor da causa pedida; salvo se a Escriptura é substancial do contracto. *Nov. Ref. art. 463.*

§ 102

Outros exemplos d'esta accão subsidiaria refere Stryck. *de actioin. invest. Sect. 1, Membr. 2, § 49, 50 e 52.* Mas parece referil-os, sem querer ficar por fiador dos Doutores que os indicaram. Tal é o caso do pae, que pediu dinheiro emprestado para sustentar os filhos, e, faltando de bens, os filhos repudiaram a herança: diz que pôde o créedor demandar os filhos, podendo provar a conversão do dinheiro em utilidade d'elles.

§ 104

É notavel a providencia da Regencia da Terceira, no Decr. de 28 de nov. de 1831 art. 8, que concedeu aos presos, emigrados e perseguidos por opiniões politicas, o beneficio da restituição, se sôssem lesos em qualquer acto de processo ou sentença, depois de 25 de Abril de 1828; dando o espaço de tres mezes, a contar da restauração do Govêrno da Rainha, aos que estivessem no Reino, para requererem aos Juizes a dicta restituição; um anno aos que estiveram refugiados nas Ilhas, ou nos paizes da Europa; e douz annos aos que estiveram na Africa, America, ou Asia.

§ 106

A accão rescissoria ou revocatoria, resultante de fraude, não compete aos crédores, que no tempo do acto fraudu-

lento não eram crédores effectivos. *Cod. Comm. Port.*
art. 901.

§ 112, n. 5

Os Dizimos foram abolidos no continente de Portugal, por Decr. de 30 de julho de 1832; ao mesmo tempo ficaram existindo nas ilhas dos Açores e Madeira. A meu ver os ilheus estão melhor do que nós; porque pagam com o que têm; e nós sómos obrigados a pagar decimas grandes em dinheiro, e além de estarem mui depreciados os generos, não temos compradores d'elles.

Uma Port. do Min. dos Neg. Eccles. de 9 de nov. de 1837, declarou, que o Decr. da abolição dos Dízimos, não aboliu as Primícias. Os Paróchos trabalham em aproveitar estas migalhas, como fazem os rapazes nas vinhas depois da vindima.

§ 114, n. 7

Um exemplo d'uma servidão ampliada é este. Eu devia servidão a Ticio de o deixar malhar o seu trigo na minha eira, operação, que só me tolhia o uso da eira por um dia. Os bens de Ticio dividiram-se por quatro filhos: não podem obrigar-me a dar-lhe eira em quatro dias diversos; seria uma multiplicação de servidões, sendo estas aliás indivisíveis por Direito. Vinnio Sel. q. Liv. 1, Cap. 28. Vej. Pechio de servit. p. 1, Cap. 3, n. 3.

§ 116

Similhantemente os moradores de um povo, que não tiverem agua para os usos domesticos, podem obrigar o dono da fonte a ceder-lhes o uso d'ella, pagando-lhes a justa indemnisação. Vazeille *Tr. des Prescr.* Cap. 9, n. 403, arg. do *Cod. Civ. Fr.* art. 545.

§ 119, n. 4

Assim tambem se as aguas da chuva, que se junctam no caminho público, vão entrar no meu prédio inferior, sem que eu fizesse obras no caminho, e sómente abri boeiro na minha parede para elles entrarem, parece não podér embaraçar os donos superiores, que façam o mesmo, visto que taes aguas têm sempre corrido por sua natureza, e não por facto constituinte de servidão. Neste sentido refere Dunod um Arresto de 1710, e o segue Pardessus *Tr. des serv.* p. 2, Cap. 1, n. 79. Lobão porém na *Dissert. das Aguas pluviaes* § 12, not., foi de contrário parecer, atribuindo á preocupação mais extensão, do que permite a causa preocupada. *Tantum videtur praescriptum, quantum possessum,* diz a L. 18, § fin. ff. de acq. vel amitt. poss.

§ 122, n. 2

Por Accordão de 11 de nov. de 1842, na *Gaz. dos Trib.* n. 177, annullou o Supr. Trib. de Justiça uma sentença, que houve por liquidados os rendimentos de uma legítima a cinco por cento da avaliação dos bens, sem que precedesse outra alguma liquidação. A meu vêr julgou bem o Tribunal, porque poucos bens rendem na razão de cinco por cento.

§ 123, n. 3

Sobre as dúvidas, que os co-herdeiros offerecem no decurso do Inventario, permitte a *Nov. Ref.* art. 299, § 1, ao Juiz o ouvil-os em conferencia verbal, ou por escripto. Bom é que assim o practiquem, para atalhar chicanas.

Sou agora de opinião diversa, do que quando escrevi esta nota. Julgo que os irmãos naturae consanguineos não podem concorrer à herança d'um irmão natural uterino. Os consanguineos naturae não formam família com os filhos de uma mulher solteira, com a qual o pae teve coito ilícito. É por esta razão que a *Ord. L. 4, T. 93.* admitté os irmãos, pelo lado da mãe conjunctos, à herança de outro irmão uterino; e não admitté os conjunctos pela parte do pae. Concordam Gom. à L. 9, *Taur.* ex. n. 46. Stryck, *de succ. ab intest.* Diss. 3, C. 1, § 35; Voet L. 38, *ad Senat. Cons. Tert.* n. 19 e 21.

§ 125, n. fin.

A mulher, que tem filhos do 1.^o matrimonio, e passa a segundas nupcias, perde o direito de propriedade, e só retém o usufructo da legítima paterna, que herdou de algum filho do 1.^o marido. Comtudo não perde aquella propriedade, ainda que no estado de viúva viva luxuriosamente, porque nenhuma Lei até hoje se lembrou de lhe impôr aquella pena. Brunnem. à L. 3, *Cod. de sec. nupt.* n. 12.

§ 126, n. 3

O renunciante pode também impugnar a renúncia, não se verificando as circunstâncias, em que ella foi concedida. Por exemplo: A e B fizeram doação de seus bens ao sobrinho João, inhibindo-o de ir pedir a legítima à casa de seus pais; mas que os irmãos de João também não viriam pedir-lhe um resto de legítima que elles doadores deviam à mãe d'aquellos sobrinhos.

Os irmãos de João demandam-lhe aquele resto de legítima materna; julgo que João pode também demandar

..

dal-os pela sua legítima paterna, por isso que elles impugnam a determinação dos doadores: pela regra de Direito — *Lucrum non debet quis capere ex eo, quod nixus est impugnare;* — ou, como diz a L. un. § 4, Cod. de caduc. toll. — *Non est ferendus is, qui lucrum quidem amplectitur, onus autem ei annexum contemnit.* —

§ 128, n. 6

Ainda que a *Ord. L. 4, T. 90, § 1,* repute pessoa torpe o *tasful*, e hoje denominemos tasful o adamado nos trajes, não é neste sentido que os antigos tomavam aquella palavra, mas sim na de jogador por officio. Vej. a *Insignia de bem cavalgar*, de El-Rei D. Duarte, 2.^a p. Cap. 2, pag. 541, e *Sousa Vida do Arcebispo L. 4, Cap. 27.*

§ 131, n. 4

Da nullidade de qualquer contracto, ou disposição de ultima vontade, ninguem duvida que a acção dura trinta annos. Mas a nullidade de uma sentença tem dado, e ha de dar, que disputar por muito tempo.

O Decr. de 19 de maio de 1832, art. 5 diz: *A acção de nullidade ficará competindo sómente nos casos, em que se verificar suborno, peita, peculato, ou concussão nos Juizes, ou nos Jurados.*

A Lei de 19 de dez. de 1843, art. 17, acrescentou mais quatro casos: «1.^º quando se tiver julgado por um ou mais documentos, que depois se prove serem falsos, e cuja falsidade não tenha sido allegada na causa, em que foi proferida a sentença rescindenda; 2.^º quando sobrevier um, ou mais documentos novos, que destruam a prova, que serviu para o julgamento anterior, sem que sejam coadjuvados com prova testemunhal, e que a parte interessada não podesse ter ao tempo, em que se proferiu a sentença rescindenda; 3.^º quando a parte

«condemnada, sem ter comparecido em Juizo, provar
 «falta ou nullidade de citação nas causas, cujas senten-
 «ças se executam sem dependencia de prévia citação do
 «executado; não competindo porém esta acção, e só o
 «meio prescripto no art. 617 da *N. Ref.*, se tiver ha-
 «rido citação para a execução; 4.^º quando o executado
 «provar falta ou nullidade de citação para a execução
 «finda á sua revelia, a fim de se annullar a mesma exe-
 «cução.—

O Sr. Mendonça em uma Memoria lida na Associação dos Advogados, em outubro de 1843, estampada na *Gaz. dos Trib.* n. 315, mostrou que a disposição do Decreto de 1832, não pôde ter applicação ás causas, que pela sua menor importancia não podem subir á revista, ou á segunda instância por appellação; porque em umas e outras não se pôde imputar culpa ao vencido, se não usou d'aquellos recursos; nem ha razão para lhe denegar o remedio da *Ord. L. 3, T. 75*, que foi adoptado do Direito Romano. Se se não adoptar esta doutrina, pelo decurso dos annos, havemos de vér sentenças de Juizes incompetentes, ou dadas contra a expressa disposição das Leis, ou contra a prova dos auctos, valerem como moeda de boa lei. Aos Legisladores acontece muitas vezes o mesmo que aos Medicos, que querendo curar uma molestia, fazem desinvolver outra ainda mais perigosa.

§ 132, n. 5

Ainda que o Testamento feito nas notas d'um Tabellião fôra do seu districto, não possa valor como Testamento público, pôde bem reputar-se particular, e reduzir-se em pública fórmula, conforme a *Ord. L. 4, T. 80*, § 3; e assim se julgou na Relação de Lisboa, em 20 de dez. de 1841. *Gaz. dos Trib.* n. 348.

Em demandas de nullidade de Testamentos, muitas vezes se allega que o Tabellião, supposto estivesse a ser-

*vir á face dos Juizes, comtudo nem tinha Carta nem Pro-
vimento. Sempre me conformei á opinião de Mello, L. 3,
T. 5, § 11, not., que o erro commum não deve preju-
diciar ao direito das partes innocentes; ainda que Lobão
nas Seg. Linh. pag. 56 e 439, foi de voto contrário.
Timbrava de contradizer a Mello.*

§ 149, n. 5

O Decreto de 18 de maio de 1832 art. 17, recopilado no art. 411 da Nov. Ref., foi a primeira Lei que tivemos, que approvasse *licitações*, e rejeitasse *relicitações*, não admittindo a licitar, senão em tantos bens, quantos provavelmente couberem no monte do licitante. Esta Lei deixou muito a desejar.

Por um Accordão da Relação do Porto, de 9 de jan. de 1844 se julgou, que o licitante não adquire pela licitação um direito inauferivel aos bens licitados, podendo o Juiz repartilhos em diversos lotes, se assim o pedir a boa egualdade. A meu ver foi muito bem julgado, porque tal licitante ha, que apenas lança um vintém ou meio tostão, sobre o preço da avaliação dos melhores bens, certo de nenhum dos co-herdeiros lhe fazer affronta, porque disseram sobre a partilha, e não licitaram.

No mesmo sentido ha a Port. do Gov. de 30 de nov. de 1839 no Diar. do Gov. n. 289.

§ 150, n. 1

As partilhas por sortes foram tambem introduzidas pelo Decr. de 18 de maio de 1832, recopilado nos artigos 416 e 417 da N. Ref. Mas esta Lei ficou muito imperfeita: não diz, quem deve fazer os lotes, nem dá providencia para os equalizar bem, se forem mal feitos, o que se achava acautelado nos artl. 484 e 485 do Cod. Civ. Franc., fonte d' aquella Lei. É verdade que na Tabella

dos Emolumentos vem marcado ao Escrivão o que ha de contar-se-lhe por formar o mappa da partilha, e constituir os montes. Mas o deixar a cargo do Escrivão uma operação tão importante, e em muitos casos intrincada, equivale a deixar as coisas no mesmo estado em que estavam antigamente, quando os Juizes dos orphãos ralaxados deixavam á vontade dos Escrivães o fazerem as adjudicações a favor de quem melhor os peitava.

§ 154, n. 5

Um prazo de nomeação, que o pae ou mãe tiver comprado, se em testamento o nomear a filho, ou a estranho, é um legado que diminue a terça do testador. *Vas. de part. C. 13, n. 101; Lobão Tr. dos Praz. § 539.* Se o não tiver comprado, é legado que não diminue a terça, que pôde ser nomeado ao mesmo filho, a quem a terça foi deixada.

§ 157

Se a acção de sonegados pôde ser intentada no Juizo do inventario, depois de feitas as partilhas, quando aquelle Juizo não seja o do domicilio do réu; faz dúvida o dizer o art. 183 da *N. Ref.*, que o Juizo do domicilio do defuncto é o competente para o inventario, e para conhecer das causas dos co-herdeiros relativas à herança, em quanto se conservar indivisa.

A contrario sensu parece que outra cousa se deve dizer, depois de feitas as partilhas.

Por tanto é boa cautella começar com a acção de sonegados, antes de fíndar a partilha; porque então procederá a regra — *Ubi acceptum est semel judicium, ibi finem accipere debet.* — L. 30, fl. de *judic.*

§ 160

Pôde tambem ser demandado o legado pela accão ex *Lege* no caso, em que o Hospital de S. José de Lisboa demande as esmolas das Missas, ou legados pios não cumpridos, esmolas, que estão muito bem applicadas por Bulhas antigas e modernas, para a sustentação dos pobres enfermos, como se pôde vér no Alv. de 5 de set. de 1786, e Alv. de 3 de nov. de 1803. Estes legados n'outro tempo eram arrecadados pelos Provedores das Comarcas; agora creio que o são pelos Administradores dos Concelhos. Vej. o Decr. de 7 d'agosto de 1834, e Port. de 23 de abril, 31 de maio, e 20 de set. de 1838.

§ 163

No tempo presente o Legatario pôde intentar sua acção no Juizo do domicilio do defuncto, em quanto se não concluem as partilhas, a simili dos outros crédores da herança. N. Ref. art. 183.

§ 165, n. 2

Os Auctores do *Código Civil Francez* no art. 896 prohibiram todas as substituições. Mas elles mesmos, achando desarrasoada esta regra tão generica, lhe fizeram as modificações que vemos no art. 1048 e seg., permittindo, v. gr., ao pae ou mãe, que doasse ou deixasse os seus bens disponíveis a filho ou filha, podê-lo gravar com o encargo de deixar esses bens aos filhos nascidos, ou que viesse a nascer a elle donatario, ou legatario.

Averiguado o caso, nem a proibição absoluta, nem a concessão ampla de fazer substituições, pôde bem combinar-se com a prudencia de Direito. A *Ord. L. 4, T. 87, § 12*, admite um grau de substituição: *Instituo meu*

herdeiro Pedro, vel por sua morte será herdeiro Paulo.
 Até esta distancia pôde o Testador vêr muito bem o que faz; a maiores distâncias é mui natural que elle erre o alvo. Que innumeraveis pleitos não causam as substituições de muitos graus? Passa por certo, que se o substituto morre primeiro que o herdeiro instituido, caduca a substituição, e o substituto não transmite direito algum a seus herdeiros. Brunneman à L. 10, ff. de *vulg. et pup. subst.* Vej. Fusar. *de subst.* q. 164.

§ 169

O terceiro possuidor da hypotheca pôde tambem opôr, que a hypotheca não foi registrada no registro hypothecario, nos trinta dias do Decreto de 3 de jan. de 1837 art. 6.

Este registro foi constituido pelo Decr. de 26 de out. de 1836, para facilitar os contractos, e tirar o receio de estarem hypothecados á surdina os prédios, ou embarcações do devedor; por quanto as hypothecas são inefficazes, em quanto não são registradas, e só começam a ter efeito da data do registro, cit. Decr. de 1836 art. 4, e Decr. de 1837; devendo imputar a si o créedor, que não registrou no termo da lei, e deixou alhear a hypotheca a terceiro.

Este registro deve ser renovado no decimo anno depois do 1.^o registro. Decr. de 1836 art. 5.

Depois da lei de 29 de out. de 1840 art. 18, recopilada em o novo *Cod. Adm.* art. 254, os registros das hypothecas pertencem ao Administrador do Concelho, onde os bens são situados.

§ 170, n. 1

Se os prasos de bens nacionaes podem ser hypothecados sem licença régia, faz dúvida o Decreto de 26 de nov. de 1836, e instruç. do mesmo, art. 5, que por

este modo entenderam o Regimento de 11 de abril de 1661. Na Addição, que fiz no art. 993 do 3.^º Tomo do *Dig. Port.*, mostrei que se equivocaram os redactores do citado Decreto, confundindo o domínio útil dos Foreiros com o domínio directo, que unicamente se pôde reputar nacional.

Additamento. A lei de 26 de março de 1845 art. 1.^º diz o seguinte: «Fica revogada e sem efeito algum a verba da Pauta do Decreto de 31 de dezembro de 1836, que diz: —Aforamentos, Renovações, Hypothecas e Sub-emphiteuticações de bens nacionaes — cinco por cento do seu valor.»

§ 171

Parece que no tempo presente o terceiro possuidor da hypotheca a não pôde escrever pelo tempo ordinario de dez ou vinte annos, estando ella registrada; porque não pôde dizer que tem posse em boa fé aquelle, que compra bens, que sabe, ou pôde facilmente saber, se estão ou não hypothecados. Vej. Vazeille *Tr. das prescripç.* Cap. 10, n. 511 e seg.

§ 173

Ainda que o executado tenha outros bens, em que possa ser penhorado, bem pôde o credor hypothecario oppôr-se á penhora da hypotheca, que outro credor n'ella faça. Porque por uma parte a *N. Ref.* art. 688, § 1^o lhe dá direito de começar a sua execução nos bens hypothecados; e por outra pôde bem ser que os outros bens do devedor sejam tales, que não tenham comprador na praça, nem façam conta ao credor hypothecario, ainda que lhe sejam adjudicados com o abatimento da lei.

Ib. n. 4

Quando se diz que nos bens do fallido não ha prese-

rencias, deve entender-se, se a caso todos os credores são chirografários e têm os mesmos títulos, posto que de diversas datas *Cod. Comm. Port.* art. 1238. De resto, se ha chirografários privilegiados, estes preferem aos não privilegiados: se ha hypothecários privilegiados, preferem aos não privilegiados: mas se todos forem hypothecários simples, concorrem todos simultaneamente, ainda que os créditos de uns sejam mais antigos, que os dos outros. *Cit. Cod. Comm. art. 1245 e seg.*

§ 174

Quando os bens, sobre que recâe a disputa de preferências, estão já arrematados, o concurso deve formar-se no Juizo e cartorio, onde se faz a arrematação. Se esta foi feita no Juizo dos leilões, deve formar-se o concurso no Juizo, onde se achar o conhecimento original do depósito Público. *Linh. sobre o Proc. Civ. not. 905, N. Ref.* art. 641. Se os bens foram adjudicados, forma-se no Juizo da adjudicação.

As preferências presentemente disputam-se sumariamente, sem réplica, nem tréplica, e são sempre julgadas pelo Juiz de Direito, ainda que o Juiz da execução fosse Ordinário. *N. Ref.* art. 646 e 647.

§ 177

A justificação, que deve fazer o requerente do arresto, não exige citação do arrestado, se ha perigo de este esconder os moveis, em que pretende fazer o arresto. Assim se insere da *Ord. L. 3, T. 31. § 3, vers. tomado primeiro algum summario conhecimento.* Vej. *Formul. de Libell.* § 53, n. 1.

Ib. n. 1,

Sobre a ação, que compete ao exequente contra o

executado, que com dolo, e em fraude da execução escondeu, alienou, ou fez inexequíveis os seus bens, em modo de ficar insolvel, deu mui boa providencia a N. Ref. art. 623.

§ 178

A Nov. Ref. art. 298, § 6, diz que o Juiz que decretou o arresto ou embargo, assigne de 15 até 30 dias, para o Embargante juntar ao processo certidão de ter intentado sua acção, pela causa que motivou o dito arresto, sob pena de este ser relaxado; providencia nova, e boa; porque n'outro tempo estavam ás vezes empatados annos os bens arrestados.

§ 185, n. 4

A Nov. Ref. art. 609 § un. isentou as sentenças de restituição de posse, e formaes de partilhas, não só da assignação dos dez dias, mas ainda da citação prévia do executado. O que se intende, quando isto é possivel.

§ 188, n. 6

Os Reguengos foram extintos pelo art. 7 do famoso Decr. de 13 de agosto de 1832. Por tanto as inhibições da Ord. L. 2, T. 16 e 17, desappareceram.

§ 189

O Juiz Ecclesiastico foi privado de todo o conhecimento de causas temporaes, e limitado a conhecer só das puramente espirituaes. Decr. de 16 de maio de 1832 art. 177, e N. Ref. art. 192.

Ib. n. 6

Heje todas as sentenças sobre fôrça nova são appella-

veis sómente no efeito devolutivo. N. Ref. art. 618,
§ 7, n. 3.^o

§ 199, n. 1

Depois que por Decr. de 21 de setembro de 1835 foram mandados construir cemiterios, e prohibidos os enterros nas Igrejas, pouco pôde aproveitar a posse das antigas sepulturas de familia. Comtudo, como peucas Camaras Municipaes têm mandado construir os cemiterios, justo é se conserve a posse, onde os enterros continuam, como d'antes.

Onde ha cemiterios feitos pela Camara, é lícito a qualquer asforar-lhe o espaço sufficiente para edificar um mau-soléu; e então o proprietario d'este pôde prohibir, que n'ella seja sepultado alguem sem sua licença.

§ 199, n. 3

O direito de padroado foi abolido por Decreto de 30 de julho de 1832 art. 4, sem respeito algum a direitos adquiridos e sem evidente utilidade. Os redactores não se lembraram da regra: «*In rebus novis constituendis evidens utilitas esse debet, ut recedatur ab eo jure, quod diu aequum visum fuit.*» L. 2, ff. de *Const. Princ.* Com esta providencia não melhorámos de parochos.

§ 200, n. 4

No tempo presente mais facilmente podem prestar auxilio as Auctoridades Administrativas, do que os Juizes. Aquellas têm á sua ordem Regedores, e Cabos de Policia em grande número, em quanto um Juiz tem apenas dous ou tres Escrivães, e outros tantos Officiaes de diligencias. E na verdade o *Cod. Adm.* art. 149, n. 16, incumbe ao Administrador do Concelho a protecção da liberdade e segurança dos vizinhos do mesmo Concelho.

§ 208, n. 6

A Provisão para continuar a obra embargada, dando caução de *opere demoliendo*, é hoje desnecessaria; o Juiz mesmo pôde conceder o que a Provisão concedia, nos termos e pela forma, que determina o art. 290, § 1, da *Nov. Ref.*

§ 209

O Juiz das propriedades foi abolido, bem como foram os Almotacés, a jurisdição para conhecer das Nunciações de nova obra, pertence ao Juiz de Direito ou Ordinario da situação da Obra. *N. Ref.* art. 290.

§ 212, n. 3

Na *Gaz. dos Trib.* n. 219, vem uma Accordão de 6 de Agosto de 1843, em que se julgou manutenivel a posse de um sujeito fazer estrumeira na rua de uma aldeia.

§ 214

O *Cod. Adm.* art. 120 n. 8, incumbe à Camara Municipal mandar demolir os edifícios ruinosos, que ameaçam a segurança dos individuos, ou de outros prédios, precedendo vistoria, e as mais formalidades legaes.

Quem n'isso se julgar aggravado, pôde interpôr recurso para o Concelho de Distrito. Cit. *Cod. art. 122.*

§ 219

Ainda mesmo que se admitta a disposição da Lei fin. ff. fin. reg., sobre a distancia da estrema, em que se hão de plantar as arvores, comtudo não deve ser ouvido com esta accão um co-herdeiro, que requeira contra ou-

tro o arrancamento das arvores, que se acham na parte do prédio, que a este tocou em partilha. Nem tambem o vendedor, que vendeu uma parte do seu prédio, e na parte vendida se acham arvores juncto á estrema; como bem diz Lobão *Fascic.* Tom. 1, Diss. 8, § 34.

Em todo o caso do réu demandado para arrancar as arvores sitas juncto á estrema, pôde valer-se da prescrição de trinta annos. Lobão *supra* § 36, Pardessus *Tr. das serv.* p. 2, cap. 2, § 5, n. 195.

§ 220

Se o pae, que era obrigado a dar alimentos, falleceu antes de ser demandado por elles, seus herdeiros o podem ser do mesmo modo. Guerreiro *Tr. 2, L. 1, C. 6,* n. 135, Mello *Liv. 2, T. 6, § 25.*

§ 223

Uma acção nova de alimentos é a que as circunstâncias do Thesouro causaram, para alimentar os Parochos, que por causa da abolição dos dízimos ficaram sem meios de subsistência. É verdade que a Lei de 20 de dezembro de 1834 mandou que as congruas fossem pagas pelo Thesouro, e um Decr. de 23 de outubro de 1835 lh'as marcou razoaveis; mas o Thesouro, depois que se metteu a jogar com os agiotas, tem deixado morrer á fame muita gente.

O Decr. de 19 de setembro de 1836, aliviando o Thesouro d'aquella despesa, empurrou-a aos parochianos. O modo de fintar as congruas tem sido objecto das Leis de 8 de março de 1838, de 20 de julho de 1839, e de 8 de novembro de 1841. A de 1838 mandava quo as pessoas, que não vivessem na freguezia, mas lá tivessem bens, pagariam sómente até a 5.^a parte do que pagassem de decima. A de 1839 reduziu esta collecta á 8.^a parte.

~~No Cod. Adm. de 1842~~ art. 325 determinou que as Juntas de Parochia só podessem lançar fintas ou derramas sóbre os parochianos, e não sóbre os não residentes, que na parochia tivessem bens, segundo interpretou a Portaria de 14 de junho de 1843, no *Diario do Gov.* n. 140.

Evitar-se-ha a collisão dizendo, que a Junta do Lançamento das congruas não deve regular-se pelo *Cod. Administrativo*, como as Juntas de Parochia.

§ 232, n. 3

No fôro commercial ha esta singularidade: qualquer das partes pôde requerer ao Juiz, em todo o estado da causa, que ordene á outra parte sob juramento, produza todos os documentos, que tiver em seu poder, e que respeitarem ao litigio *Cod. Comm.* art. 956.

Se o documento se acha em mãos de terceiro, o Juiz pôde mandar, que elle o deixe examinar e copiar, com a segurança e requisitos da lei. Cit. *Cod. art. 957.*

§ 236

Quasi sempre sae mais barato tirar o traslado do testamento do livro do Registro, do que intentar accão de *edendo*: salvo se ha desconfianças de falsidade, por que seja necessário vêr o orginal; e então quem o tiver em seu poder, não pôde eximir-se de o mostrar. Peg. 2, *For. Cap. 19, n. 113, pag. 1148.*

No tempo presente o Administrador do Concelho é quem manda copiar os testamentos; e quem a seu tempo toma contas, se os legados pios estão ou não cumpridos. *Cod. Adm. artt. 248 e 254.* Se sóbre as contas se suscitam questões, o conhecimento d'estas pertence ás Autoridades Judiciaes, *N. Ref. art. 848, n. 3;* bem intencionado que os Juizes, antes de decidirem, devem dar lo-

gar á discussão dos pontos controversos. *Gaz. dos Trib.* n. 278.

Em Port. de 12 de dezembro de 1844, no *Díario do Gov.* n. 296, se declara que o Administrador não pode levar emolumentos por tomar conta do cumprimento dos legados pios, nem aos testamenteiros, nem aos administradores de morgados, ou capellas. O que me não parece justo.

§ 241.

Que a permutação ou troca é contrato consensual, já hoje ninguém duvida. *Cod. Comm.* art. 506. Que o permutante, a quem foi vencida a causa, que recebeu em troca, tem a escolha ou de pedir a sua causa, ou de pedir perdas e danos ao outro, com quem trocou, decide o cit. *Cod. Comm.* art. 508.

§ 258

É uma acção *ex Lege*, desconhecida dos Romanos, a que compete ao auctor de um livro, peça de musica, ou gravura da sua invenção, para prohibir que outro algum imprimá, lithographe, ou importe de paiz estrangeiro, sem licença sua, aquelle livro, musica, ou gravura, pena de perdimento dos exemplares apprehendidos para o auctor.

Esta acção tem fundamento na *Cart. Const.* art. 145, § 24. N'ella se fundou a Port. de 25 de Novembro de 1833, que concedeu a José Ferreira Borges, auctor do *Código Commercial*, o privilegio exclusivo da venda do dito Código por 14 annos. Este prazo é muito pequeno: em quasi todas as nações civilizadas costuma ser de toda a vida do auctor, e ainda alguns annos depois da sua morte, a favor de seus herdeiros. No preambulo do projecto, que o Sr. Garrett offereceu nas Côrtes de 1839, em 18 de maio, *Diar. do Govern.* n. 119, vem uma

resenha das leis de quasi todas as nações da Europa. O projecto chegou a ser discutido na Camara Electiva; porém na passagem para a Câmara dos Senadores naufragou, e não houve mais notícias d'elle.

§ 162, n. 2

Entre commerciantes os juros legaes são de seis por cento ao anno, ou meio por cento ao mez. *Cod. Comm.* art. 281. Mas por convenção por escrito pôdem estipular-se sem limite de taxa. *Cit. Cod. art. 280.*

§ 263

Pôde servir de exemplo d'esta acção o caso seguinte: «Demandei o cabeça de casal por acção de sonegados, e venci. Se por ventura os co-herdeiros quizerem aproveitar-se da Sentença, que eu obtive, para haverem do vencido as suas quotas partes dos bens sonegados, devem pagar-me pro rata as despesas, que fiz com a demanda comum, despesas, que eu não recebi do vencido». L. 31, § 7, ff. de neg. gest. O mesmo por identidade de razão se deve dizer, se eu intentei acção de nullidade do testamento, e venci; querendo os co-herdeiros ab-intestado vir quinhoar na herança.

§ 264, n. 3

O *Cod. Comm.* art. 900, concede acção *negotiorum gestorum* àquelle, que administrou o negocio proprio, comum com outros. E acrescenta — que pôde dar-se caso, em que compita a quem administrou negocio alheio, contra a expressa proibição do proprietário d'elle, sendo útil o resultado. — Quod notandum.

www.libtool.com.cn
§ 267, n. 2.

Por Decr. de 8 de junho de 1844 (*Diar. do Gov.* n. 143) foi mandada observar a Tabella dos emolumentos parochiaes das freguezias de Lisboa pelos baptismos, casamentos, enterros, e festividades, novamente feita.

Os pobres provincianos somos abandonados ás antigas usanças das parochias, muitas das quaes são enormemente lesivas.

Quando escrevi aquella nota 2, não tinha notícia da Prúvisão da Mesa da Consciencia de 20 de maio de 1729, passada ex vi de uma Resolução de 25 de dezembro de 1715, impressa na *Gaz. dos Trib.* n. 468, em que se concedeu ao Juiz dos defunatos e ausentes o poder abonar até cem mil réis em despesas de enterro, e suffragios, cabendo aquella quantia na terça da terça do defuncto.

§ 268, n. 6.

O *Cod. Comm.* art. 1289 reputa privilegiadas não só as despesas funerarias, sem luxo, segundo a qualidade do defuncto, mas tambem as da última doença.—O que pôde subir bem alto!

§ 269

Q pae mesmo é obrigado a dar contas, se passou a segundas nupcias. *N.º Ref.* art. 445.

Mas, em duas Port. do Min. do Reino, uma de 27 de abril, outra de 7 de novembro de 1840, se declarou que o pae, por casar segunda vez, não perde o usufructo legal dos bens dos filhos não emancipados, porque ainda não veio Lei, que lhe imponesse esta pena.

Conseguintemente as contas, que se lhe devem tomar, só pôdem servir para verificar, se elle conserva os bens dos filhos em ser, ou se os deixa dilapidar, ou arruinar;

e tambem ~~lise elle alimenta~~ os filhos como deve, porque o usufructo tem annexo esse onus. Lobão a Mello Liv. 2, T. 4, § 13, n. 26, pag. 129.

O Decr. de 26 de out. de 1836 art. 2, § 1, concedeu aos filhos-familias um favor novo: dispensou do registo a hypotheca legal dos bens do pae aos danos, que elle causar, quando administrador. Em contrario o § 2 do dito art. 2 obriga a registrar aquella hypotheca legal dentro de oito dias depois de emancipação do filho. O que me parece menos bem considerado, porque o pae pôde dolosamente emancipar o filho de vinte annos, e a filha de dezoito, edades bem pouco providentes para elles cuidarem da segurança dos seus direitos e acções.

A hypotheca que tem os orphãos nos bens de seus tutores, é sujeita ao registo, e este encarregado ao sub-tutor. Decr. de 26 de out. de 1836 art. 11. O registo não se faz de graça; o sub-tutor não o deve promover à sua custa. O resultado é, que quasi nenhuma d'estas hypothecas é registrada; nem a maior parte dos sub-tutores sabe que ha esta hypotheca, e que ella deve ser registrada.

§ 270

Pôde tambem o ex-tutor oppor a prescripção de dez annos; porque o art. 451 da *N. Ref.* determina, que a acção do menor contra o tutor, para o obrigar a dar contas, ou para verificar a conta geral, que elle lhe dér; presscreve por dez annos contados do dia, em que chegar à maioridade, ou se emancipar. Este artigo, copiado do art. 475 do *Cod. Civ. Franc.*, afastou-se do Direito Romano, segundo nota Vazeille *Tr. des prescr.* n. 573, e resulta uma anomalia, porque todas as outras acções de contas daram trinta annos.

§ 271

Ainda que o art. 392 da *N. Ref.* sómente falle na responsabilidade do Juiz, se não fizer inventario, e se não provê que se não extraviem os bens dos orphãos e maiores pessoas incapazes de administrarem seus bens; não pôde d'ahi inferir-se que o desonera da outra responsabilidade, que terá, se lhes não fizer dar tutor ou curador, se não tomar contas a este, ou se o não remover, administrando mal.

Ib. n. 4

As contas, mandava o Decr. de 18 de maio de 1832, que fossem tomadas ao tutor todas os annos. A prática fez ver, que no maior número de inventarios, os rendimentos apenas chegavam para os salarios; finalmente trouxe a providencia do § un. do art. 466 da *N. Ref.*

§ 272

O vice-tutor, de que aqui se fala, não se deve confundir com o sub-tutor, que as leis modernas mandam nomear todas as vezes que se nomeia tutor. Estes sub-tutores têm a seu cargo o velar sobre os interesses dos orphãos, ou menores, no caso sómente em que esses interesses estejam em oposição com os do tutor. *N. Ref.* art. 432.

§ 273, n. 2

Sobre o prémio dos administradores, veja-se o Decr. de 23 de jan. de 1798, o qual, estabelecendo uma administração à casa de um negociante falecido, assigna aos dois administradores legatário e testamenteiro, instituídos pelo defunto o prémio da vintena do que se apurar da herança, segundo a praxe testamentária observada n'estes

*Reinos. Vej. Borges Carn. no Additamento geral das Leis,
Anno de 1798.*

§ 274

«O alcance das contas vence juros desde o dia em que elle se verificar. N. Ref. art. 448.

Ib. n. 4

«Os Provedores das Comarcas foram extintos na derrota geral dos Desembargadores, Corregedores, e Juízes de Fóra. A administração orphänologica antiga estava desfeita; a moderna ainda peior. Na tabella dos salarios não falemos!»

§ 277, n. 7

«As novas divisões de Concelhos e de freguezias têm ocasionado questões entre os vizinhos dos lugares desannexados, que estavam na posse de apascentar seus gados e spanhar lenha nos báldios, que agora pertencem a outro Concelho. Para as atalhar, deu providencia a L. de 19 de julho de 1839 art. 2.º, dizendo:

«Os báldios, matas, celleiros comuns, e quaésquer outros bens situados n'um Concelho, freguezia ou parte de freguezia, cuja fruição pertencia aos seus respectivos habitantes, continuarão a pertencer a estes exclusivamente, e pelo mesmo modo, não obstante as alterações, que os referidos Concelhos, freguezias ou partes de freguezias tenham sofrido, ou hajam de sofrer por virtude das leis concernentes à divisão do territorio.»

Ib. n. 9

Uma Port. do Min. do Reino de 21 de janeiro de 1840, no Diar. do G. n. 23, declara, que ao créador de tornas compete hypotheca geral registrável nos bens do co-her-

deiro devedor. Fundou-se o Ministro no Decr. de 26 de out. de 1836, art. 7. §º un. n. 6.

§. 286, nº 3º da *N. Ref.* art. 19 do Decreto de 18 de maio de 1832, manda que se uma das partes fôr morta quando a causa estiver apelada à Relação, ou no Supremo Tribunal em Revista, formam-se juntas os Artigos de Habilitação. Se a outra parte os confessar, julgam-se provados; se os contestar, mandam-se autuar em apartado, e remetem-se à primeira instância, para ali serem discutidos, ficando entretanto a causa de quedo. *N. Ref.* art. 737.

Vej. o art. 325, §. 5º

O art. 408 da *N. Ref.*, extrahido do art. 19 do Decreto de 18 de maio de 1832, manda ao tutor que aceite sempre a herança a beneficio de inventario, pena de ser responsavel aos membros pelo prejuizo que elles sofrerem de o não ter feito.

O art. 408 da *N. Ref.*, extrahido do art. 19 do Decreto de 18 de maio de 1832, manda ao tutor que aceite sempre a herança a beneficio de inventario, pena de ser responsavel aos membros pelo prejuizo que elles sofrerem de o não ter feito.

Ignoro que prejuizo possa sobrevenir aos orphãos, pela falta deste termo de aceitacao no inventario; pois que o beneficio do inventario é um effeito do inventario mesmo. Ignoro tambem como o tutor pôde aditar a heranca, sem proceder a auctorizacao do Conselho de Familia, como manda o art. 403.

§. 287 da *N. Ref.* art. 19 do Decreto de 18 de maio de 1832.

Segundo o art. 183 da *N. Ref.* o Juizo do domicilio do defuncto é o competente para os credores demandarem suas dívidas, em quanto a heranca se conservar indevida.

A contrario sensu parece que depois de feita a partilha tem de demandar a cada um dos herdeiros no seu domicilio;

O *Cod. Comm.* art. 1072 considera como acto substancial do processo a *litis-contestação*. Pelo contexto dos arts. 1080. e 1081. parece ter ligado aquella palavra a significação de exibição em Audiencia da Petição ou Libellid do auctor, assignada por um Advogado do Tribunal, com a sé da citação do réu.

§ 290.

O pae deve pagar pelo filho os empréstimos a este feitos, ainda além do pecúlio do mesmo filho, se elle negociaava por consentimento, ou mandado do pae; segundo se deduz da *Ord. L. 4, T. 50, § 3.*

Por uma ordem régia de 11 de nov. de 1824, o governo do Reino determinou que os Dízimos se pagassem em dinheiro, e que a ação de pedir os Dízimos é de pouco uso, depois que estes foram abolidos no continente do Reino; pelo Decr. de 30 de julho de 1832.

Por uma Resolução de 9 de nov., publicada em Edital do Trib. do Thesouro em 27 de nov. de 1834, se declarou que os Dízimos vencidos até á restauração do Governo da Rainha se podiam cobrar. Uma Port. do Min. dos Neg. Eccles. de 9 de nov. de 1837, declarou que as Primícias não foram abolidas pelo Decr. que aboliu os Dízimos.

Os Dízimos, do medo que estavam, careciam de reforma. O extinguiu-os totalmente; causou um esforço, que não será facil poder-se remir em muitas gerações.

§ 295, n. 3.

O beneficio do Alv. de 11 de abril de 1815, ainda

hoje pôde ter uso, se não para os Dízimos (porque estão abolidos), para as decimas, subsidio litterario, e outros impostos prediaes. Porém é de notar, que os prazos da exempliação devem ser fixados por sentença de Juiz de Vara branca, em acto de Vistoria, segundo declarou uma Resol. Reg. de 6 de agosto, referida em Provisão do Conselho da Fazenda de 8 de nov. de 1819, transcripta no *Correio Brasiliense* do mês de dez. de 1819, pag. 604.

Reputam-se terrenos incultos, para podêr requerer aquella exempçao, os que por espaço de 40 annos continuos não tenham sido aproveitados, mas tiverem estado de charneca ou baldio sem cultura alguma. L. de 24 de nov. de 1823 § 1.

§ 300, n. 2

O que são bons e maus costumes, não é bem definido em Direito, não podendo reputar-se boa definição o que diz Papiniano na L. 15, ff. de cond. instit.: *Quae facta ididunt pictorem, existimationem, vereundiam nostram, et (ut generaliter dixerim) contra bonos mores sunt; nec facere nos posse credendum est.*

Henrique Coccey Vol. 1, Disp. 35, § 2, e Wolfo Jus Nat. p. 1, cap. 2, § 277, dizem que bons costumes são os habitos, que nos induzem a praticar alguma virtude, ou a evitar algum vicio. Em contrario são maus costumes todos os habitos viciosos em si, ou idoneos a promover o vicio.

§ 301

É expresso no art. 1241 da Nov. Ref. que o Juiz ou Agente do Ministerio Público pôde ser condenado em perdas e danos nos casos de dôlo.

§ 308, n. 4

A insinuação de doação, que em outro tempo se re-

queria no extinto Detembarço do Paço, agora requer-se ao Administrador do Concelho, e do seu despacho há recurso para o Conselho de Distrito. *Cod. Adm.* de 1842 art. 254. A meu ver, estava mais bem redigido o art. 137 do outro *Cod. Adm.* de 1836, porque declarava, que para a insinuação devem preceder as diligências da lei.

Nem um, nem o outro Código determinou salários por estas diligências. Uma Port. do Gov. de 6 de nov. de 1839, no *Diário* n.º 265, tinha declarado que o Governo não podia taxar salários por este serviço, visto que a lei os não taxou.

Os Direitos de Mercê, que pela insinuação se pagavam, eram um por cento do valor dos bens doados. Alv. de 11 de abril de 1671, §. 76. Porém o Decr. de 31 de dez. de 1836 fixou a quantia certa de 12\$000 réis, e de Sólo 10\$000 réis. Agora na tabella que faz parte da Lei de 10 de julho de 1843, este sóllo está reduzido a 5\$000 réis.

Parecia pois que para a insinuação não era necessário mandar avaliar os bens doados, como no outro tempo, porque, valham muito ou pouco, o Direito da Mercê é quantia certa. Contudo, na L. de 12 de dez. de 1844, art. 3.º §. 1, se declara: «O valor dos bens transmitidos liquidar-se-há, nas doações insinuadas, pela avaliação, que deverá proceder sempre a qualquer insinuação.»

O art. 9 da dicta Lei de 1844, diz: «De nenhuma insinuação de qualquer doação se passará o competente diploma, sem que se mostre satisfeito, ou garantido o referido imposto de transmissão, o que se declarará no corpo do dícto diploma. —

§ 310

Não impede a transmissão dos bens doados, legados, ou de herança o chamado direito de transmissão, insti-

tuido pela L. de 21 de fev. de 1838, e ampliado pela L. de 12 de dez. de 1844. Porém aquelles, em favor de quem foi feita a doação, nomeação, legado, ou instituição de herdeiro, quando sejam sujeitos a este imposto, são obrigados a participá-lo ao respectivo Administrador do Concelho, dentro de 60 dias depois de terem d'ele conhecimento, sob pena de pagarem o imposto em dóbro, e de não poderem deduzir acção em Juizo por sí-milhante título, em quanto o não mostrarem pago. Cit. L. de 12 de dez. art. 13.

O art. 14 impõe obrigação de fazer igual participação, àquelle em cuja casa falecer alguém; que deixe herdeiros testamentários, ou ab intestato, ou legatários sujeitos ao imposto, dentro de 30 dias da falecimento, pena de pagar o imposto em dóbro, e de dezoito vinte mil réis de multa.

O art. 15 impõe a mesma obrigação ao que ficar em posse da herança, se os co-herdeiros forem maiores, e não houver inventário, no termo de 60 dias, com as mesmas penas.

O art. 22 incumbe aos testamenteiros, cabeças de casal e inventariantes, o não poderem fazer entrega de quaisquer legados, ou quinhões de herança aos respectivos interessados, sem que esteja pago ou garantido o imposto da transmissão, pena de ficarem solidariamente responsáveis por elle, e sujeitos à multa de cincos por cento da sua importância.

O art. 23 determina, que sentença alguma relativa a legado, herança, doação, nomeação ou contracto, de que se deva imposto de transmissão, não possa ser executada, sem que préviamente se mostre pago ou garantido o imposto.

E o art. 24 diz — que nenhum documento ou título comprobativo de pagamento de legado ou herança, ou de cumprimento de doação, nomeação, ou qualquer contrato, de que se deva o imposto de transmissão, seja atten-

dido em Juizo, sem que por documento legal se mostre pago ou garantido o dito imposto.

O imposto são tres por cento do valor dos bens da doação, legado, herança ou vinculo, se passa de sobrinho para tio, ou de um primo co-irmão para outro. São cinco por cento, passando a parente em 3.^º ou 4.^º grau de Direito Canonico. São sete por cento, passando para parentes mais remotos; são dez por cento passando para estranhos, ou para parentes por afinidade, ou filhos adoptivos.

Os filhos de damnatio causa são como parentes no 4.^º grau, a respeito dos bens de pai ou mãe; e como estranhos, e vindo-lhes os bens de outros parentes paternos. Os irmãos maternos nada pagam. *Cit. L. art. 1, § 1, 2; 4, 5 e 6.*

§ 314

As sentenças dos arbitros não têm execução, sem que sejam enviadas ao Juiz competente, para interpor sua auctoridade, e judicial decreto; e isto, tanto no fórum civil, como no commercial. *Nov. Ref. art. 230, Cod. Comm. art. 1033 e 1109.*

O compromisso é nullo, quando, compromettendo-se as partes em dous arbitros, não nomeiam logo terceiro para decidir no caso de empate. *N. Ref. art. 150, § 2;* pena bem grave para um desculpo, as mais das vezes inocente.

Ib. n. 3

Hoje é desnecessaria a Provisão, que o Reg. dos Desemb. do Paço § 54, concedia, para se não poder appellar ou agravar da sentença dos arbitros; porque a *N. Ref. art. 155* permite poder no Compromisso renunciar aos Recursos de appellação, ou revista.

www.libtool.com.cn
§ 315

Ninguem pôde escusar-se de ser Juiz arbitro, excepto com legitimo impedimento. *N. Ref.* art. 150, § 3. Ficaram no esquecimento as penas ásperas do Decreto de 16 de Maio de 1832 art. 30 § 1.^º e 2.^º, obra de Legisladores guerreiros.

§ 317

O Capitão ou Mestre do navio é responsável pelos danos provenientes de irregularidade na arrumação e estivas das fazendas carregadas. *Cod. Comm.* art. 1365.

Se ao carregar as fazendas, não declarar no conhecimento o mau estado, avaria ou desfalque, presume-se que foram carregadas em bom estado, e bem acondicionadas; art. 1376.

Se as carregar sobre a coberta, sem consentimento por escrito do carregador, é responsável por todo o dano, que sofrerem; art. 1390.

O navio e o frete respondem aos carregadores pelos danos causados à carga por negligencia, impericia, ou infidelidade do Capitão; art. 1390.

Similhantemente as bestas, bois, carros, barcos e seus apparelhos são hypotheca especial dos efeitos entregues ao recoveiro ou barqueiro com o ajuste de os transportar a outra parte. *Cod. Comm.* art. 181.

Qualquer d'aqueles é responsável pelos danos, salvo se provierem de caso fortuito inevitável, ou de violencia insuperável, ou de vicio proprio das fazendas; art. 182.

Ainda mesmo é responsável pelas avarias, se se provar que ocorreram por negligencia, ou falta das cauletas, que o uso tem ensinado a adoptar; art. 183.

A polícia das hospedarias, estalagens, e outras casas similares, está presentemente encarregada ao Administrador do Concelho. *Cod. Adm.* art. 249, n. 5.

§ 321, n. 1

Ainda que as dívidas da Fazenda nacional possam ser cobradas de qualquer dos herdeiros do devedor, *in solidum*, todavia o demandado é admittido a chamar os seus co-herdeiros à demanda; se não acodem, pôde o executado, ainda a execução, prosseguir contra qualquer dos que foram chamados pela totalidade, abatida sómente a sua parte hereditária. Contra cada um dos não chamados, pôde sómente demandal-o pela sua quota parte, com os competentes juros e custas. *N. Ref.* art. 658 e 659.

§ 322, n. 5

Os manifestos dos dinheiros a juros, ou emprestados graciosamente, foram encarregados ultimamente ao Administrador do Concelho. L. de 29 de out. de 1840, art. 18, § 2. O formulario dos Termos de manifesto, ordinários, e dos tomados por lembrança, acha-se em Port. do Min. da Faz. de 10 de jan. de 1842, no *Diar. do Gov.* n. 33. Antes disso estavam encarregados às Camaras. Instruç. de 31 de julho de 1834, art. 12.

§ 335, n. 3

Da mesma sorte que um co-réu em causa cível não responde por todas as custas, quando todos foram simultaneamente condenados; tambem se no mesmo sumário foram muitos os pronunciados, não devem exigir-

se todas as custas de um só, mas sómente a sua parte *pro rata*. Assim se infere da *Ord. L. 1, T. 65, § 33.* Lobão Seg. Linh. not. 587, n. 9, pag. 726.

§ 339, n. 1

A N. Ref. art. 613, § 1, conoeda ao fiador principal pagador o nomear à penhora os bens do devedor original. Mas o exequente pôde insistir contra o fiador, quando os bens do devedor apresentem dificuldades na execução.

§ 340, n. 5

Por um Assento dê 2º dê dez. de 1791 se declarou, que as mulheres commerciantes não gozam do beneficio do Velleano a respeito das coisas pertencentes ao seu negocio. Com este alseonto parece ter-se conformado o *Cod. Comm.* art. 18. Veja Lobão Seg. Linh. not. 309, n. 4, pag. 235.

§ 349, n. 2

Entre commerciantes não se pôde resilir do contracto, oferecendo o signal em dôbro; porque em regra o signal se entende dado em princípio de paga, salva a convenção expressa em contrário. *Cod. Comm.* art. 463.

Ib. n. 6

O *Cod. Comm.* art. 935 fixou a jurisprudencia n'este ponto: «A indemnidade de perdas e danos não deve «comprehender, a respeito da perda sofrida pelo créedor «o lucro de que foi privado, senão aquillo que é conse- «quência immediata e directa da inexecução do contra- «cto.»

O mesmo tinha dito Pothier *Tr. de vente* p. 2, cap. 1, n. 72 e 73.

www.libtool.com.cn

Ib. n. 6

O comprador d'um cavallo deu 4\$800 réis de signal, e pediu ao vendedor o conservasse na sua cavalharica por oito dias, até elle ir para a feira. No 4.^º dia morreu o cavallo com uma dôr, e o comprador queria eximir-se de o acabar de pagar, dizendo, queria perder o signal dado. O vendedor demandou-o pelo resto do preço, e venceu. Além da razão que dá Silva á Ord. L. 4, T. 8, pr. n. 2, acresce esta: «*Est iniquum, damnosum esse acuique officium suum.*» L. 7, ff. *Testam. quemadm. aper.*

§ 351

Póde-se tambem oppôr, que a compra e venda sóra feita em praça por auctoridade de Justiça; pois nas vendas feitas por auctoridade do Juiz não tem lugar a accão redhibitoria. *Cod. Comm. art. 489.*

Ib. n. 2

A regra, que o commodo e perigo da cousa vendida é por conta e risco do comprador, parece ter applicação no caso seguinte:

Maria vendeu a José umas casas por 125\$000 réis, que estavam hypothecadas a uma dívida, que ella devia ao extinto Convento de Bussaco. Recebeu os 25\$000 réis, e o comprador tomou em si a obrigação de pagar a dívida da hypotheca. Cinco mezes depois do contracto, sobreveio a Lei de 5 de nov. de 1841, a qual, para facilitar a remissão das dívidas dos Conventos, fez grande perdão aos dévedores. José aproveitou o favor da Lei, e pagou com 70\$000 réis os 100\$000 da dívida. A vendedora, sabendo isto, demandou-o pelos trinta mil réis do beneficio da lei. Parece-me que a causa foi intentada sem

justiça; a Lei concedeu o favor a quem remisse, e não foi a auctora. As Leis regulam para o futuro, e não factos preteritos. L. 7, Cod. de Legib.

§ 352

A accão de rescissão da venda por vicios preexistentes, ou diversidade de qualidade de fazendas vindas por terra para estação pública á disposição do comprador, só pôde ter lugar, sendo intentado dentro de oito dias da entrega da cautela da recovagem, e antes de removidas d'essa estação; e dentro de dous mezes da entrega do conhecimento, vindo por mar. *Cod. Comm. art. 500.*

§ 356

A Nov. Ref. art. 322 ordena, que o réu, que tiver de chamar outro á autoria, o declare na Audiencia, para que foi citado, ou depois de decididas as excepções de incompetencia, ou de suspeição.

Outra causa determinava a Ord. L. 3, T. 45 § 2. E o Cod. Comm. não marca o tempo de chamar á autoria o vendedor, art. 479. Esta Lei está melhor; porque o réu na Audiencia, para que foi citado, pôde não ter occasião de haver conselho com quem o dirija.

Ib. n. 6

A diferença, que havia pela Ord. entre appellações e aggravos ordinarios, desapareceu. Hoje sómente se admite a appellação. Foi boa esta reforma.

§ 360

O réu comprador pôde tambem oppôr, que o vendedor se não mostra habilitado para vender.— As Contra-

~~ries, Irmandades e Juntas de Parochia~~ não podem vender bens de raiz, nem trastes de prata ou ouro, nem Acções de Companhias, sem licença do Govérnho. Os bens de raiz devem ser vendidos em praça, e não são admitidos a lançar os Mesários da Confraria ou Irmandade. Vejam-se os Decretos de 17 de maio,— 16 de julho,— 3 de agosto,— e 5 de novembro de 1839, no *Diar. do Gov.*, que concederam várias licenças para aquelle efeito.

Da mesma sorte devem pedir licença para aforarem bens da Parochia, ou da Confraria e Irmandade; e se concede, fazendo-se o aforamento em praça, sem que seja admittido a lançar membro algum da Corporação. Vej. os Decretos de 8 de agosto,— 31 de outubro,— e 29 de novembro de 1839.

lb. n. 1

Quando se diz que o vendedor, que vende fiado, só fica com acção pessoal para cobrar o preço, entende-se, se entregou a cousa vendida; se a retém, rētem o domínio. *Cod. Comm.* art. 492. Ainda mesmo que entregasse a fazenda fiada, pôde reivindicá-la nos casos determinados no *Cod. Comm.* art. 911 e seg.

§ 363

Não tem logar a acção de lesão nas compras e vendas commerciaes; salvo havendo dolo, erro, ou violencia. *Cod. Comm.* art. 494.

Não se reputam commerciaes: 1.º as compras e vendas de bens de raiz; 2.º as de objectos destinados para consumo do comprador; 3.º as de gados, ou de fructos, feitas pelo lavrador, ou por pessoa, que os recebe por dote, renda, salario, ou emolumento; 4.º a revenda dos crescimentos do que cada um comprou para seu consumo. *Cod. Comm.* art. 504.

www.libtool.com.cn
Ib. n. 4

Na troca não tem logar a rescissão por lesão. *Cod. Comm.* art. 810. O que eu entendo, se a troça for de fazendas commerciaes.

§ 366, n. 5

Em logar da equidade, de que fez menção esta Noja, outra foi introduzida pela *Nov. Ref.* art. 602. Permitte não só ao executado, e sua mulher, mas também aos descendentes ou ascendentes d'elles, o poderem remir, ou dar lançador a todos, ou a parte dos bens penhorados até o acto d'o arrematante assignar o auto da arrematação, ou no intervallo até ser publicada a sentença da adjudicação.

Da remissão, que qualquer d'aquelles descendentes ou ascendentes fizer, parece não se dever Sisa. Vej. *Gazeta dos Trib.* n. 341.

§ 368

Por Decr. de 19 de abril de 1832 art. 2, não se deve Sisa das trocas, excepto da diferença de valor dos predios, que for saldada a dinheiro. A Sisa, que por este Decr. foi reduzida a cinco por cento, tornou a ser levada a dez por cento por L. de 2 de outubro de 1841.

Uma Port. de 4 de março de 1842, no *Diar. do Gov.* n. 105, manda que as Certidões de Sisa sejam incorporadas nas escripturas de compra, como determina a *Ord. L. 1, T. 78, § 14.*

§ 369, n. 5

A *Nov. Ref.* art. 607, justamente mandou, que ninguém seja obrigado a arrematar bens, que andam em praça, nem mesmo sendo exequente a Fazenda Nacional.

www.libtool.com.cn

§ 370

Ainda que aquele que obteve tirar uma terra por encravada, deva pagar a terça parte mais do justo valor, pela coacção ao dono; contudo não é obrigado a pagar Sisa da terça parte sobredicta. Decr. de 23 de junho de 1775.

§ 373

Como deva portar-se o colono de prédios rústicos no caso de esterilidade, está declarado em a *N. Ref.* art. 292.

§ 375

Pela L. de 28 de novembro de 1840 art. 15, recopiada nos art. 281 e 282 da *N. Ref.*, se mandou restaurar a legislação antiga acerca da cobrança de alugueis, e despejos de casas.

§ 379, n. 7

Concorda o *Cod. Comm.* art. 516 e seg.

Os operarios, que o mestre da empreitada ajustou para trabalharem n'ella, sómente têm acção contra o dono da obra até à concorrência do que elle estiver devendo ao empreiteiro no tempo da instalação da acção, *Cod. Comm.* art. 524. O mesmo tinha dito Solano *Cogit.* 5, n. 52.

§ 382

Que o devedor de soldadas a gente do mar não deve ser ouvido em Juizo sem depósito, concorda o *Cod. Comm.* art. 1496.

www.libtoed.org.cn

§ 384, n. 4

O preço dos fretes foi deixado à livre convenção das partes. Edital de 11 de agosto de 1807.

§ 386, n. 5

Quaes são as avarias grossas, está muito bem especificado no *Cod. Comm.* art. 1816; e quaes as avarias simples, no art. 1818.

O modo de repartir a contribuição para as avarias, vej. *Cod. Comm.* art. 1836 e seg.

§ 387

Hoje em dia os fretes devem ser demandados nos Juízos commerciaes de 1.^a instancia, onde os ha: onde os não ha, perante às Justiças Ordinarias, com intervenção de Arbitros commerciaes. *Cod. Comm.* art. 1032.

§ 389, n. 5

O tributo das Jugadas acabou pelo Decr. de 13 de agosto de 1832, art. 6.

Os privilegios dos Desembargadores, e de todas as outras pessoas, cessaram com a *Cart. Const.* art. 145, § 15.

§ 390

Além da Lei de 4 de julho de 1776, que reputa colônias perpétuas ou em vidas os aforamentos de casas já construídas, ou de terras já cultivadas, temos o Decr. de 4 de abril de 1832 art. 25, que concede aos administradores de Capellas e Morgados, que tiverem sucessores

legítimos em linha recta, o fazerem com consentimento do legítimo successor, ou de seu Curador, arrendamentos de longo prazo, isto é, por trinta até cem annos.

Prohibe porém aos rendeiros nos ultimos vinte annos do contracto poderem cortar ou arrancar arvores, desfazer edificios, ou mudar a fórmula da cultura, pena de despejo, art. 26.

Estes rendeiros não podem pedir bemfeitorias, por mais necessarias ou uteis que sejam, nem requerer retenção, art. 28. Não podem tambem requerer renovação de contracto, art. 25.

§ 391

A via executiva para cobrança de foros ou censos foi derogada pelas *Ref. Judiciarias*. Apenas se permite requerer embargo ou arresto nos moveis ou fructos, que forem hypotheca legal da dívida, juntando o título, ou justificando a posse de os cobrar. Para isto mesmo é necessário que os foros sejam dos tres annos ultimos: se forem mais atrasados, não se pôde usar do arresto, e só se pôde intentar a acção ordinaria. *N. Ref.* art. 283.

Se os foros excedem a seis mil réis, deve haver conciliação. Ainda que os não excedam, se o foreiro nega a obrigação de os pagar, deve haver conciliação, porque então a causa tem a natureza de bens de raiz. *Ord. L. 3, T. 47*, pr.

Os foros, censos e pensões, que antes da divisão de territórios se pagavam a um Concelho, que foi desmembrado, agora devem pagar-se áquelle Concelho, em cujos limites estão os predios foreiros. *L. de 19 de julho de 1839* art. 1.

§ 393

A excepção mais frequente, a que nos nossos tempos recorrem os foreiros, é a de dizerem que o fôro está ex-

tincto pelo Decr. de 13 de agosto de 1832; Decreto, que infelizmente produziu talvez tantas demandas, como elle tem de letras.

Uma Resolução de 3 de set. de 1835, no *Diar. do Gov.* n. 211, deu áquelle Decreto uma explicação tão obscura como elle: porque não só é difícil extremar os bens chamados da Corôa, dos outros; mas é quasi impossivel averiguar, quaes os bens originariamente da Corôa, e quaes os que esta adquiriu por titulos derivativos. Era mais simples o dizer, como disse um Accordão da Relação do Porto de 17 de julho de 1839, na *Gaz. dos Trib.* n. 268, que o Decreto, extinguindo os Prazos da Corôa, sómente extinguiu o dominio directo d'esta, e os foros que á Corôa ou a seus donatarios se pagavam, ou directamente pelo emphyteuta, ou mediatamente pelo sub-emphyteuta, a quem o emphyteuta impoz esse onus, além do sub-fôro, que estipulou para si.

Ou, o que fôra melhor, suspender-se a cobrança dos foros, como suspenderam as Portt. do Min. da Faz. de 19 e 27 de fever. de 1839; e o Governo promover efficazmente a Lei de resfórmula do Decreto. Ha sete annos se tem formado diversos projectos d'esta resfórmula; e ainda nenhum passou da Câmara electiva, por falta de energia do Governo.

§ 394, n. 7

A Câmara de Lisboa deve desde 1719 um padrão de juro á Capella instituida por Manuel Teixeira de Carvalho. A Câmara quiz pagar os juros, metade em moeda papel, até 31 de dez. de 1837. O Juiz de 1.^a instancia assim julgou; mas na Relação se decidiu por Accordão de 31 de agosto de 1841, que os devia pagar em metal, porque as Leis de 1 de set. de 1834, e de 31 de dez. de 1837 art. 2, mandam satisfazer as obrigações anteriores nas espécies de moeda em que forem contrahidas. Interpoz-se Revista, mas foi denegada em 13 de jan. de 1843,

por não haver contravenção á expressa e litteral disposição da Lei. ~~Gaz. dos Trib.~~ n. 207.

§ 397

Sobre as penas de commisso dos prasos da Fazenda Nacional devem lêr-se as Instruç. do Decreto de 26 de nov. de 1836, art. 16 e 17, *Diar. do Gov.* n. 291.

Depois do Decr. de 13 de agosto de 1832, tem plausível desculpa os Foreiros que deixaram de pagar, porque o Governo mesmo se tem visto embaraçado em resolver, quaes os foros, que se devem, quaes os abolidos. Além das Portt. de 19 e 27 de sever., vej. a Port. de 30 de julho de 1839, no *Diar. do Gov.* n. 186.

§ 403

As renovações dos prasos foreiros á Fazenda Nacional foram reputadas mercês, pelo Decr. de 26 de nov. de 1836. Mas são mercês de uma natureza muito especial; porque se forem denegadas ás pessoas, a que de Direito é devida a renovação, podem demandar os Agentes do Ministerio em Juizo contencioso, e pela sentença se deve estar. Cit. Decr. art. 15.

Estas renovações, e bem assim as dos prasos dos extintos Mosteiros, devem ser pedidas aos Governadores Civis dos Districtos, *Cod. Adm.* art. 225, n. 4; e têm a fórmula de processo delineada no cit. Decr. art. 13 e seg.

Estas renovações foram sujeitas ao enorme direito de cinco por cento do valor dos bens, e 4\$000 rs. de sêllo, Decr. de 31 de dez. de 1836.

O mais é, que até os simples reconhecimentos dos Foreiros, que tanto têm de uteis á Fazenda, quanto de incommodos aos mesmos Foreiros, até estes foram sujeitos pelo cit. Decr. de 26 de nov. de 1836, art. 8 e seg., a tantas formalidades, que espantam.

Uma Port. de 26 de março de 1839 declarou que o Decr. de 26 de nov. de 1836 não comprehende os prazos dos Cabidos.

Outra Port. de 11 de junho de 1839 inhibe os Tabelliões de lavrarem escripturas de renovações, subemphyteuticações, ou de hypothecas de bens nacionaes, sem guia de pagamento do sêllo de 4\$000 rs., estabelecido na Tabella da L. de 7 de abril de 1838.

Additamento. A Lei de 26 de março de 1845 art. 1 diz o seguinte: «Fica revogada e sem effeito algum a verba da Pauta do Decreto de 31 de dez. de 1836, que diz: — asfamentos, renovações, hypothecas e subemphyteuticações de bens nacionaes — Cinco por cento do seu valor.»

§ 406, n. 2

Hoje nem ha Mesa da Consciencia, nem Juiz Geral das Ordens. As renovações dos prazos das extintas Commendas são requeridas ao Governador Civil. Da decisão d'este ha recurso para o Tribunal do Thesouro. Vej. *Cod. Adm.* art. 225, n. 4; Instruç. do Decr. de 26 de nov. de 1836 art. 15.

§ 413

Sobre o mandato mercantil, suas especies e particularidades, deve lér-se o que determina o *Cod. Comm.* art. 762 e seg.

§ 416, n. 4

As cartas mercantis de introducção e recommendação são consideradas como méras atestações, que não produzem obrigação, nem ação; salvo se o escriptor da carta empregou expressões, que no seu natural sentido tenham virtualmente força de promessa e obrigação, a juizo de Arbitros. *Cod. Comm.* art. 450 e 451.

www.libtool.com.cn

§ 417

Sobre o contracto dos seguros e suas especies, temos presentemente ampla legislacão no *Cod. Comm.* art. 1672 e seg. Deve consultar-se, porque na estreitesa d'estas notas não cabe tão larga materia.

§ 418, n. 5

Ainda que o segurado não possa fazer segurar segunda vez a mesma cousa, pena de nullidade do 2.º seguro, *Cod. Comm.* art. 1679; comitudo é lícito ao segurador fuzer resegurar, por outros seguradores, os objectos que elle mesmo segurou, por premio maior ou menor, como ajustar. *Cod. Comm.* art. 1726.

§ 422

A materia do cambio presentemente acha-se methodicamente regulada no *Cod. Comm.* art. 321 e seg. Deve lér-se com preferencia aos escriptores estrangeiros.

§ 423, n. 2

O que é recambio, e como se effectua. Vej. o *Cod. Comm.* art. 407 e seg.

§ 424, n. 4

Sobre a prescripção de cinco annos para as letras de cambio, vej. *Cod. Comm.* art. 423 e 441.

Que o portador da letra perde todo o direito e acção contra o sacador e indossados, e só pode demandar o aceitante, se acaso não tira o protesto de não pagar em

tempo util, vej. *Cod. Comm.* art. 420. Protestando-a em tempo, pôde demandar a qual melhor quizer, art. 406.

§ 426

O *Cod. Comm.* não se lembrou da acção de Assignação de dez dias. Mas no art. 1076 determina, que todas as causas commerciales sejam decididas com toda a celeridade, simples e summariamente, de plano, pela verdade sabida, sem stricta observância de formulas.

No art. 1086 diz, que em todas as causas, cuja petição de Libello for fundada, e acompanhada de obrigação commercial firmada pelo réu, este é obrigado a ir à Audiencia da instalação da acção assinar termo de confissão ou negação da sua firma, pena de ser havida por confessada a acção.

As Letras de terra são reputadas méras obrigações civis, quando são passadas por individuo não comerciante, e não tem por causa uma operação do commercio. *Cod. Comm.* art. 439.

Ib. n. 3

A fórmula do instrumento de protesto de uma Letra acha-se delineada no *Cod. Comm.* art. 402 e 403.

Presentemente não ha Escrivão privativo dos Protestos.

§ 427, n. 2

Que no domicilio dos donos do Navio, ou de seus correspondentes, o Capitão não pôde sem autoridade d'elles fazer concertos, comprar vélas, maçames, ou outros objectos, nem mesmos fretar o navio, *Cod. Comm.* art. 1393.

www.libtool.com
Ib. n. 3 e n. 5

Concorda o *Cod. Comm.* art. 1390.

§ 430

Sobre a acção institória deve ler-se o que legislou o *Cod. Comm.* art. 922 e seg.

§ 431, n. 1

Quando o institutor estipula o contracto em seu nome, não obriga o preponente. *Cod. Comm.* art. 924. Na dúvida presume-se que contrahíra em seu nome, e não no do preponente, art. 925.

Ib. n. 2

O institutor, estipulando e contrahindo obrigações de contractos alheios da sua preposição, ainda que expressamente declarasse, que estipulava pelo preponente, não o obriga. *Cod. Comm.* art. 926.

§ 438

Quando as perdas e danos resultam de um facto criminoso, bem pôde o queixoso intentar uma acção civil, ainda que renunciasse ao direito de acusar o réu. *N. Ref.* art. 858.

Pôde porém cumular a acção civil com a accusação criminal, art. 859; ou intental-a separada da accusação: mas n'este caso não pôde julgar-se a acção civil, sem que primeiro o seja a accusação, art. 858.

No caso de ser cumulada, prescreve a acção civil pelo mesmo tempo da accusação criminal. Sendo a acção civil

intentada separadamente, prescreve sómente por trinta annos. *N. Ref.* art. 1212.

§ 439, n. 3

A tristissima Lei das indemnisações de 25 de abril de 1835 deu occasião a se intentarem demandas innumeraveis, especialmente contra as testemunhas, que tinham jurado na denominada devassa de rebellião de 1828. O Supremo Tribunal de Justiça annullou algumas sentenças, que subiram á Revista, com o fundamento de terem sido condemnados os recurrentes, sem haver prova de que tivessem jurado falso na devassa. Vej. Accordão de 11 de maio de 1838, *Diar. do Gov.* n. 133; Accordão de 6 de julho de 1838, *Diar. n.* 185; Accordão de 23 de julho de 1838, *Diar. n.* 188; e Accordão de 30 de julho de 1838, *Diar. n.* 189.

Mas quantas sentenças não ficaram valendo, tão injustas, como as annulladas, porque as partes não puderam recorrer!!

§ 443

Hoje em dia concede-se accão de perdas e danos contra os Juizes, e Agentes do Ministerio: 1.^º nos crimes de suborno, peita, peculato, ou concussão; 2.^º nos casos de dôlo; 3.^º quando a Lei expressamente os faz responsaveis por alguma commissão, ou omissão; 4.^º denegando justiça. *N. Ref.* art. 1241, conjugado com o art. 771 e seg.

Bom é que haja isto na Lei, ainda que rarissima vez se faça caso d'ella, e uso d'ella.

Ib.

Em outro tempo a ignorancia de alguma Lei era des-

culpavel; e qualquer Juiz sómente se fazia suspeito, quando não guardava a Lei, que lhe era allegada. *Ord. L. 1.^o T. 5.^o, § 4.^o* Presentemente muito mais desculpavel é: além das Ordenações, e Leis extravagantes, que formam grossos volumes, temos mais um Código Commercial, tres Reformas Judiciarias, tres Códigos Administrativos, mais de 400 Leis das Cortes desde 1834 até 1844, mais de 500 Decretos, e mais de mil Portarias do Governo, que, bem ou mal, se tem ingerido a interpretar Leis. As Tabellas de emolumentos têm sucedido umas ás outras, cada qual mais complicada e exorbitante! Se nos aco-de um novo Fernandes Thomas com algum Repertorio novissimo, andaremos perdidos n'este novo labirinto.

O Leitor achará aqui junto um pequeno Repertorio de Regras de Direito Civil antigo, que se não devem riscar da memoria.

*Tot nos praeceptis, tot exemplis instruxit antiquitas,
ut non possit videri ulla forte aetas felicior, quam nostra,
cui docendae priores elaboraverunt.*

Quinctil. *Inst. L. 12, Cap. 11.*

*vere leges non sunt verba carum sibi, sed min et ratione
in iustis solus deus
pudentius, non dormientibus, succurrit jux-
tus abyssum invitat*

*Vale esse et non apponere idem est in iuri
non probandi in iustitia actione*

*causa carere, est causa causa tamen unde noster si quoniam
languit dicit dominum ipse dedisse.*

Julianus se ultra petita

DE DIVERSIS REGULIS JURIS ANTIQUI

quis Deus vult perdere, bonus dementat.

Th. Chomdon SECUNDUM SERIEM ALPHABETICAM

bonorum, quae te dementia cepit! (legi)

*poteris dico quoniam ^{REDACTIS} dividunt textus dividunt.
Inclusio unius est exclusio alterius.*

AD TYRONES

*quis talia fundo teniperet a lacrymis?
Solatio est iustis sociis habere penates.
mut lacrymas ~~serum~~*

Abrogare — Derogare

*Derogatur legi; cum pars detrahitur: abrogatur legi, cum
prorsus tollitur. L. 102, ff. de verb. signif.*

Absentia

*Absentia ejus, qui reipublicae causa abest, neque ei, ne-
que filii damnosa esse debet. L. 15, ff. de Reg. Jur.*

Actio

*Qui actionem habet ad rem recuperandam, ipsam rem
habere videtur. L. 15, ff. de R. J.*

Minus est habere actionem, quam rem. L. 204, ff. de R. J.

*Actionum modus, vel lege, vel per praetorem introdu-
ctus, privatorum pactionibus non infirmatur: nisi tunc,
cum inchoatur actio, inter eos convenit. L. 27, ff. de
R. J.*

*Quoties occurruunt plures actiones ejusdem rei nomine,
una quis experiri debet. L. 43, ff. de R. J.*

Nunquam actiones nisi praesertim penales, de eadem re occurrentes, alia aliam consumit. L. 130, ff. *de R. J.*
Ejus est actionem denegare, qui possit et dare. L. 102, § 1, ff. *de R. J.*

Nihil interest, ipso jure quis actionem non habeat, an per exceptionem infirmetur. L. 112, ff. *de R. J.*

Nemo alieno nomine lege agere potest. L. 123, ff. *de R. J.*
Cui damus actiones, eidem et exceptionem competere multo magis quis dixerit. L. 156, § 1, ff. *de R. J.*

Is nullam videtur actionem habere, cui propter inopiam adversarii inanis actio est. L. 6, ff. *de dol. mal.*

Remittentibus actiones suas non est regressus dandus. L. 14, § 9, ff. *Aedilit. edict.*

Nemo de improbitate sua consequitur actionem. L. 12, § 1, ff. *de furt.*

Actor

Non decet actori licere, quod reo non permittitur. L. 41, ff. *de R. J.*

Favorabiliores rei potius, quam actores habentur. L. 125, ff. *de R. J.*

Invitus agere, vel accipere nemo potest. L. un. Cod. *Ut nemo invit. ag. cog.*

In criminali negotio rei forum accusator sequatur. L. 5, Cod. *de Jurisdic. omn. jud.*

Actore non probante, qui convenitur, etsi nihil ipse praestat, obtinebit. L. 4, Cod. *de edendo.*

Actus

Quotiens in actionibus, aut in exceptionibus ambigua oratio est, commodissimum est id accipi, quo res, de qua agitur, magis valeat, quam pereat. L. 12, ff. *de reb. dub.*

Quotiens in stipulationibus ambigua oratio est, commodissimum est id accipi, quo res, de qua agitur, in tuto sit. L. 80, ff. *de verb. oblig.*

Plus valet quod agitur, quam quod simulate concipitur. Tit. Cod. h. t.

Nihil actum esse credimus, dum aliquid addendum superest. L. pen. Cod. *de his, quib. ut indign.*

Aequalitas

Quod ad jus naturale attinet, omnes homines aequales sunt. L. 32, ff. *de R. J.*

Paene similis omnium hominum natura est. L. 13, Cod. *de contrah. stip.*

Aequitas

In omnibus quidem, maxime tamen in jure, aequitas spectanda. L. 90, ff. *de R. J.*

Ubi aequitas evidens poscit, subveniendum est. L. 483, ff. *de R. J.*

Aequitatem ante oculos habere debet iudex. L. 4, § 1, ff. *de eo, quod cert. loc.*

Placuit in omnibus rebus praecipuam esse justitiae aequitatisque, quam stricti juris rationem. L. 8, Cod. *de judic.*

Alter

Non debet alteri per alterum iniqua conditio inferri. L. 74, ff. *de R. J.*

Nemo potest mutare consilium suum in alterius injuriam. L. 75, ff. *de R. J.*

Alter alteri obligatur de eo, quod alterum alteri ex bond et aquo praestare oportet. L. 2, § ult. ff. *de oblig. et act.*

Non oportet ex sententia, pro alio habito, alium pergravari. L. 21, ff. *de his, qui not. inf.*

Alternativa

Cum illa aut illa res promittitur, rei electio est, utram praestet. L. 10, § 6, ff. *de Jur. dot.*

Alienare — Alienum

Qui occasione acquirendi non utitur, non intelligitur alien-

wnare. *Videtur alienare*, qui patitur usucapi. L. 28, ff. de verb. signif.

Qui potest invitit alienare, multo magis et ignorantibus, et absentibus. L. 26, ff. de R. J.

Non alienat, qui duntaxat amittit possessionem. L. 119, ff. de R. J.

Cum quis possit alienare, poterit et consentire alienationi. L. 165, ff. de R. J.

Omnis scire debet, quod suum non est, hoc ad alios pertinere. L. ult. Cod. *Unde vi.*

Unusquisque suis fruatur, et non inhibet alienis. L. 1, Cod. de thesaur.

Alimenta

Ipsa natura et leges a parentibus alendos esse liberos imperant, et ab ipsis liberis parentes. L. fin. § 5, Cod. de bon., quae lib.

Parentum necessitatibus liberos succurrere justum est. L. 1, Cod. de alend. lib.

Ambiguum

Quoties idem sermo duas sententias exprimit, ea potissimum excipiatur, quae rei gerendae aptior est. L. 67, ff. de R. J.

In ambiguis pro dotibus respondere, melius est. L. 85, ff. de R. J.

In ambiguis orationibus maxime sententia spectanda est ejus, qui eas protulisset. L. 96. ff. de R. J.

In contrahenda emptione ambiguum pactum contra venditatem interpretandum est. L. 172, ff. de R. J.

Cum in testamento ambigue, aut etiam perperam scriptum est, benigne interpretari, et secundum id, quod credibile est cogitatum, credendum est. L. 24, ff. de reb. dub.

Cum in verbis nulla ambiguitas est, non debet admitti voluntatis quaestio. L. 25, § 1, ff. de legat. 3.^o

www.libtool.com.cn

Amittere

Rem amisisse videtur, qui adversus nullum ejus persequendae actionem habet. L. 14, § 1, ff. *de verb. sign.*
Non vindentur rem amittere, quibus propria non sicut.
L. 83, ff. *de R. J.*

Animus

Animi motum *vultus* detegit. L. 19, ff. *de off. praes.*

Approbare

Quod omnes similiter tangit, ab omnibus comprobetur;
L. ult. Cod. *de auctor. praest.*

Beneficium

Interest hominis, hominem beneficio affici. L. 7, ff. *de serv. export.*

Adjuvari nos, non decipi beneficio oportet. L. 17, § 3,
ff. *Commod.*

Invito beneficium non datur. L. 69, ff. *de R. J.*

Bona

Bona intelliguntur cujusque, quae deductio aere alieno
supersunt. L. 39, § 1, ff. *de verb. sign.*

Quod communiter omnibus prodest, hoc privatas utili-
tati praferendum. L. 1, § pen. Cod. *de caduc. toll.*

Bona fides

Bonae fidei emptor esse videtur, qui ignoravit eam rem
alienam esse, aut putavit eum, qui vendidit, jus ven-
dendi havere. L. 109, ff. *de verb. sign.*

Bona fides tantum possidenti praestat, quantum veritas,
quoties lex impedimento non est. L. 136, ff. *de R. J.*

Ubi lex inhibet usucaptionem, bona fides possidenti nihil
prodest. L. 24, ff. *de usucap.*

Bona fides exigit, ut quod convenit, fiat. L. 21, ff. *Locat.*

..

Bonae fidei non congruit de apicibus juris disputare.

L. 29, § 4, ff. *Mandat.*

Dolus bonae fidei contrarius est. L. 5, Cod. *de resc. vend.*

Bona fides contraria est fraudi et dolo. L. 3, § ult. ff. *Pro socio.*

Dolum auctoris bonae fidei emptori non nocere, certi juris est. L. 3, Cod. *de per. et comm. rei vend.*

Bona fides non patitur, ut bis idem exigatur. L. 57, ff. *de R. J.*

Post item contestatam omnes incipiunt malae fidei possessores esse. L. 25, § 7, ff. *de hered. pet.*

Boni mores

Quae facta laedunt pietatem, existimationem, verecundiam nostram, et, ut generaliter dicam, contra bonos mores fiunt, nec facere nos posse credendum est. L. 15, ff. *de cond. inst.*

Pacta, quae contra leges, constitutionesque, vel contra bonos mores fiunt, nullam vim habere, indubitati juris est. L. 6, Cod. *de pactis.*

Castigatio

Levis duntaxat castigatio concessa est docenti. L. 5, ff.

Ad Leg. Aquil.

Castitas

Mulieribus illustribus castitatis observantia praecipuum debitum est. L. 5, Cod. *Ad Setum Orfit.*

Pudicicia quam maxime mulieres exornat. Nov. 6, Cap. 6.

Casus

Animalium casus, mortes quae sine culpa accidentunt, rapinae, tumultus, incendia, aquarum magnitudines, impetus praedonum, a nullo praestantur. L. 23, ff. *de R. J.*

www.libtool.com.cn

Cautio

Plus cautionis in re est, quam in persona. L. 25, ff. de R. J.

Circumventio

Alterius circumventio alii non praebet actionem. L. 49, ff. de R. J.

Cogitatio

Cogitationis poenam nemo patitur. L. 18, ff. de poenis.

Commodum

Secundum naturam est, commoda cujuscumque rei eum sequi, quem sequuntur incommoda. L. 10, ff. de R. J.

Communio

Nemo invitus compellitur ad communionem. L. 26, § 4, ff. de cond. indeb.

In re communi nemo dominorum jure facere quicquam invito altero potest. L. 28, ff. Com. div.

Naturale vitium est negligi, quod communiter possidetur. L. 2, Cod. Quand. et quib. quart.

Si conveniat, ne omnino divisio fiat, hujusmodi pactum nullas vires habere, manifestissimum est. L. 14, § 2, ff. Com. divid.

Concordia

Concordia nihil unquam inter homines praeclarior extit, et praestantius. Nov. 30, Cap. 1.

Conditio

Quoties per eum, cuius interest conditionem non impleri, fiat quominus impleatur, perinde haberri, ac si conditio impleta suisset. L. 161, ff. de R. J.

Non videtur defectus conditione is, qui parere conditioni non potest. L. 8, § 7, ff. de cond. inst.

Nulla est conditio, quae in praeteritum confertur, vel in praesens. L. 10, ff. de cond. inst.

Impossibilis conditio pro non scripta habetur. L. 104,
§ 1, ff. de legat. 1.^o

Confessus

Confessus pro judicato habetur, qui quodam modo sua sententia damnatur. L. 1, ff. de confess.

Confusio

Confusione perinde extinguitur obligatio, ac solutione.

L. 22, § 1, ff. de liberat. leg.

Conscientia
et consensu tam contrarium est, quam vis atque me-
tas; quem comprobare contra bonos mores est. L. 116,
ff. de R. J.

Non videntur, qui errant, consentire. L. 116, § 2, eod.

Cum minuitur jus alicujus, consequens est exquiri, an consentiat. L. 8, ff. de aq. et aq. pluv. arc.

Consensum, non ignorantiam, volumus obligari. L. 3, Cod. de Tabular,

Quod consensu contractum est, contrariae voluntatis adminiculo dissolvitur. L. 1, Cod. Quand. lic. ab empt. disc.

Considerare

Considerare debent parentes, quia et ipsi filii fuerint.

Nov. 115, Cap. 5.

Consilium

Consilii non fraudulentи nulla obligatio est; caeterum si dolus et calliditas intercessit, de dolo actio competit.

L. 47, ff. de R. J.

Consuetudo

Consuetudinis ususque longaevi non levis auctoritas est; verum non usque adeo valitura, ut aut rationem vincat, aut legem. L. 2, Cod. Quae sit long. cons.

Male adinventa, malaequa consuetudines neque ex longo

tempore, neque ex longa consuetudine confirmantur.
Nov. 134, Cap. 1.

Contractus

Qui cum alio contrahit, vel est, vel debet esse non ignarus conditionis ejus. L. 19, ff. *de R. J.*

Quod ipsis, qui contraxerunt, obstat, et successoribus ejus obstat. L. 134, ff. *de R. J.*

Contraxisse unusquisque in eo loco intelligitur, in quo, ut solveret, se obligavit. L. 21, ff. *de oblig. et act.*

Si flagiti faciendi, vel facti causa concepta sit stipulatio, ab initio non valet. L. 123, ff. *de verb. oblig.*

In contractibus rei veritas potius, quam scriptura, perspici debet. L. 1, Cod. *Plus val. quod agit.*

Iniquum est in plures adversarios distringi eum, qui cum uno contraxit. L. 27, ff. *de pecul.*

Hoc servabitur, quod initio convenit, legem enim contractus dedit. Si convenerit, ne dolus praestetur, hoc bonae fidei iudicio contrarium est. L. 23, ff. *de R. J.*

Conventio

Privatorum conventio juri publico non derogat. L. 45,
§ 1, ff. *de R. J.*

Conversatio

Seniorum conversatio, juventutis educatio perfecta. Nov. 5,
Cap. 3.

Creditor

Creditorum appellatione non hi tantum accipiuntur: qui pecuniam crediderunt, sed omnes, quibus ex aliqua causa debetur. L. 11, ff. *de verb. sign.*

Nihil dolo creditor facit, qui suum recipit. L. 129, ff. *de R. J.*

Crimen

Senatus censuit, ne quis ob idem crimen pluribus legibus reus fieret. L. 14, ff. *de accusat.*

Suadendo juuisse, sceleris instar est. L. 16, ff. *de poenis.*

Nimis est indignum, nimis item impium flagitiis praesidia quærere. L. 7, Cod. *de nat. liber.*

Culpa

Culpa lata est nimia negligentia, id est, non intelligere, quod omnes intelligunt. L. 213, § 2, ff. *de verb. signif.*

Magna negligentia culpa est, magna culpa dolus est. L. 226, ff. *de verb. signif.*

Culpa abest, si omnia facta sunt, quae diligentissimus quisque observaturus suisset. L. 23, § pen. ff. *Locat.*

Culpa lata dolo comparabitur. L. 1, § 1, ff. *Si mens. fals.*

Culpa est se immiscere rei ad se non pertinenti. L. 36, ff. *de R. J.*

Culpa caret, qui scit, sed prohibere non potest. L. 50, ff. *de R. J.*

Ob maritorum culpam uxores inquietari leges vetant. L. 2, Cod. *Ne uxor pro mar.*

Damnum

Nemo damnum facit, nisi qui id fecit, quod sacre jus non habet. L. 151, ff. *de R. J.*

Is damnum dat, qui jubet dare; ejus vero nulla culpa est, cui parere necesse sit. L. 169, ff. *de R. J.*

Quod quis ex culpa sua damnum sentit, non intelligitur damnum sentire. L. 203, ff. *de R. J.*

Non debet quis lucrari ex alieno damno. L. 28, ff. *de dol. mal.*

Qui occasionem praestat, damnum fecisse videtur. L. 30, § 3, ff. *Ad Leg. Aquil.*

Damna et interesse in eo consistunt, quantum mihi abest, quantumque lucrare potui. L. 13, ff. *Rem rat. hab.*

Bono et aequo non convenit, aut lucrari aliquem cum damno alterius, aut damnum sentire per alterius lucrum. L. 6, ff. *de jur. dot.*

Iniquum est, damnosum cuique esse officium suum. L. 7,
ff. *Quemadmodum testam. aper.*

Debitor

Debitor intelligitur is, a quo invito exigi pecunia potest.

L. 108, ff. *de verb. sign.*

Non solum legibus, verum etim aequitati naturali contrarium, pro alienis debitibus alios molestari. L. un. Cod.
Ut null. ex vican.

Propter aces alienum pupilli res tutoris pignori capi non potest. L. 1, Cod. *Quand. fisc. vel priv.*

Incendiam aere alieno non exuit debitorem. L. 11, Cod.
Si cert. pet.

Debitore liberato, fidejussor quoque dimittitur. L. 19,
ff. *de dol. mal.*

Defendere

Invitus nemo rem cogitur defendere. L. 156, ff. *de R. J.*

Qui rem alienam defendit, nunquam locuples habetur.
L. 166, ff. *de R. J.*

Quod quisque ob tutelam corporis sui fecerit, iure se-
cisse existimatur. L. 3, ff. *de just. et jur.*

Adversus periculum naturalis ratio permittit se defende-
re. L. 4, ff. *Ad Leg. Aquil.*

Delictum

Nemo ex suo delicto meliorem suam conditionem facere potest. L. 134, § 1, ff. *de R. J.*

Nullum patris delictum innocentii filio poena est. L. 2,
§ 2, ff. *de Decur.*

Unusquisque ex suo admisso sorti subjicitur, nec alieni
criminis successor constituitur. L. 26, ff. *de poenis.*

Demonstratio

Certo corpore legato, demonstratio falsa non interemitt
legatum. L. 10, ff. *de aur. et arg. leg.*

www.libtool.com.cn

Dies

In omnibus obligationibus, in quibus dies non ponitur, praesenti die debetur. L. 14, ff. *de R. J.*
 Dies incertus conditionem in testamento facit. L. 53, ff. *de cond. et dem.*

Dolor

Difficillimum est justum temperare dolorem. L. 8, § 8, ff. *Ad Leg. Jul. de adult.*

Dolus

Nullus videtur dolo facere, qui jure suo utitur. L. 55, ff. *de R. J.*

Qui dolo desiit possidere, pro possidente damnatur. L. 131, ff. *de R. J.*

Semper qui dolo fecit, quo minus haberet, pro eo habendus, ac si haberet. L. 157, § 1, ff. *de R. J.*

Dolo facit, qui petit, quod redditurus est, L. 173, § 3, ff. *de R. J.*

Non potest dolo carere, qui imperio Magistratus non paruit. L. 199, ff. *de R. J.*

Nisi ex magna et evidenti calliditate non debet de dolo actio dari. L. 7, in fin ff. *de dol. mal.*

Dominium

Suae quisque rei est moderator et arbiter. L. 21, Cod. *Mandat.*

Disponat unusquisque super suis, ut dignum est, et sit lex ejus voluntas. Nov. 22, Cap. 2.

Quod nostrum est, sine facto nostro ad alium transferri non potest. L. 11, ff. *de R. J.*

Rei quae sitae dominium auserre nolenti nemo potest. L. 23, Cod. *de jur. dot.*

Meum est, quod ex re mea superest cuius vindicandi jus habeo. L. 49, § 1, ff. *de rei vind.*

Nunquam nuda traditio transfert dominium, sed ita, si

venditio, aut alia justa causa praecesserit. L. 31, ff. de adq. rer. dom.

Domus

Domus tutissimum cuique refugium. L. 18, ff. de in jus voc.

Domum suam reficere unicuique licet, dum non officiat invito alteri, in quo jus non habet. L. 61, ff. de R. J. Nemo de domo sua extrahi debet. L. 103, ff. de R. J.

Donatio

Cujus per errorem dati repititio est, ejus consulto deti donatio est. L. 53, ff. de R. J.

Donari videtur, quod nullo jure cogente conceditur. L. 82, ff. de R. J.

Cujus est donandi, eidem et vendendi et concedendi jus est. L. 163, ff. de R. J.

Facultas necessariae electiones propriae liberalitatis beneficium non est. L. 67, § 1, ff. de legat. 2.^o

Non donat, qui neccessariis oneribus succurrit. L. 21, ff. de don. int. vir. et ux.

Nec ignorans, nec invitatus quis donat. L. 10, Cod. de don.

Dos — Dotare

Sine nuptiis nulla dos intelligitur. L. 20, Cod. de don. ante nupt.

Paterno est officium dotem, vel ante nuptias donationem pro sua dare progenie. L. 7, Cod. de dot. promiss.

Dubius

Semper in dubiis id agendum est, ut quam tutissimo loco res sit bona fide contracta, nisi cum aperte contra leges scriptum est. L. 11, de reb. dub.

Quae dubitationis tollendae causa contractibus inferuntur, jus commune non laedunt. L. 81, ff. de R. J.

In re dubia benignorem interpretationem sequi, non

minus justius est, quam tutius. L. 192. § 2, ff. de R. J.

Nihil inter homines sic est indubitatum, ut non possit suspicere quandam sollicitam dubitationem. Nov. 44, Cap. 1, § 3.

Effectus

Cujus effectus omnibus prodest, ejus et partes ad omnes pertinent. L. 148, ff. de R. J.

Electio

Quoties nihil sine captione investigari potest, eligendum est, quod minimum habeat iniuritatis. L. 22, ff. de R. J.

Error

Si liberarius in transcribendis stipulationis verbis errasset nihil nocere, quominus et reus, et fidejussor teneatur. L. 92, ff. de R. J.

Non videntur, qui errant, consentire. L. 116, § 2, ff. de R. J.

Veritas rerum erroribus gestarum non vitiatur. L. 6, § 1, ff. de off. prae.

Errore veritas originis non amittitur. L. 6, ff. Ad municip. Error jus facit. L. 3, in ff. de suppel. leg.

Errantis voluntas nulla, consensus nullus est. L. 8, L. 9, Cod. de jur. et fact. ignor.

Error facti nec dum finito negotio nemini nocet. L. 7, Cod. de jur. et fact. ign.

Advocatorum error litigatoribus non nocet. L. ult. Cod. de error. advov.

Exceptio

Non videtur cepisse, qui per exceptionem a petitione removetur. L. 13, ff. de R. J.

Desinit debitor esse is, qui nactus est exceptionem justam, nec ab aequitate naturali abhorrentem. L. 66, ff. de R. J.

www.libtool.com.cn

Exemplum

Non tam spectandum est quod Romae factum est, quam
qui fieri debet. L. 12, ff. *de off. praesid.*

Non exemplis, sed legibus judicandum est. L. 13, Cod.
de sentent. et interl.

Expressa

Expressa nocent, non expressa non nocent. L. 195 ff.
de R. J.

Expromissor

Nemo alienae rei expromissor idoneus videtur, nisi cum
sadistadione. L. 110, § 1, ff. *de R. J.*

Factum

Verum est, neque pacta, neque stipulationis factum pos-
se tollere. L. 31, ff. *de R. J.*

In omnibus causis pro facto accipitur id, in quo per alium
mora fit, quonius fiat. L. 39, ff. *de R. J.*

Factum cuique suum, non adversario nocere debet. L. 155,
ff. *de R. J.*

Ex qua persona quis lucrum capit, ejus factum praestare
debet. L. 149, ff. *de R. J.*

In suo ali facere hactenus licet, quatenus nihil in alieno
immittat. L. 7, § 5, ff. *Si serv. vind.*

Fratri factum fratri non nocet. L. 2, § 1, ff. *Si quis
aliq. test. prob.*

Feminae

Feminae ab omnibus officiis civilibus vel publicis remo-
tae sunt, et ideo nec judices esse possunt, nec magis-
tratum gerere, nec postulare, nec pro alio intervenire,
nec procuratores existere. L. 2, ff. *de R. J.*

Mulier familiae sua et caput et finis est. L. 195, § 5,
ff. *de verb. sign.*

Plerumque feminae etiam adversus commoda propria in-
venitur laborare consilium. L. 4, Cod. *de spons.*

www.libtool.com.cn

Fides

Quid tam congruum fidei humanae, quam ea, quae placuerunt, servare? L. 1, ff. *de pactis.*

Grave est fidem fallere. L. 1, ff. *de const. pec.*

Non oportet eum, qui certi hominis fidem elegit, ob errorum vel imperitiam haeredum affici damno. L. 37, ff. *Mandat.*

Filius

Liberorum appellatione nepotes et pronepotes caeterique, qui ex his descendunt, continentur. L. 220, ff. *de verb. sign.*

Fraus

Cum de fraude disputatur, non quid habeat actor, sed quid per adversarium habere non potuerit, considerandum est. L. 78, ff. *de R. J.*

Fraudis interpretatio semper in jure civili non ex eventu duntaxat, sed ex consilio quoque desideratur. L. 79, ff. *de R. J.*

Non fraudantur creditores, cum quid non acquiritur a debitore, sed cum quid de bonis diminuitur. L. 134, ff. *de R. J.*

Nemo videtur fraudare eos, qui sciunt; et consentiunt. L. 145, ff. *de R. J.*

Fraus legi fit, ubi quod fieri noluit, fieri autem non vetuit, id fit. L. 30, ff. *de legib.*

Contra legem facit, qui id facit, quod lex prohibet; in fraudem vero, qui, salvis verbis legis, sententiam ejus circumvenit. L. 29, ff. *de legib.*

Par affectionis causa suspicionem fraudis simovet. L. 6, § 1, ff. *de rit. nupt.*

Fructus

Fructus rei est, vel pignori dare licere. L. 72, ff. *de R. J.*

Omnis fructus non jure seminis, sed jure soli percipitur.

L. 25, ff. *de usur.*

Fructus, quando solo cohaerent, fundi sunt. L. 61, § 8,
ff. *de furt.*

Furiosus

Furiosi, vel ejus, cui bonis interdictum sit, nulla voluntas est. L. 40, ff. *de R. J.*

Furiosus absentis loco est. L. 124, § 1, ff. *de R. J.*

Genus

In toto jure generi per speciem derogatur, et illud potissimum habetur, quod ad speciem directum est. L. 80, ff. *de R. J.*

Semper specialia generalibus insunt. L. 147, ff. *de R. J.*

Habere

Id apud se quis habere videtur, de quo habet actionem; habetur enim, quod peti potest. L. 143, *de verb. sign.*

Non potest desiisse habere, qui nunquam habuit. L. 208, ff. *de R. J.*

Hereditas — Heres

Nihil aliud est hereditas, quam successio in universum jus, quod defunctus habuit. L. 62, ff. *de R. J.*

Hereditas personae defuncti, qui eam reliquit, vice fungitur. L. 116, § 3, ff. *de legat. 1.*

Omais hereditas, quamvis postea audeatur, tamen cum tempore mortis continuatur. L. 138, ff. *de R. J.*

Sicut poena ex delicto defuncti heres teneri non debeat, ita nec lucrum facere, si quid ex ea re ad eum pervenisset. L. 38, ff. *de R. J.*

Turpia lucra heredibus extorquentur, licet crimina extinguantur. L. 5, ff. *de calumniat.*

In contractibus successores ex dolo eorum, quibus successerunt, non tantum in id, quod pervenit, verum etiam in solidum tenentur, id est, unusquisque pro ea parte, qua heres est. L. 157, § 2, ff. *de R. J.*

In heredem non solent actiones transire, quae poenales

~~w~~ sunt ex maleficio, veluti furti, damni, injuriae. L. 62,
§ 1, ff. *de R. J.*

Heredem ejusdem potestatis jurisque esse, cuius fuit defunctus, constat. L. 59, ff. *de R. J.*

Nemo plus commodi heredi suo reliquit, quam ipse habuit. L. 120, ff. *de R. J.*

Hi qui in universum jus succedunt, heredis loco habentur. L. 128, § 1, ff. *de R. J.*

Homo

Hominis appellatione tam foeminam, quam masculum contineri, non dubitatur. L. 152, ff. *de verb. sign.*

Hominem homini insidiari nefas est. L. 3, ff. *de just. et jur.*

Honestum

Non omne, quod licet, honestum est. L. 144, ff. *de R. J.*

Semper in conjunctionibus non solum quid liceat, considerandum est, sed quid honestum sit. L. 197, ff. *de R. J.*

Quaedam, tametsi honeste accipientur, inhoneste tamen petuntur. L. 4, § 5, ff. *de extraord. cogn.*

In laetitia publica servetur honestas, et verecundia castis moribus perseveret. L. un. Cod. *de Majum.*

Si quae inter patrem et filium controversiae oriuntur, intra domum eas terminari congruit. L. 4, Cod. *de patr. pot.*

Quanto quilibet praeest melioribus, tanto major ipse et honestior est. Nov. 15, pr.

Ignorantia

Qui in alterius locum succedunt, justam habent causam ignorantiae, an id, quod peteretur, deberetur. L. 42, ff. *de R. J.*

Nemo videtur dolo exequi, qui ignorat causam, cur non debeat petere. L. 177, § 1, *de R. J.*

Turpe est causas oranti, jus in quo versaretur, ignorare.

L. 2, ff. *de orig. jur.*

Neque sic homo supinus invenitur, qui nomen suum ignoret. L. 25, Cod. de *da hered. inst.*

Quia non hoc cum lege agimus, erubescimus. Nov. 18, pr.

Impensa

Impensa necessariae sunt, quae si factae non sunt, res aut peritura, aut deterior futura sit.

Utiles impensas esse, quae meliorem dotem faciunt, deterioram esse non sinunt.

Voluptuariae sunt, quae speciem duntaxat ornant, non etiam fructum augent. L. 79, ff. *de verb. sign.*

Imperitia

Imperitia culpae annumeratur. L. 132, ff. *de R. J.*

Impossibile

Ea, quae fieri impossibilia sunt, vel quae in rerum natura non sunt, pro non adjectis habentur. L. 135, ff. *de R. J.*

Impossibilium nulla obligatio est. L. 185, ff. *de R. J.*

Quae rerum natura prohibentur, nulla lege confirmatae sunt. L. 188, § 1, ff. *de R. J.*

Incertus

Incertus possessor est, quem ignoramus. L. 39, § 3, ff. *de verb. sign.*

Incertam partem possidere nemo potest. L. 32, § 2, ff. *de usucap.*

Intelligibilis.

Quae in testamento ita scripta sunt, ut intelligi non possint, perinde sunt, ac si scripta non essent. L. 73, § 3, ff. *de R. J.*

www.libtool.com.cn

Interesse

Quatenus cuius intersit, in facto, non in jure consistit.

L. 24, ff. de R. J.

Produsse sibi unusquisque non prohibetur, dum alii non nocet. L. 1, § 4, et 11, ff. de aq. pluv.

Interpretatio

Semper in stipulationibus et caeteris contractibus id sequimur, quod actum est; aut si non appareat, quid actum est, ut id sequamur, quod in regione, in qua actum est, frequentatur.

Si regionis mos non appareat, quia varius fuit, ad id, quod minimum est, redigenda summa. L. 34, ff. de R. J.

Optima legum interpretis consuetudo. L. 37, ff. de leg. Benignius leges interpretandae sunt, quod voluntas earum conservetur. L. 18, ff. de Legib.

Sensum, non vana vocabula amplecti opportet. L. 2, § 1, Cod. de const. pec.

Justum est voluntates contrahentium magis, quam verborum conceptionem inspicere. L. ult. Cod. Quae res pign. oblig.

Etsi maxime verba legis hunc habeant intellectum, tamen mens legislatoris aliud vult. L. 13, § 2, ff. de excus. tut.

In ambigua voce legis ea potius accipienda est significatio, quae vitio caret, praesertim cum etiam voluntas legis ex hoc colligi possit. L. 19, ff. de Legib.

Legem utillem reipublicae adjuvandam interpretatione. L. 64, § 1, ff. de cond. et dem.

Interpretatione legem poenae molniendas sunt potius, quam asperandae. L. 42, ff. de poenis.

Nulla juris ratio, aut aequitatis benignitas patitur, ut quae salubriter pro utilitate hominum introducuntur,

ea nos duriore interpretatione contra ipsorum comodum producamus ad severitatem. L. 25, ff. *de legib.*
 Quod favore quorendam constitutum est, quibusdam easibus ad lesionem eorum nolumus inventum videri. L. 6,
Cod. de legib. Leges interpretari solo dignum imperio esse oportet. L. 12,
 § 1; *Cod. de legib.*

Invitus.
 Invitus bene cogitur rem defendere. L. 156, ff. *de R. J.*
 Nec filium familias invitum ad uxorem ducendam cogitum disciplina permitit. L. 12, *Cod. de nuptiis.*

Ira.
 Quidquid in calore iracundiae vel fit, vel dicitur, non prius ratum est, quam si perseverantia apparuit iudicium animi fuisse. L. 48, ff. *de R. J.*
 Lubricum linguae ad poenam facile trahendum non est. L. 7, § 3, ff. *Ad leg. Jul. maj.*

Judex

Factum a judge, quod ad officium ejus non pertinet, rationum non est. L. 170, ff. *de R. J.*
 Qui jussu judicis aliqui facit, non videtur dolo malo facere, quia parere necesse habet. L. 167, § 1, ff. *de R. J.*
 Impossibile praecoptem judicis, nullius est momenti. L. fin. ff. *Quae sent. sine appell. res.*

Jus

Nullus videtur dolo facere, qui suo jure utitur. L. 55, ff. *de R. J.*
 Non capitur, qui jus publicum sequitur. L. 116, § 1, ff. *de R. J.*
 Jus publicum privatorum pactis mutari non potest. L. 38, ff. *de pactis.*

- www.libtool.com.cn
- Jurisdictionis mutare formam, vel juri publico derogare, testatori permissum non est. L. 2, Cod. *de testam.*
- Contra juris regulas pacta conventa, rata non habentur. L. 28, ff. *de pacis.*
- Privatis pactionibus non laeditur jus caelerorum. L. 3, ff. *de transact.*
- Evidens esse utilitas debet, ut recedatur ab eo jure, quod diu aequum visum est. L. 2, ff. *de constit. princ.*
- Quod contra rationem juris receptum est, non debet produci ad consequentios. L. 141, ff. *de R. J.*
- Nemo cogitur ante judicium de suo jure aliquid responderc. L. 1, § 1, ff. *de interrog. in jur. fac.*
- Praevalidum jure, qui praevenit tempore. L. 21, ff. *Qui pot. in pign.*
- Jus civile vigilantibus scriptum est. L. 24, ff. *Quae in fraud. cred.*
- Jurisperiti laudabilem in se probis moribus vitam esse demonstrent. L. un. Cod. *de profes., qui in urb.*

Legatum

Absurdum est, plus juris habere eum, cui legatus sit fundus, quam heredem, aut ipsum testatorem, si vivet. L. 160, § 2, ff. *de R. J.*

Lex

Non est excusatio adversus praecepta legum ei, qui dum leges invocat, contra eas committit. L. 37, ff. *de minor.*

Nemo potest in testamento suo cavere, ne leges in suo testamento locum habeant. L. 55, ff. *de legat. 1.*

Digna vox est regnantis, legibus alligatum se principem profiteri. L. 4, Cod. *de legib.*

Non dubium est, in legem committere eum, qui verba legis amplexus, contra legis nititur voluntatem. L. 5, Cod. *de legib.*

+
Gloria scientia legij minit conscientiam
Promissio (vello arianna)

**Leges et constitutiones futuris certum est dare formam
negotis, non ad facta praeterita revocari.** L. 7, Cod.
de legib.

Libellus

**Omnia, quaecunque causae cognitionem desiderant, per
libellum expediri non possunt.** L. 71, ff. *de R. J.*

Liberalitas

**Qui ex liberalitate convenientur, in id, quod facere pos-
sunt, condemnantur.** L. 28, ff. *de R. J.*

**Natura aequum est tandem te liberalitate mea uti, quan-
diu ego velim, et ut possi revocare, cum mutavero
volutatem.** L. 2, § 2, ff. *de preario.*

Libertas

**Quoties dubia interpretatio libertatis est, secundum li-
bertatem respondendum erit.** L. 20, ff. *de R. J.*

Libertas inestimabilis res est. L. 106, ff. *de R. J.*

Libertas omnibus rebus favorabilior est. L. 122, ff. *de
R. J.*

Lis

**Litis nomen omnem actionem significat, sive in rem, sive
in personam sit.** L. 36, ff. *de verb. sign.*

Non sufficit litem instituere, si non in ea perseveret.
L. 15, § 1, ff. *de inoff. test.*

Major quaestio minorem causam ad se trahit. L. 54, ff.
de judic.

**Nefas est litem alteram consurgere ex litis primae ma-
teria.** L. 3, Cod. *de fruct. et lit. exp.*

Lucrum

Quoties utriusque causa lucri ratio vertitur, is praeferendus est, cuius in lucrum causa tempore praecedit.
L. 98, ff. *de R. J.*

**Cum de lucro duorum queratur, melior est causa pos-
sidentis.** L. 126, § 2, ff. *de R. J.*

Jure naturae sequenti est; neminem cum alterius detrimento et injurya fieri locupletiorem. L. 206, ff. de R. J.

Lucrum non intelligitur, nisi omni damno deducto. L. 30, ff. pro socio. Aequum est, ut cuius quis participavit lucrum, participet et damnum. L. 55, ff. pro socio.

Melius est legatarium non lucrari, quam emptorem damno affici. L. 14, § 1, ff. de relig. et sumpt. fun. Non est ferendus is, qui lucrum amplectitur, ortus autem ei annexum contemnit. L. ult. § 4; Cod. de eas toll.

Maleficium

In maleficiis ratihabitio mandato comparatur. L. 152, § 2, ff. de R. J.

Si maleficii societas coita sit, constat nullam esse societatem. L. 57, ff. pro socio.

Maleficiorum fidejussor accipi non potest. L. 70, § 3, ff. de fidejuss.

Lucrum ex delictis sperare, impium est. L. ult. Cod. de reb. cred.

Mandatum

Volutatis est suscipere mandatum, necessitatis consummare. L. 17, § 3, ff. Comm.

Semper qui non prohibet pro se intervenire, mandare trebitur. Sed et si quis ratum habuerit quod gestum est, obstringitur mandati actione. L. 6, ff. de R. J.

Dejicit et qui mandat. L. 152, § 1, ff. de R. J.

Melior

Melior vicine conditio fieri potest, deterior non potest. L. 20, § 5, ff. de serv. praed. urb.

Melioris conditionis emptor non fit, quam fuit venditor. L. 32, ff. Ad senatuscons. Vell.

Satius est impunitum relinquiri facinus nocentis, quam innocentem damnare. L. 5, pr. ff. de poenis.

Melius est intacta jura servare, quam post causam vulneratam remedium quaerere. L. ult. Cod. In quib. caus. rest. in int.

Diffugiendum quod malum est, inveniendum vero undique quod melius est. Nov. 89, praef.

Mens

Prior ac potentior est, quam vox, mens dicentis. L. 7, ff. 2, ff. de suppelact. leg.

Justum est voluntates contrabentium magis, quam verborum conceptionem inspicere. L. ult. Cod. Quae res pign. obl.

Mens frustra otio vacans, nihil bonum parit. Nov. 133, Cap. ult.

Misericordia

Deum imitatur, qui ignoscit. L. 23, Cod. de nupt.

Misericordia indigni non sunt, qui alieno laborant vitio. L. 7, Cod. de nat. liber.

Nullus misericordiam petet, sine actu a facie principis recedere debet. Nov. 147, praef.

Voluntas amica misericordiae esse debet. L. 2, Cod. de infant. expos.

Mensis

Ubi lex duorum mensium fecit mentionem, et qui sexagesimo et primo die venarit, audiendus est. L. 101, ff. de R. J.

Minus

Non debet, cui plus licet, quod minus est, non licere. L. 21, ff. de R. J.

In eo, quod plus est, semper inest et minus. L. 110, ff. de R. J.

Mora

Qui sine dolo malo ad judicium provocat, non videtur moram facere. L. 63, ff. de R. J.

Nulla intelligitur mora ibi fieri, ubi nulla petitio est. L. 88, ff. de R. J.

Unicuique sua mora nocet, quod et in duobus reis promittendi observatur. L. 137, § 2, ff. de R. J.

Mulier.

Mulieribus tunc succurrendum est, cum defendantur, non ut facilius calumnientur. L. 110, § 4, ff. de R. J.

Munera

Valde inhumanum est, a nemiae accipere; sed passim, vilissimum est; et omnia, avarissimum. L. 6, § 3, ff. de off. procons.

Mutus

Ubi non voce, sed praesentia opus est, mutus, si intellectum habet, potest videri respondere.

Idem in surdo: hic quidem et respondere potest. L. 124, ff. de R. J.

Naturale debitum

Is natura debet, quem jure gentium dare oportet, cuius fidem secuti sumus. L. 84, § 1, ff. de R. J.

Necessitas

Quae propter necessitatem recepta sunt, non debent in argumentum trahi. L. 162, ff. de R. J.

Negligentia

Dissoluta negligentia prope dolum est. L. 29, ff. *Mandal.*

Nolle

Ejus est non nolle, qui potest velle. L. 3, ff. de R. J.

Nullius

Quod nullius esse potest, id, ut alicujus fieret, nulla obligatio valet efficere. L. 182, ff. de R. J.

Si omnia de dicto Nullum est enim quod est, nihil est.
Nullum in aliis iuris, ex tempore non convalescit

www.libtool.com.cn

Nuptiae

Nuptias non conceubitus, sed consensus facit. L. 30, ff.
de R. J.

Obligatio

Nihil tam naturale est, quam eo genere quidque dissol-
vere, quo colligatum est. Ideo verborum obligatio ver-
bis tollitur; nudi cōsensus obligatio contratio con-
sensu dissolvitur. L. 35, ff. *de R. J.*

Omnia, quae jure contrahuntur, contrario jure pereunt.
L. 100, ff. *de R. J.*

Fere quibuscumque modis obligamur, iisdem in contra-
rium actis liberamur. L. 153, ff. *de R. J.*

Renuntiare semel constitutae obligationi, adversario non
consentiente, nemo potest. L. 5, Cod. *de oblig. et act.*
Nemo ideo obligatur, quia recepturus est ab alio, quod
praestiterit. L. 171, ff. *de R. J.*

Ea, quae in partes dividi non possunt, solida a singulis
heredibus debentur. L. 192, ff. *de R. J.*

Obscurum

Semper in obscuris, quod minimum est, sequimur. L. 9,
ff. *de R. J.*

In re obscura melius est favere repetitioni, quam adven-
titio lucro. L. 41, § 1, ff. *de R. J.*

In obscuris inspici solet, quod verisimilius est, aut quod
plerumque fieri solet. L. 114, ff. *de R. J.*

Quod factum est, cum in obscuro sit, ex affectione cu-
jusque capit interpretationem. L. 168, § 1, ff. *de R. J.*

In obscura voluntate manumitteritis favendum est liber-
tati. L. 179, ff. *de R. J.*

Occupare

Occupantis melior conditio est. L. 4, ff. *de nox. act.*

www.libtool.com.cn

Ordo

Qui indignus inferiore ordine, indignior est superiore.

L. 4, ff. de senat.

Nemini liceat, cum sit posterior tempore, locum praecedentis ambire. L. 7, Cod. de prax. saer. scrin.

Qui me potior est, cum ego te superatus sis, multo magis adversus te obtinere debet. L. 14, § 3, ff. de divers. temp. praeser.

Pars

Resertur ad universos, quod publice fit per majorem partem. L. 160, § 1, ff. de R. J.

Pactum

Paecta, quae turpem causam continent, non sunt observanda. L. 27, § 4, ff. de pactis.

Peccatum

Peccata suos teneant autores. L. 22, Cod. de poenis.

Nullus potest naturam sic retinere, ut non peccet nihil, hoc enim proprium est solum Dei. Nov. 133, Cap. 5.

Peculium

Ex poenitibus causis non solet in patrem de peculio actio dari. L. 58, ff. de R. J.

Poenit.

Mihi debet permitti poenam petere, qui in illam non iudevit. L. 154, ff. de R. J.

Gravior poena constitenda est in his, qui nostri juris sunt, et nostra debent custodiare mandata. L. ult. Cod. de conduct. praed. fisc.

Poenalia judicia

Fere in omnibus poenalibus judiciis et aetati et imprudentiae succurritur. L. 108, ff. de R. J.

In penalibus causis benignius interpretandum est. L. 155,
§ 2, ff. de R. J.

Poenalita judicia semel accepta in haeredes transmitti pos-
sunt. L. 164, ff. de R. J.

Pignus

Fructus rei est, vel pignori dare licere. L. 72, ff. de R. J.

Creditor, qui permittit rem venire, pignus dimittit. L. 158,
ff. de R. J.

Non debet, cui plus licet, quod minus est, non licere.
L. 24, ff. de R. J.

In eo, quod plus est, semper inest et minus. L. 110, ff.
de R. J.

Possessio

Qui potest facere, ut possit conditioni parere, jam posse
videtur. L. 174, ff. de R. J.

Possessor

In pari causa possessor potior haberi debet. L. 128, ff.
de R. J.

Cum par delictum est duorum, semper oneratur petitio, et melior habetur possessoris causa. L. 154, ff. de
R. J.

Qui auctore judice comparavit, bona fidei possessor est.
L. 137, ff. de R. J.

Praeudo

Nemo praedo est, qui pretium numeravit. L. 126, ff. de
R. J.

Praegnans

Si quis praegnante uxorem reliquit, non videtur sine
liberis decessisse. L. 187, ff. de R. J.

Principalis

Cum principalis causa non consistit, nec ea quidem, quae
sequuntur, locum habent. L. 129, § 1, ff. de R. J.

www.libtool.com.cn

Privilegium

Privilegia quaedam causae sunt, quaedam personae: et ideo quaedam ad heredem transmittuntur, quae causae sunt: quae personae sunt ad heredem non transeunt.

L. 196, ff. *de R. J.*

Probatio.

Ei incumbit probatio qui dicit, non qui negat. L. 2, ff. *de probat.*

Semper necessitas probandi incumbit illi, qui agit. L. 21, ff. *de probat.*

Per rerum naturam, factum negantis probatio nulla est. L. 2, Cod. *de probat.*

Prohibere

Nullum crimen patitur is, qui non prohibet, cum prohibere non potest. L. 109, ff. *de R. J.*

In re pari potiorem causam prohibentis esse constat. L. 28, ff. *Com. divid.*

Non potest quis facere, quominus agrum vicinus, quemadmodum vellet, araret. L. 24, ff. *de aq. et aq. pluv. arc.*

Promittere

Ea, quae quis promisit, ipse in memoria sua servare debet. L. 12, Cod. *de contrah. stip.*

Pupillus

Furiosus nullum negotium contrahere potest; pupillus omnia tutore auctore agere potest. L. 5, ff. *de R. J.*

Pupillus nec velle, nec nolle in ea aetate, nisi apposita tutoris auctoritate, creditur. L. 189, ff. *de R. J.*

Pupillum, qui proximus pubertati sit, capacem esse et surandi et injuriae faciendae. L. 111, ff. *de R. J.*

Raro

Ea, quae raro accidunt, non temere in agendis negotiis
competantur. L. 64, ff. de R. J.
Ex his, quae sorte uno aliquo casu accidere possunt,
jura non constituuntur. L. 4, ff. de legib.

Renuntiare

Regula est juris, omnes licentiam habere his, quae pro
se introducta sunt, renuntiare. L. pen. Cod. de pa-
ctis.

Unicuique integrum est his, quae ipsi a lege data et con-
cessa sunt, renuntiare. Nov. 136, Cap. 1.

Repudiare

Quod quis, si velit, habere non potest, id repudiare non
potest. L. 174, § 1, ff. de R. J.

Quod semel repudiatum est, redintegrari minime conce-
dimus. L. ult. Cod. de cond. insert.

Res

Res judicata pro veritate accipitur. L. 207, ff. de R. J.

Res sacra non recipit aestimationem. L. 9, § fin. ff. de
rer. divis.

Nulli res sua servit. L. 26, ff. de serv. praed. urb.

Res inter alios judicata nec prodesse, nec nocere solet.
L. 16, ff. Qui pot. in pign.

Amplius, quam semel, res mea esse non potest; saepius
autem debeti potest. L. 14, § pen. ff. de except. rei
jud.

Restituere

Cum verbum *restituas* lege invenitur, etsi non speciali-
liter de fructibus additum est, tamen etiam fructus
sunt restituendi. L. 173, § 1, ff. de R. J.

Eventus damni restitutionem non indulget, sed incon-
sulta facilitas. L. 11, § 4, ff. de minor.

Scriptura

Fient scripturae, ut quod actum est, faciliter probari possit; sine his valet quod actum est, si habeat probationem. L. 4, ff. *de fid. instr.*

Non figura litterarum, sed oratione, quam exprimunt litterae, obligamur; quatenus placuit, non minus valere quod scriptura, quam quod vocibus lingua figurata significaretur. L. 38, ff. *de obl. et. act.*

Perniciosum est, ut ei scripturoe credatur, qua unusquisque sibi adnotacione propria debitorem constituit. L. 7, Cod. *de probat.*

Mendaci scriptura contra fidem veritatis nemo obligari potest. L. ult. Cod. *Si pign. convent.*

Servitus

Servitus servitutis esse non potest; L. 1, ff. *de usu et usufr. leg.*

Longi temporis consuetudo vicem servitutis obtinet; L. 1, Cod. *de servit.*

Uti via publica nemo recte prohibetur. L. 11, Cod. *de servit.*

Ad ea, quae non habent atrocitatem facinoris, vel sceleris, ignoscitur servis, si vel dominis, vel his, qui vice dominorum sunt, obtemperaverint. L. 157, ff. *de R. J.*

Sexus

Pronuntiatio sermonis in sexu masculino ad utramque sexum plerumque porrigitur. L. 195, ff. *de verb. sign.*

Verbum hoc, si quis, tam masculos, quam foeminas complectitur. L. 1, ff. *de verb. sign.*

Socius

Socii mei socius, meus socius non est. L. 47, § 1, ff. *de R. J.*

Solvendo esse

Solvendo esse nemo intelligitur, nisi qui solidum potest solvere. L. 114, ff. *de verb. sign.*

Nemo dubitat; solvendo videri eum, qui defenditur. L. 95, ff. *de R. J.*

Solvere

Non potest improbus videri, qui ignorat, quantum solvere debet. L. 99, ff. *de R. J.*

Quod jussu alterius solvit, pro eo est, quasi ipsi solvatur esset. L. 180, ff. *de R. J.*

Minus solvit, qui tardius solvit, nam et tempore minus solvitur. L. 12, § 1, ff. *de verb. sign.*

Non potest videri minus solvisse is, in quem amplioris summae actio non competit. L. 117, ff. *de verb. sign.*

Solutionis verbo satisfactionem quoque omnem accipiendo placet: solvere dicimus eum, qui fecit, quod facere promisit. L. 179, ff. *de verb. sign.*

Aliud pro alio, invito creditore, solvi non potest. L. 2, § 1, ff. *de reb. cred.*

Solutionem adseveranti, probationis onus incumbit. L. 25, Cod. *de solut.*

Reproba pecunia non liberat solventem. L. 24, § 1, ff. *de pign. act.*

Successor

Quamvis possit valere testamentum, tamdiu legitimus non admittitur. L. 89, ff. *de R. J.*

Quoties duplice jure defertur alicui successio repudiatio novo jure, quod ante defertur, supererit vetus. L. 91, ff. *de R. J.*

Qui in jus dominiumve alterius succedit, jure ejus uti debet. L. 177, ff. *de R. J.*

Non debo melioris conditionis esse, quam auctor meus, a quo jus in me transit. L. 175, § 1, ff. *de R. J.*

Tacere

Qui tacet, non utique fatetur, sed tamen verum est, eum non negare. L. 142, ff. de R. J.

Consentire etiam is videtur, qui non testificatur dissentire nominationi. L. 1, Cod. de *Filiis fam.*, et quemadmodum pro his pat. ten.

Tempus

Cum tempus in testamento adjicitur; credendum est pro herede adjectum, nisi alia mens fuerit testatoris: sicut in stipulationibus promissoris gratia tempus adjicitur. L. 17, ff. de R. J.

Nihil peti potest ante id tempus, quo per rerum naturam persolvi possit. Et cum solvendi tempus obligationi additur, nisi eo praeterito, peti non potest. L. 186, ff. de R. J.

Testamentum

In testamentis plenius voluntates testantiam interpretantur. L. 121, ff. de R. J.

Omnia, quae ex testamento profiscuntur, illa statim eventus capiunt, si initium quoque sine vitio ceperint. L. 201, ff. de R. J.

Testes

Ubi numerus testium non adjicitur, etiam duo sufficiunt. L. 12, ff. de test.

Nullus idoneus testis in re sua intelligitur. L. 10, ff. de test.

Testis idoneus pater filio, aut filius patri non est. L. 9, ff. de test.

Timor

Vani timoris justa excusatio non est. L. 184, ff. de R. J.

Totum

In toto et pars continetur. L. 113, ff. de R. J.

www.libtoed.com.cn

Transactio

Nullus erit litium finis, si a transactionibus bona fide interpositis coeperit facile discedi. L. 10, Cod. *de transact.*

Si ex falsis instrumentis transactiones vel pactiones initae fuerint, quamvis jusjurandum de his interpositum sit, etiam civiliter falso revelato, eas retractari praecipimus L. 42, Cod. *de transact.*

Iniquum est perimi pacto inde, de quo cogitatum non docetur. L. 9, in fin. ff. *de transact.*

Translatio

Nemo plus juris ad alium transferre potest, quam ipse habet. L. 54, ff. *de R. J.*

Tutella

Nemo potest tutorem dare cuiquam, nisi ei, quem in suis heredibus, cum moritur, habuit, habiturusve esset, si vixisset. L. 73, § 1, ff. *de R. J.*

Velle.

Eius est non nolle, qui potest velle. L. 3, ff. *de R. J.*
Velle non creditur, qui obsequitur imperio patris vel domini. L. 4, ff. *de R. J.*

Vendere

Aliud est vendere, aliud vendenti consentire. L. 160, ff. *de R. J.*

Vir

Neque viros mulierum studio decent, neque rursus virilia mulierum collegiis conveniunt. Nov. 133, Cap. 3.

Vis

Vim vi repellere licet. L. 12, ff. *Quod met. caus.*

Vis est et tunc, quoties quis id, quod deberi sibi putat,
non per judicem reposcit. L. 13, ff. *Quod met. caus.*

Vi factum id videtur esse, qua de re quis, cum prohibe-
tur, facit clam, L. 37, § 1, ff. *de R. J.*

Hoc jure utimur, ut quicquid omnino per vim fiat; aut
in vis publicae, aut in vis privatae crimen incidat. L.
152, ff. *de R. J.*

Non videtur vim facere, qui jure suo utitur; et ordinaria
actione experitur. L. 152, § 1, ff. *de R. J.*

Vocabula

Natura rerum conditum est, ut plura sint negotia, quam
vocabula. L. 4, ff. *de praescr. verb.*

Voces

Vanae voces populi non sunt audienda. L. 12, Cod. *de poenis.*

Voluntas

Voluntas hominis ambulatoria est usque ad vitæ supremum exitum. L. 32, § 3, ff. *de donat. int. vir.*

Voluntates contrahentium omnimodo observandæ sunt.
L. pen. Cod. *pro socio.*

Licet subtilitas juris refregaria videatur; altamen voluntas testatoris ex bono et aequo tuenda est. L. 17, ff. *de injust. rupt. testam.*

Usus rei alienæ

Neque pignus, neque depositum, neque precarium, neque emtio neque locatio rei suae consistere potest. L. 45, ff. *de R. J.*

Usucapio

Qui in servitute est, usucapere non potest; nam cum possideatur, possidere non videtur. L. 118, ff. *de R. J.*

Pignori rem acceptam usu non capimus; quia pro alieno possidemus. L. 13, pr. ff. *de usurp. et usucap.*

Vulgo respondetur causam possessionis neminem sibi mutare posse. L. 2, § 1, ff. *Pro herede.*

Utilitas

Utilitas publica praeserenda privatorum contractibus. L. 3,
Cod. de primipilo.

Publicae utilitatis interest, non ex amicitia creationes fieri, sed aestimatione vera et commodo reipublicae.
L. un. *Cod. Si propt. inimic.*

Uxor

Periniquum videtur, ut pudicitiam vir ub uxore exigat,
quam ipse non exhibeat. L. 13, § 5, ff. *Ad leg. Jul. de adult.*

Tempus ferre omnia consuevit. Nov. 39, pr.
Mors omnia solvit. Nov. 12, Cap. 20.

www.libtool.com.cn

REGISTRO
DAS
HYPOTHECAS
DECRETO DE 26 DE OUTUBRO DE 1836
E NOTAS AO MESMO

PREAMBULO

Convindo conservar o credito da propriedade territorial (1), para facilitar as convenções (2), evitar as fraudes (3), e moralisando a Nação (4) abrir novas fontes à pública prosperidade: Hei por bem Decretar provisoriamente o seguinte:

- (1) O credito parece ser boa reputação pessoal, e não qualidade territorial; por isso reputo desfeituosa esta redacção.
- (2) O registro das hypothecas pôde facilitar algumas convenções, e difficultar outras; por isso pôde-se eliminar esta causal.
- (3) O unico fim, por que se inventou o registro das

hypothecas, foi o evitar as fraudes, que proprietarios bulrões urdiām, empenhando duas e mais vezes os mesmos prédios, sacrificando os credores a demandas, e a perdem as suas dívidas.

(4) Se o registro das hypothecas moralisasse a Nação, nenhuma mais moralisada de que a França, onde aquelle registro foi ordenado por um Edicto do mez de junho de 1581, que foi renovado em 1673, e segunda vez em 27 de junho de 1795: mas *quid leges sine moribus vanae proficiunt?*

Art. 4.^o

Háverá em todos os Julgados, aonde existir Juiz de Direito (5), um ou mais livros de registro, rubricados pelo Presidente da respectiva Camara (6), e para os processar é creado um Tabellião privativo em cada Julgado.

(5) A experiencia ensinou que eram muito incommodos os registros sómente nos Julgados, onde ha Juizes de Direito; porque abrangendo logares mui distantes, mal podiam ser consultados os livros de taes registros. A Lei de 29 de outubro de 1840, encarregou estes registros aos Administradores dos Concelhos, disposição que foi recopilada no Cod. Administrativo art. 254. Isto foi mais bem considerado.

(6) Parece-me menos bem pensado o subordinarem qs Escrivães do registro hypothecario ás Auctoridades Administrativas; porque o conhecer, se os Titulos constituem hypotheca, e se as quitações de pagamento são suficientes para dissolverem o direito hypothecario; tudo isto são atribuições judiciarias; e dos despachos dos Juizes deve haver recurso para os Juizes superiores.

www.libtool.com.cn

Art. 2.^º

N'este registro inscrever-se-hão as embarcações registradas ou matriculadas dentro do Julgado, e os prédios n'ele situados, sómente nos casos, em que estiverem: 1.^º hypothecados por convenção, última vontade, ou Lei (7); 2.^º litigiosos por acção sobre o dominio, ou por penhora (8); 3.^º deados, ou por qualquer outro contracto alienados com reserva do usufructo, em quanto este não acabar (9).

(7) Se os prédios situados dentro do Julgado devem ter sido hypothecados especialmente, ou se será bastante a hypotheca geral, não o diz a Lei; mas pôde inferir-se do art. 9, que só a hypotheca especial é registrável. Como quer que seja, era commodo que todas as hypothecas fossem registradas, não no lugar da situação dos prédios, mas no domicilio do devedor, especialmente no tempo presente, em que tem havido e continua a haver desmembração de uns Concelhos, e annexação a outros, e os limites d'uns e outros são muito inexatamente abalizados. Sendo o registro no domicilio do devedor, era mais facil examinar ahi, se elle está muito ou pouco individuado, e excuseava-se o trabalho de ir abrir registros a lugares mui distantes, como podem ser aquelles, onde forem sitos os diversos prédios que o devedor hypothecar.

(8) Esta Lei, mandando registrar os prédios litigiosos por acção sobre o dominio, ou por penhora, devia pôr alguma pena a quem omittisse taes registros. Esta pena não poderia ser outra, senão haver-se por não litigioso o prédio, que real e verdadeiramente anda em litigio; e por não penhorado o que realmente está penhorado. Uma pena tal seria absurda. Além d'isso seria necessario re-

vogar a Ord. L. 4, T. 10, § 3 e seg., que julga a venda, escambo, ou doação das causas litigiosas nulla e de nenhum efeito; e revogar tambem a doutrina, geralmente recebida, de ser nulla a venda dos bens penhorados, a não intervir consentimento do exequente. Silva á Ord. L. 3; T. 86, § 1, n. 33. De mais, o registro foi introduzido para dar publicidade ás hypothecas convencionaes. Maior publicidade resulta da demanda, que se discute em Juizo, e da penhora feita por auctoridade judicial.

Parece que a disposição d'este Decreto, a respeito do registro dos prédios litigiosos, foi derogada pela do Decreto de 3 de janeiro de 1837; porque fazendo enumeração no art. 11 dos livros, que os Tabelliões do registro devem ter, só se lembrou das hypothecas, e não dos bens litigiosos.

(9) O mesmo que acabo de dizer a respeito dos bens litigiosos, é applicável á disposição ácerca dos bens dous, ou por outro qualquer contracto alienados com reserva do usufructo. Não sabemos em qual dos livros deve ser aberto este registro. A havel-o, deveria ser não só para o caso de o alienante reservar o usufructo, mas também em todos os casos, em que o alienante fica detendo na sua mão os bens alienados; como acontece, quando aquelle que vende, toma logo da mão do comprador os bens vendidos de arrendamento, ou de aforamento. Podem terceiras pessoas persuadir-se, que aquelle vendedor ainda é senhor d'aquellos bens, como d'antes era, e é sombra d'elles fiarem o seu dinheiró d'aquelle fraudulento devedor.

§ 1.º (do art. 2.º)

Exceptuam-se: 1.º os litigiosos possuidos como vinculados, e os litigiosos por penhora, quando já estiverem registrados por hypotheca de dívida da mesma penhora (10):

2.º Os prasos pela hypotheca das pensões foreiras (11):

3.º As embarcações pela das soldadas da sua tripulação (12):

4.º Os hypothecados pelo facto do emprégo, que tem responsabilidade para com a Fazenda Nacional (13):

5.º Pelos tributos (14):

6.º Os prédios do pae, hypothecados ao filho pela administração dos seus bens (15).

(10) A razão de eximir os bens litigiosos possuidos como vinculados, parece ser, porque, se se tratasse de reivindicar um vínculo, e fosse necessário registrar todos os bens, de que o vínculo se compõe, tal vínculo ha, cujos bens formam um grande livro ou tombo, e daria grande despesa um tal registro; e taes vínculos ha, que carecem de um grande livro de registro, para n'elle se escreverem quantos bens lhes pertencem.

Se os bens que se querem reivindicar, estão além d'isso hypothecados ao auctor por dívida, e esta hypotheca já está registrada, o novo registro do litigio não daria mais publicidade à deficiencia do devedor. Por isso com razão foi dispensado este novo registro.

(11) Os bens dos prasos estão legalmente hypothecados á dívida dos foros. L. de 20 de junho de 1774, § 38. Justamente foram dispensados do registro, porque talvez que a terça parte dos prédios d'este Reino sejam emph-teuticos; a registrarem-se todos, os livros do registro formariam grandes livrarias, e seria necessário um exército de Tabelliaes para a sua escripturação.

(12) A gente de mar é miserável, e digna de todo o favor. As soldadas d'esta gente prescrevem passado um anno, segundo o Cod. Comm. art. 1856. Pouco prejuízo pôde resultar a terceiros de não ser registrada esta dívida; por isso com muita razão foi dispensada do registro.

(13) Os Empregados, cujos bens são legalmente hypothecados por causa da responsabilidade à Fazenda Nacional, eram pela L. de 22 de dezembro de 1761. Tit. 3, § 15, os Thesoureiros e mais Officiaes, que tinham a seu cargo a arrecadação dos rendimentos e Impostos Nacionaes; e eram tambem os Corregedores, Provedores, Juizes de Fóra e das Sisas, aos quaes incumbia fazer os Lançamentos e Cobranças. No tempo presente são os Governadores Civis, os Administradores dos Concelhos, Conselheiros, e Receptadores.

Como esta hypotheca é geral, e aquelles empregos são publicos, podem acautelar-se as pessoas, que com aquelles Empregados contractarem, sem se aterem ao registro hypothecario. Este registro nunca poderia certificar o que cada um está devendo, porque só depois de apuradas as contas se pôde saber a sua responsabilidade; por isso muito bem dispensado foi tal registro.

(14) Como a hypotheca, que a Fazenda Nacional tem pelas dividas de tributos, é geral em todos os bens do devedor, L. 1, Cod. In quib. caus. pign. vel hyp. tacit. contr., muito mal se poderia fazer registro hypothecario por tais dividas.

(15) A hypotheca nos bens do pae pela administração dos bens do filho, é tambem geral, e estabelecida pelas Leis a beneficio dos filhos. L. 6, Cod. de bon., quae liber., e L. 6, Cod. de sec. nupt. Haveria por tanto o mesmo inconveniente em tal registro, se a Lei o exigisse. Seria também duro, que o pae fosse obrigado a registrar em seu próprio desabono; e que os filhos perdessem o seu direito, por serem quasi sempre incapazes de vigiarem sobre os seus interesses, em quanto estão debaixo da administração paterna.

§ 2.º (do art. 2.º)

São porém registraveis neste ultimo caso,

depois que o filho for emancipado, com tanto que para conservarem os efeitos de hypotheca anteriormente adquiridos, sejam registrados no prazo de oito dias contados d'esde a emancipação (16).

(16) O prazo de oito dias, de que aqui se fala, deve entender-se ampliado a trinta dias, pela disposição do art. 6.^o do Decreto de 3 de janeiro de 1837. Os menores emancipados não devem ser de peor condição, que outras pessoas quaesquer, a quem a Lei concede os trinta dias para registrarem, pela regra — *Quod favore quorumdam constitutum est, ad lactionem eorum nolumus inventum videri* — L. 6, Cod. de legibus.

Por meu voto o prazo para este registro deveria contar-se, não desde a emancipação, mas desde que o pae dêsse contas; porque só depois d'ellas é que o filho pôde saber, se o pae está em responsabilidade para com elle por causa de sua má administração.

Art. 3.^o

Será nullo o registro, que não for feito no Julgado da situação dos prédios, ou da matrícula das embarcações (17).

§ unico. Exceptua-se o registro de hypotheca nos bens do marido pelo dote da mulher, que será feito no Julgado, dentro do qual se celebrar o matrimonio (18).

(17) Não vejo utilidade em se mandar fazer o registro no logar da situação dos prédios, nem isto se pôde bem fazer, quanto a hypotheca é geral em todos os bens, porque os pôde ter em diversas Comarcas, ou Províncias o devedor. O logar mais proprio era o domicilio do deve-

dor; e estando ahí registradas todas as suas hypothecas, com maior facilidade se podia averiguar á vista do Livro o estado de solidez ou de fallencia de qualquer. Crecio que foi preferido o logar da situação dos prédios, porque a Lei Franceza de 27 de Junho de 1795 tentou mobilisar em certo modo o territorio da França, permittindo a cada um crear hypothecas sóbre si mesmo. O Conservador das hypothecas fazia avaliar os prédios de requerente, e dava-lhe cedulas, ou coupons, como elle queria, em concorrente valor: estas cedulas, ou coupons, eram transmissíveis por endossos á ordem, como se fossem Letras de Cambio, e formavam titulos executivos contra as pessoas, que os subscreviam, a favor d'aquelles, a cuja ordem eram passados. Em pouco tempo se experimentou uma concentração de prédios em mãos de uns poucos de especuladores e usurarios, e foi necessário reformar a Lei por outra de 2 de novembro de 1799: mas ficou aquella determinação a respeito do local da situação dos prédios; e assim foi recopilada no Cod. Civ. Franc. art. 2146.

(18) Pela mesma razão, que já disse, parece lôra melhor mandar registrar a hypotheca nos bens do marido por causa do dote, no domicilio do mesmo marido. Porque sendo mais frequente irem as mulheres para as casas dos maridos, e sendo elles de terras distantes, é natural que ahí se celebre o matrimonio; e então fica muito incommodo ás pessoas, que quizerem contractar com o marido, terem de ir consultar os registros do Julgado, onde se celebrou o casamento, para virem no conhecimento de qual seja a sua responsabilidade por tal respeito.

Art. 4.^º

Serão inefficazes nos prédios e embarcações
 (19) os encargos de hypotheca, litigio, doação
 ou alienação por qualquer outro contracto com

reserva do usufruto enquanto não forem registrados (20). Os seus efeitos só começarão na data do registro (21).

§ 1.º Conservarão porém os efeitos, independente de registro, em todos os casos exceptuados no § 1, do art. 2.º; da mesma sorte que os conservam em outros quaisquer bens, que não sejam prédios, ou embarcações (22).

§ 2.º Também as hypothecas nos prédios, ou embarcações; 1.º) por dívida á Fazenda Nacional proveniente de contrato (23); 2.º) pelo empréstimo para a sua compra (24); 3.º) pelo preço da sua venda (25); 4.º) nos rusticos, pelo dinheiro contribuído para a sua roteação, e redução a cultura (26); 5.º) nos edifícios, e embarcações, pelos materiais, mão de obra ou dinheiro contribuído para a sua construção, reedição, ou reparo, e custeio, conservarão desde as datas das dívidas os efeitos decretados nas Leis de 22 de dezembro de 1761, e de 20 de Junho de 1774, uma vez que sejam registrados no prazo de trinta dias, contados desde a referida data (27). O seu registro, depois de findo este prazo, só lhe dará os efeitos de simples hypothecas desde a data do mesmo registro (28).

§ 3.º À exceção das hypothecas do § antecedente, e da que tem o filho nos bens do pai pela administração dos seus, nenhuma outra hypotheca em prédios e embarcações, que se constituir depois da instalação do registro na Cabeça do Julgado, gozará efeito algum anterior ao seu próprio registro (29).

(19) A palavra *inefficazes* quer dizer, que não produzirão efeito. Mas deve subentender-se a respeito de ter-

ceiras pessoas, a favor das quaes foi instituido o regis-
 tro, e não a respeito do proprio devedor, para o qual o
 registro é desnecessario. A não se entender assim, seguir-
 se-hia o absurdo de ser a Lei mesma (que foi feita para
 moralisar a Nação) a que favoreceria a imoralidade.
 Porque o devedor, que tivesse hypothecado os seus prédios,
 poderia em quanto a hypotheca não estivesse regis-
 trada ir hypothecal-os a outro sem pena alguma; e o cri-
 me de burlão ficaria impune. V. Cod. Civ. Fr. art. 2113.

(20) Sobre os encargos de litigio e doação, com res-
 erva do usufructo, veja-se o que dissemos nas notas 8.^a
 e 9.^a

(21) Depois do Decreto de 3. de janeiro de 1837, art. 6, não devem ter effeito estes encargos desde o regis-
 tro em diante, mas sim desde que foram constituidos, uma vez que o registro venha a effectuar-se nos prazos mercados n'este último Decreto; porque tem-se por axioma de Direito — *Quod auctoritate legis fit, iuste beneque fieri consetur.* — Seria absurdo que soffresse uma pena grave quem satisfizesse ao que a Lei manda, no prazo que ella concede.

(22) Sómente os prédios e as embarcações são sujeitas a registro. Ha outros muitos bens, que podem ser hypothecados ou doados, com reserva do usufructo, sem haver obrigação de os registrar: por exemplo, os direitos dominicais de bens foreiros, ou censitarios; os direitos e ações; o direito de usufructo; e outros.

Os moveis também podem ser hypothecados, e tambem são dispensados de registro. Mas esta hypotheca sómente aproveita ao credor hypothecario mais antigo contra outros, quando esses moveis chegam a ser penhorados ao devedor. Se este os alienou antes de penhorados, e estão em mãos de terceiros, não pôde intentar-se contra estes a ação hypothecaria, porque pelo uso hodierno das Nações civilizadas se introduzis, que nos moveis não haja aquela por causa de hypotheca, em razão das embara-

ços, que isso causava ao commercio. Voet ad Pand. L. 20, T. 1, n. 13 e 14; Cod. Civ. Franc. art. 2119. Concorda o Cod. Comm. Port. art. 318; e neste sentido o Alv. de 4 de março de 1810, revogou a Ord. L. 4, T. 5, § 2, na parte em que permittia ao vendedor, que vendeu a credito, poder haver das mãos de terceiro possuir a causa vendida, se o comprador a não tinha pagado quando prometteu.

(23) As hypothecas por dívidas à Fazenda Nacional, provenientes de contrato, são as hypothecas especiaes, que oferecem os Rendeiros, ou Thesoureiros da Fazenda; porisse diversificam das hypothecas geraes, de que se fala em a nota 13. O espaço de trinta dias, que no fim do artigo se marcou para o registro d'estas hypothecas contencioas, foi menos bem pensado; devia dar-se maior espaço, contando com o pouco zelo dos encarregados da Fazenda. As dívidas, que se deviam aos extintos Mosteiros ou Conventos, pediam principalmente uma providencia particular; porque as Escripturas, que os Frades tinham, passaram para mãos estranhas, utras se extraviaram, outras talvez jazerão incognitas; é porto impossivel registrarem-se nos seis meses que concedeu o art. 8 do Decreto de 3 de janeiro de 1837, para o registro das hypothecas anteriores.

(24) Para que é emprestimo, feito para fazer uma compra, produza não só hypotheca, mas privilegio a par de outros credores hypothecarios, é necessario que na Escriptura do emprestimo se declare, que é feito com esse destino de comprar, e que se verifique a compra posteriormente. L. de 20 de junho de 1774, § 37. Bem entendido que o privilegio é sómente a respeito da fazenda comprada. Por esta Lei é necessario que esta hypotheca legal se registre em trinta dias, alias ficará como hypotheca simples a contar antiguidade desde a data do seu registro.

(25) Quando o dono d'um prédio o vende, e o comp-

prador lh' o não paga logo, este prédio fica legalmente hypothecado à dívida do preço, por identidade da razão. Arg. do § 41. Inst. de rer. divis., e L. 5, § 18, ff. de tribut. act. Mas o Cod. Comm. Port. art. 1224, exige n'este caso, que o vendedor estipule do comprador o ficar-lhe a cousa vendida hypothecada até inteiro pagamento do preço. Esta hypotheca é a de que falla este art. porque pôde succeder que essa cousa vendida seja reivindicada pelo comprador antes de a pagar, ou que os credores lh'a penhorem antes de estar paga. Esta hypotheca julgo se pôde provar pelo mesmo título da venda, ainda que seja um assignado particular; porque assim como este título é capaz para transferir o domínio, tambem deve ser sufficiente para o vendedor reter o mesmo domínio. Duranton Dir. Franc. Tom. 19, n. 159. Deve pois esta hypotheca ser registrada no dicto prazo de trinta dias, para ser privilegiada.

(26) O emprestimo para romper e reduzir á cultura qualquer terreno, é tambem privilegiado, a respeito das bemseitorias feitas, e pela Lei de 20 de junho de 1774, § 36. Bem assim o emprestimo de dinheiro ou de materiaes para construção, reedificação, ou reparação de casas, ou de embarcações, é privilegiado a respeito d'essas bemseitorias. Cit. L. § 34 e 35; L. 5, L. 6, Cod. Qui pot. in pign.; Novel. 97, cap. 3. Quando estas obras são justas por empreitada, e por quantia certa, pôde bem fazer-se o registro nos trinta dias, que esta Lei marca. Mas quando os fornecimentos de pedra, madeira, prégos e outros materiaes se vão gastando á medida que se vão julgando necessarios, só no fim das obras se pôde fazer a conta da importancia do crédito, que os fornecedores fizeram; e só desde este ajuste de contas é que se deverão começar a contar os trinta dias.

(27) Os Redactores do Decreto poderam pôr a par dos privilegios acima referidos, ainda pelo menos deus, que vem no Cod. Civ. Franc. art. 2109 e 2111, porque

são muito importantes. O 1º é o dos co-herdeiros ou quinhoeiros de uma causa *commun*, a qual é muitas vezes adjudicada a um só, por não ser susceptivel de partilha em partes, e este obrigado a dar aos outros a sua quota do valor; ou um co-herdeiro fica com mais prédios, do que os que cabem no seu monte, obrigado a das tornas em dinheiro a outros co-herdeiros. Em ambos os casos concede aquelle Código art. 2109, sessenta dias depois da partilha, ou da adjudicação, aos co-herdeiros credores, para inscreverem no registro hypothecario o seu privilegio sobre os bens obrigados áquellas tornas; e outra qualquer hypotheca, que o devedor constitua sobre esses bens, não prejudica ao co-herdeiro créedor.

Julgo que estes casos se devem entender no espirito do 3º caso do nosso §. Porque o mesmo é vender um prédio, e ficar o comprador a dever o preço, que o ser o prédio adjudicado a um co-herdeiro e este obrigado a dar parte do seu valor a outro co-herdeiro. Este vende forçado, e sem vontade muitas vezes; por isso ainda mais digno de favôr.

A outra hypotheca privilegiada do Código Francez art. 2111, é a dos credores e legatarios d'uma herança, os quaes nos bens d'essa herança devem preferir a quaisquer credores pessoaes do herdeiro; requerendo para isso o beneficio da separação, caso o herdeiro não faça inventario da dita herança. Para o registro d'esta hypotheca concede o dito Código seis mezes, a contar desde a abertura da successão.

Esta preferencia dos credores da herança aos credores do herdeiro era já conhecida em Direito Romano, ainda que os credores da herança fossem chirografarios, e os do herdeiro hypothecarios. L. 1, § 1, e seg., L. 6, ff. *de separat.*

Como o nosso Decreto não se lembrou d'este registro, devemos regular-nos pelo Direito Romano; e nos termos d'ele poderão requerer os credores da herança a sepa-

~~www.Histórica.com.br~~ ração de bens, ainda que não tenham feito registro algum.

(28) Esta clausula ficou de nenhum efeito, depois que se concedeu igual prazo de trinta dias a todos e quaequer credores, pelo Decreto de 3 de janeiro de 1837, art. 6.

(29) É applicavel a Nota antecedente. Quanto à instalação do Registro, é verdade que por Decreto de 31 de março de 1837, exarado no *Diário do Governo* n. 82, em 8 de abril do dito anno, se mandou que os Tabellões do Registro entrassem imediatamente em exercicio, prestando fiança aos Direitos, que houverem de pagar; mas ainda tardou a inteira execução d'este Decreto, e a instalação do Registro não começou em todas as terras a um tempo.

Art. 5.^º

Para os registros conservarem os seus efeitos além de dez annos contados da sua data, devem ser renovados dentro do ultimo anno de cada deoennio (30).

§ unico. Exceptua-se o registro: 1.^º pelo dote da mulher, em quanto durar o matrimônio; 2.^º o da hypotheca do filho nos bens do pae, em quanto não for emancipado (31).

(30) Este artigo, copiado do art. 2154 do Cod. Civ. Franc., não tem outro prestimo, que dar que fazer aos Tabellões das hypothecas; e tem dado occasião a tantas e tão variadas questões, como se pôde ver nos Comentadores d'aquelle Código. Vej. Duranton, *Dr. Franc.* Tom. 20, n. 159 e seg. Nada havia mais natural, que durar a virtude de um registro, em quanto durasse o direito hypothecario, bem como dura o registro pelo dote da mulher em quanto dura o matrimônio, que pôde durar 30 ou 80 annos.

(31) Inadvertidamente se exceptuou a hypotheca do filho nos bens do pae, pois que esta é dispensada de registro pelo art. 2, § 1. Vej. a Nota 15.

Art. 6.^o

Só se tomará registro de prédios e embarcações por hypotheca convencional, à face de Auto de Conciliação, Termo de transacção feito em Autos, e de Escriptura pública, que expressamente a constituam; e nunca por escripto particular, ainda que se lhe possa atribuir força de Escriptura, e seja revestido das solemnidades do § 33 da Lei de 20 de junho de 1774 (32).

§ unico. Exceptuam-se os prédios e embarcações, que, anteriormente à installação do registro na Cabeça do Julgado, já se acharem hypothecados por taes escriptos, legalizados com as referidas solemnidades, que deverão ser registrados na conformidade do art. 13 d'esta Lei (33).

(32) As palavras — *por hypotheca convencional* — devem-se ter sempre em vista. Pois, além das hypothecas convencionaes, ha outras testamentarias, de que tracta o art. 7; e ha outras legaes, mencionadas no § unico do art. 7, em que se admite registro por diversos titulos dos que menciona este artigo.

As outras palavras — *que expressamente a constituam* — tambem se devem reter na memoria. Não basta que n'uma Escriptura diga um devedor, que ao pagamento obriga sua pessoa e bens, para se poder registrar esta obrigação geral, a qual, quando muito, pode constituir uma hypotheca geral, Domat L. C. Liv. 3, tit. 2, nota no fim do preambulo; mas é necessário que o devedor

diga, que no pagamento hypotheca tal prédio, para esta hypotheca especial ser registrável. Não obstante isso, uma Escriptura sem hypotheca alguma, tem preferencia aos crédores chirografários, bem como a têm os escriptos particulares de negociantes, e das pessoas, a cujos escriptos a Lei dá força de Escripturas. L. de 20 de junho de 1774, § 42.

(33) As solemnidades dos escriptos hypothecarios anteriores, de que aqui se falla, consistem em serem escriptos com assistencia de tres testemunhas de inteira fé e conhecida probidade, e que um Tabellão as veja assignar, e reconheça as letras por serem escriptos na sua presença. L. de 20 de junho de 1774, § 33; L. 11, Cod. *Qui pot. in pign.*

Art. 7.^º

Por hypotheca testamentaria tomar-se-ha registro de prédios e embarcações, à face do Testamento ou Codicillo, que offereça a mesma declaração de hypotheca (34); e por hypotheca legal, à face do Titulo, ou posse immemorial julgada por sentença, que prove obrigação, a que as Leis tiverem concedido hypotheca (35).

§ unico. É hypotheca legal registrável a que tem: 1.^º a Fazenda Nacional nos bens de seus devedores (36);

2.^º Os tutelados nos bens de seus tutores (37);

3.^º Os crédores mencionados nos §§ 34, 35, 36, 37, 39 e 40 da Lei de 20 de junho de 1774 (38);

4.^º O crédon do censo no prédio censario (39);

5.^º O vendedor no prédio vendido (40);

6.^º O crédon de tornas provenientes de partilhas (41);

7.^o O filho nos bens do pae, quando este administra e desfructa os seus (42). Afóra estas hypothecas, por nenhuma outra, com o pre-texto de legal, se tomará registro (43).

(34) A clausula — *que offereça a mesma declaração de hypotheca* — ou se deve entender equivalente a esta — *de que conforme a Direito resulte hypotheca* — ou a entender-se literalmente, o artigo vem a ser inutil. Porque a maior parte dos testadores não são juristas; e quando testam, é quando estão em perigo de vida, e não ha tempo de consultar Letrados: pôde bem inserir-se de uma disposição testamentaria, ter sido vontade do testador, que taes prédios fiquem gravados com um encargo real de dar tanto a outros, e que o mesmo testador não tivesse a discricão de declarar, que esses prédios ficam hypothecados ao pagamento do dicto encargo. O haver de nenhum effeito esta hypotheca, por isso que o testador lhe não deu tal nome, será uma dureza repugnante ao bom senso, pois segundo diz a L. 9, Cod. *Quae res pign. oblig. poss.:—Est justum voluntates contrahentium magis, quam verborum conceptionem inspicere.*

Por Direito compete a qualquer Legatario a accão hypothecaria sobre os bens da herança, ou sobre aquelles, que especialmente foram designados para pagar o legado, L. 1, Cod. *Comuun. de legat.*

Nenhum testador, que deixa legados, manda declarar que os bens de sua herança fiquem hypothecados ao pagamento d'elles; por isso me parece rasoavel a mudança de redacçao, que proponho.

(35) Bom é que a palavra — *Titulo* —, que esta Lei exige para o registro da hypotheca legal, se não entenda sómente d'uma Escriptura pública, ou Auto de Conciliação, como nas hypothecas convencionaes; porque a palavra *Titulo* comprehende um Escripto qualquer de obrigação. Seria grande inconveniente, que nenhuma hypo-

theça legal valesse sem Escriptura pública. Além do exemplo, que já apontei em a not. 25, eis aqui outros: O señorio d'umas casas arrendou-m'as com condição de eu lhes fazer as reparações necessarias, e d'isto me fez Escripto de arrendamento. Seria duro que eu não tivesse hypotheca no valor d'aquellas bemfeitorias, por isso que não tenho uma Escriptura d'aquelle hypotheca. Outro exemplo: Um mercador forneceu madeira, pregos e alcatrão, para concerto e crena d'uma embarcação: Seria injusto que aquele mercador não tivesse hypotheca na embarcação, por não ter uma Escriptura com hypotheca da importancia d'aquelles materiaes.

Quanto á posse immemorial, de que aqui se falla, parece exorbitancia de redacção, porque a posse de trinta annos per si só equival a titulo. Mello L. 3, T. 4, § 9. Se esta posse foi julgada por sentença, que passou em julgado, é um titulo dos mais authenticos, que se conhecem, pois que a sentença, que passou em julgado, é como Lei para as partes, entre quem foi dada, e faz do branco preto, e do quadrado redondo. Supponhâmos que Ticio tinha posse de trinta annos de cobrar de Seio vinte medidas de trigo, impostas em certo prédio: em Juizo contencioso provou a sua posse, e o réu foi condenado a pagar as medidas, em quanto possuisse o prédio. Qual ha de ser a razão, por que esta sentença não possa ser registrada, como titulo da renda do prédio hypothecado, ou onerado, ainda que na causa se não fallasse na immemorial? As Leis do Reino sómente exigem posse immemorial para provar que tales prédios são vinculados. Ord. L. 1, T. 62, § 51, e L. 3 de agosto de 1770, § 4. Por outra parte a Ord. L. 3, T. 84, § fin. suppõe legalmente hypothecados os bens d'aquelle, que é condenando a pagar alguma dívida, não lhe permittindo alhear os bens de raiz correspondentes à condenação. Vej. Mor. de exec. L. 6, Cap. 6, n. 16, e Lobão, Seg. Linh. Not. 575.

(36) Não se devem confundir os devedores da Fazenda

Nacional com os Empregados, que têm responsabilidade à mesma Fazenda: a hypotheca d'estes Empregados não é sujeita a registro, segundo declara o art. 2, § 1, porque é mui incerto, se virá a verificar-se o caso d'essa responsabilidade: pelo contrario deve registrar-se a hypotheca dos que indubitavelmente são devedores à Fazenda, como são os Rendeiros e Contractadores, e outros, que, contractando com os representantes da Fazenda Nacional, offerecem hypothecas para maior segurança das suas obrigações. Estas hypothecas, que elles ou seus fiadores nomearem, devem ser mandadas avaliar por ordem do Juiz do Logar da situação d'ellas, e d'esta avaliação mandar Instrumento público, Orden. da Faz. Cap. 166 e 167; e a meu ver são estas as hypothecas registraveis, de que aqui se falla, e não as hypothecas geraes, a que são sujeitos todos os bens de qualquer devedor à Fazenda. L. 1, L. 4, Cod. *In quib. caus. pign. vel hyp. tac.*, L. de 21 de dez. de 1761, Tit. 3, § 14 e 15. Como se haviam de registrar prédios de uma pessoa, sem saber, se ella os tem, e onde são sitos?

(37) Aos tutelados é concedida por Direito uma hypotheca tacita e geral nos bens de seus tutores. L. 20, Cod. de adm. tut. Vej. Lobão *Tr. das Execusões* § 603. Esta hypotheca geral parece não ser a registrável, de que aqui se falla, pela razão já dita de se não saber, se o tutor tem prédios, e onde são sitos; podendo bem ser que nenhum tenha, pois a Ord. L. 4, T. 102, § 5, permite ao Juiz admittir tutor não abonado, sendo pessoa honesta, e bem governada. Por isso creio que a hypotheca registrável, de que aqui se falla, é a que oferece o tutor dativo, quando em logar de fiador, fizer obrigação de certos bens à sua responsabilidade da tutella.

(38) Mau sistema de redigir Leis é este de fazer referencias a outras, especialmente quando estas andam dispersas, sem estarem codificadas. Os Tabelliões do Registro,

não sendo homens de Lei, mal podem saber o que diz a Lw. 20 de junho de 1774. O § 34 d'esta Lei tracta do créedor, que concorreu com materiaes ou dinheiro para a re-edificação, reparação, ou construção de edifícios; e no valor das benfeitorias dá-lhe preferencia a qualquer outro créedor hypothecario.

O § 35 tracta do créedor, que concorreu com materiaes ou dinheiro para refazer navio, ou qualquer outra embarcação; dá-lhe preferencia a outro qualquer créedor hypothecario mais antigo.

O § 36 tracta do créedor, que concorreu com dinheiros para romper e reduzir a cultura qualquer terra inculta; e no valor d'estas benfeitorias dá-lhe igual preferencia.

O § 37 tracta do créedor, que emprestou dinheiro para a compra d'uma fazenda; e constando da Escriptura do emprestimo aquelle destino, e verificando-se a compra posterior, dá-lhe preferencia a outros crédores quaequer no valor do prédio comprado.

O § 39 tracta dos crédores de fretes, para preferirem a respeito das fazendas, que fizeram a carga da embarcação a outro qualquer créedor.

Nota. Inadvertidamente se inseriu este caso na Lei do Registro; porque as fazendas, que se carregam em uma embarcação, não são prédios, que se registrem.

O § 40 da dita Lei de 1774 tracta do dote, que consistia em fazendas, e se deu estimado ao marido; e dá preferencia á mulher, a respeito do dote, a outros quaequer crédores hypothecarios.

Diz-se dote estimado, quando a mulher é dotada em certa quantia, e em satisfação d'ella se dão ao marido certos prédios com uma certa estimativa ou avaliação. Estes prédios são alienaveis, L. 16, ff. e L. 10, Cod. de jur. dot.; mas se forem penhorados por dívidas do marido, justo é que ella perfira no valor d'elles a outros quaequer crédores, ainda que hypothecarios, por isso que ella

tem mais domínio, do que o marido. Assim mesmo esta Lei quer, que esta hypotheca legal da mulher seja registrada.

(39) Em Direito são conhecidas duas espécies de Censos reservativos e consignativos. «Os verdadeiros Censos permittidos pelas Leis (diz o Alv. de 16 de janeiro de 1773, § 3,) são os reservativos, em os quaes um cede «o seu prédio, reservando certa porção de fructos, ou «de dinheiro da sua annual producção ou rendimento, «com a qual bem possa o prédio cedido, sem haver outra «espécie de contracto, que lhe mude a natureza, e sirva «de pretexto para capear a usura, e sem haver valor certo, e estipulação de capital, que importe venda, e em «razão da qual se perceba cada anno, em quanto se não «entrega o capital, maior interesse, que o de cinco por «cento, que pela Lei se acha tolerado.»

D'estes verdadeiros Censos se deve entender a nossa Lei, e n'elles é muito justa a hypotheca legal. L. 15, ff. *Qui pot. in pign.*

Os Censos consignativos, a que podemos chamar *bastardos*, foram desconhecidos antes do seculo 15., e imaginados para fugir ás penas ecclesiasticas contra as usuras. Fingiram que qualquer podia comprar a outro o direito de receber certa porção de fructos de um campo d'este; e com esta capa da compra se constituiram Censos mui gravosos. Stryck. *Us. mod.* L. 22, T. 1, § 38. Duranton *Dr. Fr.* Tom. 17, n. 608. Como as nossas Leis identificam Censos de dinheiro e de fructos, Alv. de 23 de maio de 1698, não pôde reputar-se hypotheca legal a declaração, que se faça em um Escripto particular, de que o devedor obriga tal prédio ao pagamento de certas medidas; e só poderá ser hypotheca convencional, quando o devedor por Escriptura obrigue esse prédio á obrigação pessoal, que elle contrahe. Não de outra forma se diria, quando o devedor tomasse a juro uma quantia de dinheiro, obrigando-se a pagar o juro pelos rendimentos

do prédio, que obrigava e hypothecava á segurança da sua obrigação. D'estes Censos consignativos não pôde entender-se a nossa Lei, porque nem huma outra Lei ha, que lhes dê hypotheca.

(40) Sobre a hypotheca legal do vendedor no prédio vendido, é bastante o que disse em a nota 25.

(41) Foi bem lembrado o declarar, que o créador de tornos de partilhas tenha hypotheca legal, *scilicet*, nos bens da herança, com que fica o co-herdeiro devedor. D'este art. do nosso Decreto se serviu o Ministro do Reino, que assignou a Port. de 21 de janeiro de 1840; porque nenhuma outra Lei patria se lembrou d'este ponto, cuja fonte proxima parece ter sido o Cod. Civ. Fr. art. 2103 e. 2109.

Para o registro d'esta hypotheca é indiferente que a partilha fôsse feita amigavelmente por escriptos particulares, ou que o fôsse por instrumentos publicos; por isso que a Lei não distingue. Duranton *Dr. Fr.* Tom. 19, n. 180.

(42) N'este art. se diz que é registrável a hypotheca, que tem o filho nos bens do pae, quando este administra e desfructa os bens do mesmo filho. Sobre isto, já disse em a nota 15. Agora cumpre notar, que parece estar este artigo em contradicção com o § 1 do art. 2: ahi se declara dispensada de registro esta hypotheca, e aqui se diz que é registrável.

Não sei conciliar estas diversas disposições, nem tão pouco quaes hão de ser os prédios do pae, que hão de ser inscriptos no livro do registro, para sobre elles o filho ser preferido:

(43) Esta clausula final exclue do registro qualquer outra hypotheca, sob pretexto de ser legal. Com esta disposição não se deve entender que ficam sem efeito quaesquer outras hypothecas legaes; do contrário resultaria um transtorno na jurisprudencia, e até contradicção com esta mesma Lei. Porque o dote da mulher pôde ser dado

em dinheiro; e os bens do marido ficam legalmente hypothecados à segurança d'aquele dinheiro. L. fin. § 1, Cod. *Qui pot. in pign.* Não é este o dote; de que falla o § 40 da L. de 20 de junho de 1774, que, como já vimos, é o dote dado em fazendas em uma certa estimação; por conseguinte o dote em dinheiro é aquele, de que se falla no art. 3, § un., e no art. 5, § un. Se n'estes artigos se manda registrar o dote sem distinção alguma, seria contradictorio, se não fosse admittido a registro, por não estar na taboada das hypothecas registraveis do art. 7, § un.

Demais. Quando a L. de 20 de junho de 1774, § 34 e seg., fez uma resenha de hypothecas privilegiadas, que devem ter preferencia em concurso a outros quaequer crédores, ainda que hypothecarios, teve a prudencia de determinar no § 41, que o mesmo se observaria em outros quaequer casos, que por identidade de razão estivessem comprehendidos no espirito d'aquellos; e muitos d'estes refere Lobão *Tr. das Execuções* § 568 e seg. Por tanto, muito embora se não registrem estas hypothecas, pois que a Lei as não admittie a isso; mas não se deve d'ahi inferir, que este direito hypothecario fique desvanecido.

Art. 8.^º

O registro por doação, ou alienação com reserva do usufructo só se fará á vista da Escriptura pública do contracto; e por litigio, á face do Libello, ou da penhora, e tambem de certidões authenticas de uma, ou outra cousa (44).

(44) Sobre estes registros veja-se o que já notei em as notas 8.^a e 9.^a Accrescento agora, que o admittir o registro de doação ou alienação, com reserva do usufructo, sómente á face de Escriptura pública, é uma falta

de redacção notável. Porque tanto pode ser a alienação, o resultado de um contracto feito por Escriptura, como se for feito por um Termo de transacção em Juizo contencioso, ou no Juizo de Paz. Se estes documentos são bastantes para registrar uma hypotheca convencional (art. 6), porque o não ha de ser para registrar a doação ou alienação?

Além d'isso houve falta de redacção em não declarar, por quem deve ser registrada a doação: ha de ser pelo doador, ou pelo donatario? O encargo do usufructo é a favor do doador; por isso parece que competindo-lhe o commodo, deve competir-lhe o incommodo. Por outro lado o registro foi inventado para obviar as fraudes, que os detentores dos bens podem fazer a terceiros, sendo facil confundir um simples detentor com um senhor e possuidor; por isso parece que o Donatario é quem tem maior interesse em fazer registro dos prédios doados, a fim de o Doador os não alhear depois de os ter dado.

Art. 9.^º

Escrever-se-hão os registros successivamente, sem entre elles mediar espaço, mais que o preciso para os distinguir, conservando na margem opposta o espaço necessário para se notarem as baixas (45). Serão numérados, e conterão: 1.^º a data e hora em que são feitos (46); 2.^º o nome do interessado que os requer; 3.^º os prédios que se registram, com a declaração da sua situação, confrontações e denominações, e os numeros, se os tiverem, nome do dono ou possuidor, e sendo embarcação, o seu nome e tonelagem; 4.^º o motivo do registro, se for por doação, ou alienação, por outro qualquer contracto, com reserva do usufructo, mencionarão os nomes dos contrahen-

tes, a data da Escriptura, o nome do Tabellião, que a fez, e logar aonde; se for por hypotheca, especificará de mais a qualidade do titulo, sua data e importancia da dívida; se for por litigio, os nomes do auctor e réu, e Juizo e Cartorio, onde pende, ou por onde se fez a pernhora, e por quanto (47).

§ unico. Os registros pelos dotes poderão limitar-se, além da sua data e hora, à declaração dos nomes dos contrabentes, data da Escriptura, nome do Tabellião que a lavrou, e onde, importancia do dote, e especie em que é constituído (48).

(45) Este arranjo dos livros de registro, escrevendo os Termos na margem esquerda, e deixando em branco a margem direita, para ahi lançar as baixas, parece-me melhor do que o novo methodo, que se instituiu no Decreto de 3 de janeiro de 1837, art. 11, que manda haver um livro para lançar as hypothecas, outro para lançar os distractes.

(46) A circunstancia da hora deveria, a meu ver, ser banida. Pôde dar occasião a travessuras. Ainda que aparecessem douz registros do mesmo dia, podia regular-se a antiguidade pela data das Escripturas. Os Franceses assim o fizeram; ainda que um registro appareça feito de manhã, e outro na tarde do mesmo dia, ambos se reputam feitos a um tempo. Cod. Civ. Fr. art. 2147.

(47) As formalidades do registro são, com pequenas diferenças, as mesmas que o Cod. Civ. Fr. estabeleceu para as inscrições hypothecarias no art. 2148. Ainda que n'esta materia pareça não haver difficuldades, na prática têm-se suscitado tantas (como se pôde ver em Duranton, Tom. 20, n. 89 e seg.), que seria fastidioso referil-as. Parece teria sido prudente mandar que nos termos de registro interviesssem duas testemunhas, ao me-

~~nos quais o d. apresentante da Escriptura ou Titulo registrável não sabe escrever, e não é conhecido do Tabellião; porque podem-se registrar dívidas falsas com injúria do figurado devedor; e quando este venha a desco-bril-o, não terá pessoa contra quem possa tentar ação de perdas e danos.~~

(48) A razão d'esta disposição acerca do registro dos dotes, é porque esta hypotheca é geral nos bens do marido, e não constando da Escriptura dotal os prédios d'elle, não podiam confrontar-se no Termo do registro. O mesmo se deverá fazer em todos os outros casos, em que a hypotheca é legal e geral sobre todos os bens do devedor; e assim mesmo se declarou no Cod. Civ. Fr. art. 2148, nota fin.

Como a maior parte dos Tabelliões não são peritos em Direito, cumpre notar, que nem tudo o que é dado em casamento a uma mulher, gosa da natureza e privilegios de bens dotaes, ainda que a titulo de dote lhe seja dado. Se os bens dados á mulher vão ser amassados com os do marido, e entre ambos ha communicação de bens, conforme o costume do Reino, taes bens não são dotaes, nem por causa d'elles se contrahe hypotheca alguma: a mulher aventura-se a seguir a sorte do marido: se este enriquecer, enriquecerá ella, e vice versa. Vej. Huber. ad Pand. L. 23, T. 3, n. 17; Guerreiro Tr. 2, L. 7, C. 15, n. 19; Lobão a Mello L. 2, T. 8, § 8, n. 4. Em consequencia, estes dotes não são registraveis.

Art. 10.^º

Averbare-se-hão os registros nos Titulos, ou Documentos, por onde se fazem, com declaração da data, e folhas do Livro, em que estão lançados, e com assignatura do Tabellião (49).

(49) Este averbamento, que aqui se ordena, é mais

simples, que o dos Francezes, onde se mandam fazer dous Memoriaes do mesmo teor, em um dos quaes o Conservador põe a nota do registro, e entrega-o ao requerente; e o outro guarda-o, para se desonerar de responsabilidade, quando sobre a exactidão do registro se suscite questão.

A dificuldade está, como se ha de averbar o registro, quando não ha Título, ou Documento, por onde elle é requerido. Por exemplo: o pae é administrador e usufrutuario dos bens do filho, em quanto se não emancipa; e d'isto quasi nunca ha Título. Em casos taes convirá requerer ao juiz, que mande tomar o registro no livro, e no requerimento pôde o Tabellião averbal-o.

Art. 11.^º

Compete promover os registros: 1.^º aos interessados na sua existencia; 2.^º aos inventariantes pelos direitos registraveis das heranças, em quanto estas estiverem indivisas; 3.^º ao pae pelos do filho; 4.^º aos tutores pelos dos seus tutelados; 5.^º aos subtutores pela hypotheca dos tutelados nos bens dos tutores; pelo litigio, ou penhora contra estes; ou pela doação, ou alienação por outro qualquer contrato com reserva do usufructo; que os mesmos tutores façam aos tutelados; 6.^º aos Agentes da Fazenda Nacional, que intervêm nos contractos com ella celebrados, pelas suas hypothecas, ou aquisições com reserva do usufructo; 7.^º aos Delegados do Procurador Regio, pelos prédios litigiosos por acção sobre o domínio, em que a Fazenda Nacional for autora (50).

(50) A palavra *interessados* é muito ampla, e com-

prehende não só os que têm um interesse immediato, mas ainda os que o têm mediato. Quero dizer, não só o créedor, em favor do qual foi estabelecida a hypotheca, pôde requerer o seu registro, mas ainda o créedor d'aquelle créedor; porque tem interesse em ter um devedor bem sólido e de seguros créditos.

Da mesma sorte ainda que ao inventariante incumbe fazer os registros, em beneficio da herança indivisa; bem pôde qualquer co-herdeiro, que não seja o Cabeça de Casal, requerer aquelles registros, se este for negligente em os fazer.

Na parte, em que diz o art. competir ao pae o promover o registro, pelos direitos registraveis do filho, deve entender-se a respeito dos direitos hypothecarios, que ao filho pertencerem contra outras pessoas, que não seja o pae mesmo. Porque no § 1.^º do art. 2.^º, está dito serem exceptuadas do registro as hypothecas dos prédios do pae pela administração dos bens do filho.

O Tutor não é tambem obrigado a registrar a sua obrigação hypothecaria a favor dos seus tutelados; porque este registro é incumbido ao Subtutor. Esta hypotheca é geral: por isso sómente se deve tomar registro geral sobre os bens do Tutor, declarando o dia, mez e anno, em que elle assignou o Termo da tutela.

Art. 12.^º

A omissão de todos os que pelo art. antecedente devem registrar prol de outrem, responsabiliza-os por todo o damno proveniente da omissão (§1).

(15) Este artigo devia fazer parte do antecedente, por ser a sancção do que alli se ordena.

Louvo a moderação, com que se houveram os nossos Legisladores; porque os Francezes no art. 2136 do Cod.

Civ., impondo aos maridos e aos tutores a obrigação de registrarem as suas mesmas obrigações hypothecarias, declararam-nos bulrões, se, não tendo registrado, consentissem outras hypothecas sobre os seus bens de raiz, e não declarassem que elles estavam sujeitos áquellas hypothecas legaes. Quantos Tutores e Sub-tutores, que ignoram terem os tutelados hypotheca legal sobre os bens d'elles, e que esta hypotheca deve ser registrada!

Se o registro foi inventado para dar publicidade ás hypothecas, não é menos público que qualquer homem é Tutor de uns orphãos.

Art. 13.^o

Os prédios hypothecados, litigiosos, doados ou por outro qualquer contracto alienados com reserva do usufructo, antes da instalação do Registro na Cabeça do Julgado, conservam os efeitos já adquiridos, sem dependencia de registo, em quanto por Lei não for especialmente determinado o modo práctico d'este se fazer (52).

§ unico. As inscripções d'estes encargos anteriores à instalação dos Registros na Cabeça do Julgado serão feitas em Livro distinto e separado (53).

(52) Se o modo práctico, de que aqui se falla, é o que se determina no Decr. de 3 de jan. de 1837, art. 14, e nos Modelos, que vêm conjunctos a esse Decreto, parece-me que esse modo práctico só será applicavel ás hypothecas, e não aos prédios litigiosos, ou doados com reserva de usufructo; de nenhuns d'estes se diz palavra em todo este Decreto, nem mesmo nos Modelos.

(53) Livros distintos e separados manda o Decr. de

~~3 de jan^o de 1837, art.~~ 11, haver, um para as hypothecas anteriores á instalação do Registro, outro para o seu distracte, alteração, ou renovação; mas para registro de bens litigiosos, ou doados, nem palavra.

Art. 14.^º

Cada um dos Tabelliões do Registro terá um Index ou Protocollo patente a todo o cidadão, organizado do modo que melhor facilite o conhecimento dos prédios registrados (54).

(54) A providencia d'este art.^º é a que melhor preenche o fim da Lei, que é a publicidade das hypothecas. Mas fazer um Indice dos prédios de um Julgado, é obra de muita confusão, especialmente nas províncias da Beira e Minho, onde a divisão dos prédios está levada a summo grau. O Indice não pode ser, senão dos nomes dos devedores, cujos bens se acham hypothecados; e deverá ser por ordem alphabetică para maior promptidão dos que o consultarem. Se a hypotheca for geral, como é a dos bens do marido por causa do dote; e a dos bens do Tutor, e outras, é impracticável o registro dos prédios nominalmente. Por isso disse em a Nota 7, que era melhor fazer o registro no domicilio do devedor, do que no logar da situação dos prédios.

Art. 15.^º

Os Tabeliões não farão mais que um registro de todos os prédios comprehendidos na mesma hypotheca, litigio, doação ou alienação com reserva do usufructo, situados no seu Julgado; e vencerão por cada registro 240 rs.

além da raza; e pelas certidões e buscas os mesmos emolumentos, que estão decretados para os Tabelliões de Notas (55).

(55) Boa providencia foi a d'este artigo, para coibir a ambição dos Tabelliões; mas mal lembrado foi o mandar-lhes contar a raza, além do salario do Termo, que já não era pouco. Ou o Tabellião ha de contar a raza, e fará as contas como quizer; ou o Livro ha de andar todos os dias para casa do Contador, e então teremos outro accrescimo de salario, porque o Contador não ha de contar de graça.

Quanto á referencia, que já faz á Tabella dos Emolumentos dos Tabelliões de notas, já disse que é mau sistema de redigir Leis: constitue o Tabellião do Registro na necessidade de andar a consultar regimentos alheios; sendo os quaes, como são, variaveis, ainda se aumenta mais a dificuldade de saber exactamente o seu officio.

Art. 16.^o

Poder-se-hão averbar á margem de cada registro, tanto a sua baixa, ou extincção, como qualquer alteração, que sobrevenha na quantidade da dívida; mas sómente á face de Escritura pública, Auto de Conciliação, Termo de composição feito em autos, ou de sentença, que tenham extinto em todo, ou em parte o encargo registrado, ou alterado a quantia da dívida, e no caso de doação ou alienação com reserva do usufructo, á face de certidão authenticá, que prove a morte do usufructuario (56).

(56) Este averbamento á margem de cada registro parece estar contramandado pelo art. 11, do Decreto de

...

~~3 de Janeiro de 1837,~~ que manda haver livros separados para os distractos, alterações, ou renovações dos registos. Entretanto convirá que o Tabellião à margem de cada registro aponte a folha do outro livro, onde lançar o termo de distracto, alteração, ou novação, para evitar trabalho nas buscas.

Quanto aos títulos para podér dar as baixas, parece demasiado rigor exigir em todos os casos Escripturas, Autos de Conciliação, Termos de Composição, e Sentenças; pois na praxe do Fôro tem-se por provado o pagamento, d'uma dívida, quando a Escriptura d'ella se acha nas mãos do devedor, com quitação no dorso assignada pelo credor. Lobão a Mello Liv. 1, Tit. 8, § 8, n. 30 e seg., pag. 291.

Parece mais rasoavel, que bastaria o credor ir ao Cartorio do Tabellião, ou mandar uma procuração bastante, e consentir que elle dé a baixa, e assignando elle ou o procurador, ficar este negocio concluido. Assim parece terem determinado os autores do Cod. Civ. Fr. art. 2157 e 2158.

Quanto á baixa na reserva do usufructo, parece que esta nenhuma utilidade pôde causar ao donatario, ou adquirente dos prédios; porque logo que o usufructuario morra, elle terá cuidado de entrar na fruição d'elles; e não fará engano a terceiro, ainda que lh'os hypotheque como seus.

Art. 17.^º

As verbas, quer de baixa de registro em todo ou em parte, quer de alteração na quantidade da dívida, referir-se-hão sempre aos Títulos, por que são feitas, com declaração da data do mesmo Título, Tabellião que o lavrou, ou Escrivão que o processou, e em que Juizo: e não vencerá o Tabellião por cada uma verba mais que 120 réis.

§ 1º Estas verbas, per si sós, sem os Títulos, a que se referem, nunca servem de prova da extinção do registro, ou da alteração na quantidade da dívida, assim como os registros sem os Títulos, porque se fizeram, não provam os encargos registrados (57).

§ 2º Nem a verba da extinção do registro em parte ou em todo, por se lhe substituir outra hypotheca, dispensa o registro da nova hypotheca; quando for constituída em prédios, ou embarcações (58).

(57) A disposição d'este §, está conforme à regra de Direito — *Si quis in aliquo documento mentionem faciat alterius documenti, nulla ex hac memoria fiat exactio, nisi aliud documentum, cuius memoria in secundo facta est, proferatur; aut alia secundum leges quantitatis debitos probatio exhibeatur.* — Novel. 119, Cap. 3. Concorda a Ord. L. 3, T. 60, pr.

(58) Cabia n'este ou em outro logar da nossa Lei dar uma providencia, da qual os nossos redactores se não lembraram; e é, que se o devedor com hypotheca geral quiser desonerar os seus bens, possa substituir á hypotheca geral uma especial equivalente á dívida; e se o credor não quiser annuir, o devedor possa recorrer ao Juiz, para fazer observar a regra de Direito Natural — *Quod tibi non nocet, et alteri prodest, praestandum est.* — Vej. o Cod. Civ. art. 2161 e seg.

Art. 18.^a

Os Tabelliaes do Registro serão responsáveis ás partes pelos danos que lhes causarem, além das penas, em que pelas Leis incorrerem pelas suas omissões, erros e prevaricações (59).

Em vez d'este artigo talvez fôra mais providente

mandar ir à Correição dos Juizes de Direito, os livros do Registro todos os annos, para proverem no que acharem irregular, e procederem como fôsse justo.

Art. 19.^o

Os Tabelliães do registro serão vitalicios, e não poderão ser demittidos sem sentença condemnatoria (60).

§ unico. Podem porém ser suspensos por queixa dirigida contra elles, depois de ouvidos, e com parecer do Procurador Geral da Corôa (61).

(60) Poucos annos de vida tiveram estes Tabelliães. A L. de 29 de out. de 1840, art. 18, encarregou os registros das hypothecas aos Administradores dos Concelhos; mas o art. 22, § un., dá-lhes a consolação de que serão preferidos, se nos Concelhos for preciso haver mais de um Escrivão do Administrador.

(61) Tenho visto não só suspender, mas demittir Escrivães encartados, sem outra fórmula de processo, senão um Decreto, que os ha por exonerados dos seus Ofícios. Será isto justo?

Art. 20.^o

No caso de suspensão, o Administrador Geral do Distrito nomeará uma pessoa idonea para servir provisoriamente; porém em caso de impedimento de doença, ausencia forçada, ou quaesquer outros, terá o Tabellião um Ajuntante posto por elle, e approvado pelo Administrador Geral (62).

(62) Já não temos Administradores Geraes, mas em lugar d'elles temos Governadores Civis. Como o registro das hypothecas está encarregado aos Administradores dos

Concelhos, e estes, estando impedidos, tem substitutos,
não tem o Governador ani que provér.

Art. transitorio

A disposição do art. 19.^º só terá logar nos Julgados, que ficarem subsistindo pela nova divisão de territorio, a que se vae a proceder.

Fica revogada toda a legislação em contrário. O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades em 26 de outubro de 1836 (63).

RAINHA,

Manuel da Silva passos.

"(63) Em um Governo constitucional, Decretos revogarem toda a legislação em contrário, é muito mau exemplo. É possível aparecer um Decreto, que revogue a Carta, e quantas Leis ha.

Decreto de 3 de Janeiro 1837.

Tomando em consideração o Relatorio do Secretario d'Estado dos Negocios do Reino: Hei por bem Decretar provisoriamente o seguinte:

Art. 1.^º

Em logar dos Julgados, de que falla o Decreto de 26 de outubro de 1836, entender-se-ha que fica constituído um Tabellião de Registro em cada uma das Comarcas, a que pertence um Juiz de Direito, conforme a nova

www.libtool.com.br

Divisão Judicial, sancionada pelos artt. 2.^o e seguintes do Decr. de 29 de novembro. Em Lisboa terão exercicio quatro Tabelliães, sendo tres para a Cidade, e um para a Comarca formada dos Julgados externos. No Porto haverá tres (64).

(64) A Divisão Judicial, de que aqui se falla, foi reformada por outra, feita por Decr. de 28 de dez. de 1840, que vem no fim da Novissima Reforma Judiciaria de 21 de maio de 1841.

Estando o Registro das hypothecas encarregado aos Administradores dos Concelhos, temos outros tantos Tabelliães de Registro quantos os Administradorés. Mas por meu voto em Lisboa deveria haver um unico registro, e no Porto outro. Seria mais facil ir consultar um Registro unico, do que muitos.

Art. 2.^o

Para determinar a competencia dos Tabelliães em Lisboa, fica pertencendo a cada um d'elles um Districto Correcional, que lhe será designado na Carta do officio.

§ unico. Os Tabelliães em Lisboa terão sobre a porta um rótulo com a inscripção — Registro das Hypothecas do 1.^o, 2.^o ou 3.^o Districto — (65).

(65) Esta providencia provisoria deve-se entender derogada pela L. de 29 de out. de 1840, que encarregou o registro aos Administradores dos Concelhos.

Art. 3.^o

Nenhum dos Tabelliães do Registro entrará em exercicio, sem que préviamente tenha pres-

tado juramento perante a Camara da Cabeça da Comarca, que será depois averbado na Carta de nomeação (66)

(66) Derogado pela razão da Nota 65.

Art. 4.^o

Satisfeito este requisito, o Tabellião se apresentará ao competente Administrador General, ou lhe officiará, se esta Auctoridade residir em diversa Comarca, para que faça annunciar por Editaes publicos, em todas as respectivas freguezias, o dia, em que o Registro se ha por installedo, declarando o nome e morada do Tabellião (67).

(67) A disposição d'este artigo é muito importante. O saber o dia, em que se installou o Registro, pôde decidir de grandes interesses em um concurso de crédores. O Governo devêra ter publicado em Portarias o dia, mez e anno, em que os Registros foram installedos nas diversas Comarcas do Reino, para os Juizes poderem julgar rectamente as questões de preferencias; podendo ser que o registro de uma seja mais moderno, que o de outros, e entretanto deva preferir, porque aquelle registro foi feito no tempo concedido pela Lei para o fazer.

Art. 5.^o

Para que os Tabelliaes possam com segurança satisfazer á responsabilidade, que lhes é imposta pelo art.^o 18, do Decreto de 26 de outubro, serão obrigados a prestar uma fiança na razão de 30\$000 reis por cada mil habitantes, no prazo de tres mezes, contados desde

www.libtool.com.cn
o dia, em que entrarem em exercicio. Não a prestando, serão suspensos pelo Administrador Geral, que immediatamente dará parte ao Governo (68).

(68) Julgo que os Administradores dos Concelhos, aos quaes presentemente incumbe registrar as hypothecas, não devem dar fiança, porque não são Tabelliões.

Art. 6.^º

O prazo para o registro das hypothecas é o de trinta dias, contados d'aquelle, em que se constituíram (69)

§ 1.^º Porém se algum, ou alguns dos prédios forem situados em diversas Comarcas, contar-se-hão mais os dias sufficientes para o registo se effectuar tambem n'essas Comarcas, na proporção de seis leguas por dia, e mais um.

§ 2.^º Quanto ás Ilhas, e Possessões Ultramarinas, será o prazo desde a chegada do Navio, que em direitura tiver sahido do porto da Comarca, aonde se constituiu a hypotheca, ou não o tendo, do que lhe ficar mais proximo.

(69) O prazo, que aqui se concede para o registro, não inhibe de poder registrar a hypotheca depois dos trinta dias; mas, se se registrar depois, a hypotheca fica datando do acto do registro, e não do acto, em que foi constituída; de maneira que se outro créedor mais moderno se anticipar a registrar primeiro, terá primeiro lugar no concurso de crédores, não obstante que a sua hypotheca fosse constituída depois d'aquell'outra.

Porém se uma hypotheca for registrada no prazo dos trinta dias depois de constituída, ainda que outro créedor posterior vá registrar primeiro, não pôde este prejudicar

áquelle. *Quod favore quorundam constitutum est, ad laem eorum nolumus inventum videri.* L. 6, Cod. de legib.

Este prazo dos trinta dias foi concedido, por isso que umas vezes não pôde o criador haver á mão a Escriptura, logo que é feita; outras vezes pôde ter afazeres mais urgentes; e como o registro deve ser feito no logar da situação dos prédios hypothecados, e a Escriptura pôde ser feita em um logar longínquo, por isso se concederam além dos trinta dias, os mais necessarios para a jornada de um a outro logar, em razão de seis leguas por dia, *a simili* da distancia marcada na Ord. L. 1, T. 91, § 13.

É notável que este artigo sómente marcasse prazos para o registro das hypothecas; e ácerca do registro dos bens litigiosos, ou alienados com reserva do usufructo, não só não marcou prazo, mas guardou silencio em todo o contexto do Decreto, de forma que no art. 11, enumerando os livros, que deve ter o Tabellião do Registro, todos cinco occupou com os registros das hypothecas, e não deixou margem para os registros dos bens litigiosos e alheados.

Art. 7.^o

Quando as embarcações se acharem em portos diferentes d'aquelles, em que são matriculadas, e tiver lugar algum dos casos, que dão motivo ao registro, elle se fará originariamente perante o Escrivão da Camara do porto, onde estiver a embarcação, o qual remetterá pelo 1.^o navio Certidão ao Tabellião do logar da Matrícula, ou ao Secretario do Tribunal do Commercio (se for logar onde o haja) entregando tambem ás partes interessadas Certidões, que serão apresentadas dentro de vinte dias no Reino; de tres mezes, sendo nas Ilhas; de seis, sendo dos portos da África Occidental;

www.libtpol.com.cn
de doze, dos de África Oriental; e de dezoito, da Ásia.

Se for porto, onde não haja Camara, o registro será feito pelo Escrivão da Auctoridade Civil; e se for em porto estrangeiro, será feito pelo Consul, e não o havendo, será feito pela Auctoridade local (70).

(70) Os prazos marcados n'este artigo pouco discordam dos que marcou o Cod. Comm. art. 337, para o aceite das Lettras de Cambio.

Art. 8.^º

As hypothecas anteriores á installação do registro conservarão seus effeitos, ainda mesmo que tenham sido constituidas por escriptos particulares, sendo d'aquelles, a que a esse tempo, e para tal effeito se attribuia força de Escriptura pública nos termos da L. de 20 de junho de 1774, § 33; com tanto porém que as d'estes se registrem no prazo de noventa dias, e as de Escripturas públicas no de seis meses, contados da installação do registro (71).

§ unico. As hypothecas geraes anteriores á installação do registro, uma vez que sejam registradas no prazo marcado n'este artigo, conservarão os seus effeitos nos bens do devedor, que forem situados na Comarca, onde se fizer o registro, ainda mesmo que o créedor não designe a natureza e situação d'elles (72).

(71) A disposição d'este artigo era necessaria, por ser princípio certo, que as Leis não têm effeito retroactivo. O prazo de noventa dias, que elle estabeleceu para os

registros de ~~hypothecas~~ constituidas por escriptos particulares, nos termos da L. de 20 de junho de 1774, § 33, parece ser tirado do art. 37 da Lei Franceza de 11 de Brumaire, anno 7. Concede-se o espaço de seis mezes para o registro das hypothecas constituidas por Escripturas, porque não é tão facil viciar as datas d'ellas, como é a respeito dos escriptos particulares. A meu ver, este prazo ainda foi escasso, porque innumeraveis Escripturas hão de pertencer a orphãos, menores, dementes e ausentes, e outras hão de estar extraviadas, ou juntas a autos, sem seus donos as poderem achar, para as mandarem ao registro.

Como o registro foi inventado para obstar a fraudes, que se fazem a crédores de boa fé, este registro parece não dever aproveitar aos crédores anteriores à Lei, quando entrarem em concurso com outros crédores anteriores, ainda que uns tenham registrado, e outros não; porque o fim do registro foi ocorrer ás futuras fraudes, e não remediar as preteritas. Entretanto a Lei sobre este ponto não deu providencia.

(72) Sobre o que aqui se diz a respeito das hypothecas geraes, veja-se a nota 48.

Presentemente que os registros se fazem nos Concelhos, onde ha Administradores, e não por Comarcas, como no tempo d'este Decreto, pôde vir em dúvida, se o registro d'uma hypotheca geral perante um Administrador será bastante para se entenderem registrados todos os bens, que o devedor tiver na Comarca, ainda que em diversos Concelhos da mesma Comárca. Parece-me que se deverá abrir registro em todos os Concelhos, onde o devedor tiver prédios, ainda que a Lei literalmente o não diga.

Art. 9.^o

As hypothecas designadas no artigo antece-

www.librioy.com.br
 dente, que não forem registradas nos prazos
 ali estabelecidos, só terão efeito desde a data
 do registro (73).

(73) Este artigo, a meu ver, seria melhor redigido,
 se dissesse — *só terão efeito contra terceiros desde a data
 do registro.* —

Tal devedor poderá haver, que hypotheque segunda vez os mesmos prédios, sob pretexto de não ter registrado a sua hypotheca o 1.º créedor; e por isso essa hypotheca não tem efeito. Entretanto este devedor deve ser reputado bulrão, se a hypotheca não bastar para ambas as dívidas. Ord. L. 5, T. 65, pr. O registro das hypothecas não foi instituído para favorecer as fraudes, que os bulrões costumam fazer, mas sim para as acautelar. O devedor não carece do registro para saber que elle hypothecou os seus bens; se os hypothecou segunda vez, obra com dolo, e faz fraude à Lei. Neste sentido disse o Cod. Civ. Fr. art. 2113. «*A hypotheca, a respeito de terceiros, não data, senão desde a época das inscrições, que se deverem fazer.*»

Art. 10.º

Aquelle que falsamente for registrar hypotheca, que não exista, será responsável à parte prejudicada pelo dano que isso lhe causar, e pagará mais uma multa de cem até trezentos mil réis, duas partes para a Fazenda Nacional, e uma para o queixoso: não tendo por onde pagar, será preso por tantos dias, quantos a preencham, na razão de mil réis por dia. Nas mesmas penas incorrerá aquele, que promover baixa no registro com documento falso, além da competente pena de falsidade (74).

(74) Por isso mesmo que estas falsidades são dignas de severo castigo, quizera eu que tanto os termos de registro, como os de baixa, fôssem presenciados por duas testemuuhas, e que estas assignassem com a pessoa que vae abrir o registro, ou dar-lhe baixa. Não sendo assim, fica todo o negocio na fé do Official do registro; podendo elle mesmo ser o unico falsário.

Art. 11.^º

Os Tabelliões do Registro terão cinco livros em escripturação com successiva numeração, a saber: um livro para as hypothecas anteriores á installação do registro. Dicto, para o seu distracte, alteração ou renovação. Dicto, para as hypothecas posteriores á installação do registro. Dicto, para o seu distracte, alteração, ou renovação. Dicto, para indice geral e alphabeticó de todos os outros (75).

(75) Sôbre o numero d'estes livres veja-se a nota 45. Sendo todos estes ocupados com os registros das hypothecas anteriores e posteriores, não sei como, nem aonde se hão de escrever os registros dos prédios litigiosos, e dos alienados com reserva do usufructo. Se para este efecto se espera por Lei, que especialmente determine o modo práctico d'isto se fazer, como diz o art. 13 do Decr. de 26 de out. de 1836, bom será que tal Lei se não chegue a fazer, pela razão que já apontei na nota 8.^º

Art. 12.^º

Todos estes Livros, á excepção do Indice, serão feitos em papel sellado da taxa de 20 réis, numerados, rubricados e com termo de abertura e encerramento feito gratuitamente

[www.lilpeolPresidente da Camara. Aos Livros findos se seguirão outros por ordem numerica; aquelles serão cuidadosamente archivados, e o Tabellião será responsavel por elles durante quarenta annos \(76\).](http://www.lilpeolPresidente da Camara. Aos Livros findos se seguirão outros por ordem numerica; aquelles serão cuidadosamente archivados, e o Tabellião será responsavel por elles durante quarenta annos (76).)

(76) O modo de subdividir aquelles Livros pela extincção dos Tabeliões das hypothecas, e passagem para os Administradores, era objecto de uma Portaria do Governo; mas não a tenho visto nos Diarios.

Art. 13.^º

Para que o protocollo, ou Indice geral, ao mesmo tempo que facilite ás partes o conhecimento dos prédios hypothecados, o dê tambem das pessoas, que os gravaram com hypothecas, deverá dividir-se em duas partes, classificando-se na 1.^a os prédios por Julgados, Concelhos, e Freguezias; e extrahindo-se para a 2.^a por ordem alphabetică os nomes dos devedores, ou onerados com hypotheca. Nas Cidades e Villas notaveis a classificação dos prédios urbanos se poderá, ainda para maior facilidade, subdividir pelas ruas, que pertencerem a cada uma das freguezias (77).

(77) Veja-se a Nota 54. Melhor era fazer Cadastro de quantos prédios ha no Reino, que podia servir, não só para n'elle notar as hypothecas especiaes e as transmissões de propriedade, mas ainda para a repartição dos Impostos; obra na verdade de muito custo, mas de imensa utilidade.

Art. 14

Os registros se farão pela fórmula declarada

www.tifoo.com.cn
nos artigos 9.^o e 10.^o do Decr. de 26 de outubro; e os distractos, e alterações, ou renovações se reduzirão a Termo no competente Livro, com referencia ao registro da hypotheca, em que o mesmo Termo se averbará regulando-se os Tabelliões pelôs modelos, que fazem parte d'este Decreto. Pela Tabella tambem juntada se regularão os respectivos salarios.

Art. 15.^o

Não se entenderá alterada por este Decreto a disposição do art. 211, do Código Commercial, quanto ao registro das hypothecas entre commerciantes; as quaes comtudo poderão também ser levadas ao registro dos Tabelliões.

Fica revogada toda a Legislação em contrario. O Secretario d'estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades em 3 de janeiro de 1837.

RAINHA.

Manoel da Silva Passos.

MODELOS, A QUE SE REFERE O ART. 14.^o

—A— *Modelo de um Termo de registro.*

Aos... dias do mez... do anno de mil e oitocentos e... perante mim F., Tabellião do Registro das Hypothecas da Comarca de.... compareceu F. (nome do Crédor e sua profissão), morador em... (nome da Cidade, Villa, ou Logar), rua de... N.^o... e me appresentou uma Escriptura (ou Titulo, que prove a hypotheca), outor-

gada nas Notas do Tabellião F. (nome do Tabellião), da qual constava, que no anno de mil oitocentos e... aos... dias do mez de... o dito F. (nome do Crédor) emprestára a F. (nome do Devedor), morador em... (nome da Cidade, Villa, ou Legar), rua de... N.^o... Julgado de... n'esta Comarca, a quantia de... com vencimento de juro (ou sem elle) a contar do dia... e para segurança d'este crédito hypothecára o Devedor F... em favor do seu Crédor F. os seguintes prédios... (descrevem-se os prédios, declarando a sua situação, confrontações, e sendo casas, a rua e número da porta); pedindo-me o referido Crédor F. (ou o seu especial Procurador), que em observancia do Decreto de... (a data do Decreto, que estabeleceu o Registro) lhe registrasse esta hypotheca para segurança do seu crédito: o que eu Tabellião fiz, averbando este registro na Escriptura (ou Título que fôr), que fica confrontada, a qual entreguei ao appresentante, de que dou minha fé. Eu F., Tabellião do registro n'esta Comarca de... (o nome da Cidade, Villa, ou Distrito), o fiz ás... horas, e assinei em razo com o appresentante.

F. (nome do Tabellião)
F. (nome do appresentante)

Salario conforme a Lei... \$...

— B — *Modelo da verba, que se deve pôr no Título, que vai ao registro.*

Registrado em... de... de mil e oitocentos e... pelas... horas da... no L.^o 1.^o do Registro a folhas...

F. (nome do Tabellião)

— C — *Modelo de um termo de extinção de hypotheca*

ca, pelo qual se devem modelar os Termos de substituição, alteração, ou renovação com a alteração respectiva.

N.^o... (o da ordem chronologica)

Aos... (dia, mez e anno) n'esta Cidade ou Villa) de...
e meu Cartorio compareceu F. (nome e morada), e me appresentou... (o titulo, que mostra a extincção, alteração, ou substituição da hypotheca; deve ser confrontado; como no Modelo — A —), pedindo-me que lhe tomasse Termo de... (extincção, alteração, ou substituição), e o averbasse no Livro, onde se acha lançada: o que eu F., Tabellião do Registro das Hypothecas n'esta Comarca de... fiz, de que dou fé, e com o appresentante assignei em razo.

O Tabellião F.
F. (nome do appresentante)

Salario... \$...

Tabella dos Salarios.

Raza — O mesmo dos Escrivães da 1.^a instancia.

Pelo termo de qualquer registro, e suas verbas, além da raza — 240 réis.

Pelo termo de extincção, alteração, renovação, ou substituição, e suas verbas, além da raza — 240 réis.

Por Certidões, e buscas, os mesmos salarios, que levam os Tabelliões de notas.

Por copias conferidas de actos transcriptos, além da raza — 120 réis.

FIM

P. S. Estas notas poderão ser d'algum proveito, quando se emprehenda reformar a Legislação do Registro.

ÍNDICE

DAS MATERIAS D'ESTE LIVRO

Prefação.	5
Addições á DOUTRINA DAS ACCÕES	5
<i>De diversis Regulis Juris antiqui, secundum seriem alphabeticam redactis. Ad Tyrone</i>	63
<i>Registro das hypothecas. Decreto de 26 de outubro de 1836, e notas ao mesmo.</i>	101
<i>Modelos, a que se refere o art. 14.</i>	145

www.libtool.com.cn

Vende-se

Em Coimbra, na livraria de J. A. Orcel; em Lisboa, em casa dos srs. Viuva Bertrand e Filhos, aos Martyres, e na dos sr.^s Roland e Semiond, rua Nova dos Martyres, n.^o 10; no Porto, na de Mr. Moré, e na do Sr. Cruz Coutinho; e em todas as lojas de livros, onde tambem se acharão as Obras seguintes:

C. Telles — Digesto Portuguez, ou Tractado dos Direitos e Obrigações Civis, 5.^a edição, 1860, 3 vol., 8.^o

— Manual do Processo Civil, Supplemento do Digesto Portuguez, 4.^a edição, 1860, 1 vol., 8.^o

— Doutrina das Acções, 4.^a edição, 1853, 1 vol., 8.^o

— Addições á Doutrina das Acções, 3.^a edição, 1861, 1 vol., 8.^o

— Formulario de Libellos e Petições Summarias, 3.^a edição, 1857, 1 vol., 8.^o

— Questões e várias Resoluções de Direito Emphyteutico, 1851, 1 vol., 8.^o

C. da Rocha — Instituições de Direito Civil Portuguez, 4.^a edição, 1857, 2 vol., 8.^o

Forjaz de Sampaio — Novos Elementos de Economia Política e d'Estadistica, 1859, 3 vol., 8.^o

L. Teixeira — Curso de Direito Civil Portuguez, 3.^a edição, 1856, 3 vol., 8.^o

Nazareth — Elementos do Processo Criminal, 4.^a edição, 1861, 1 vol., 8.^o

— Elementos do Processo Civil, 3.^a edição, 1860, 1 vol., 8.^o

— Idem, 2.^a parte, comprehendendo o Tractado sobre Execuções de Sentenças, 1857, 1 vol., 8.^o

F. H. S. Secco — Manual de Orphanologia Práctica, 1854, 1 vol., 8.^o

J. de Freitas — Manual dos Juizes Eleitos, e seus Escrivães, 7.^a edição, 1860.

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn

www.libtool.com.cn



www.libtool.com.cn